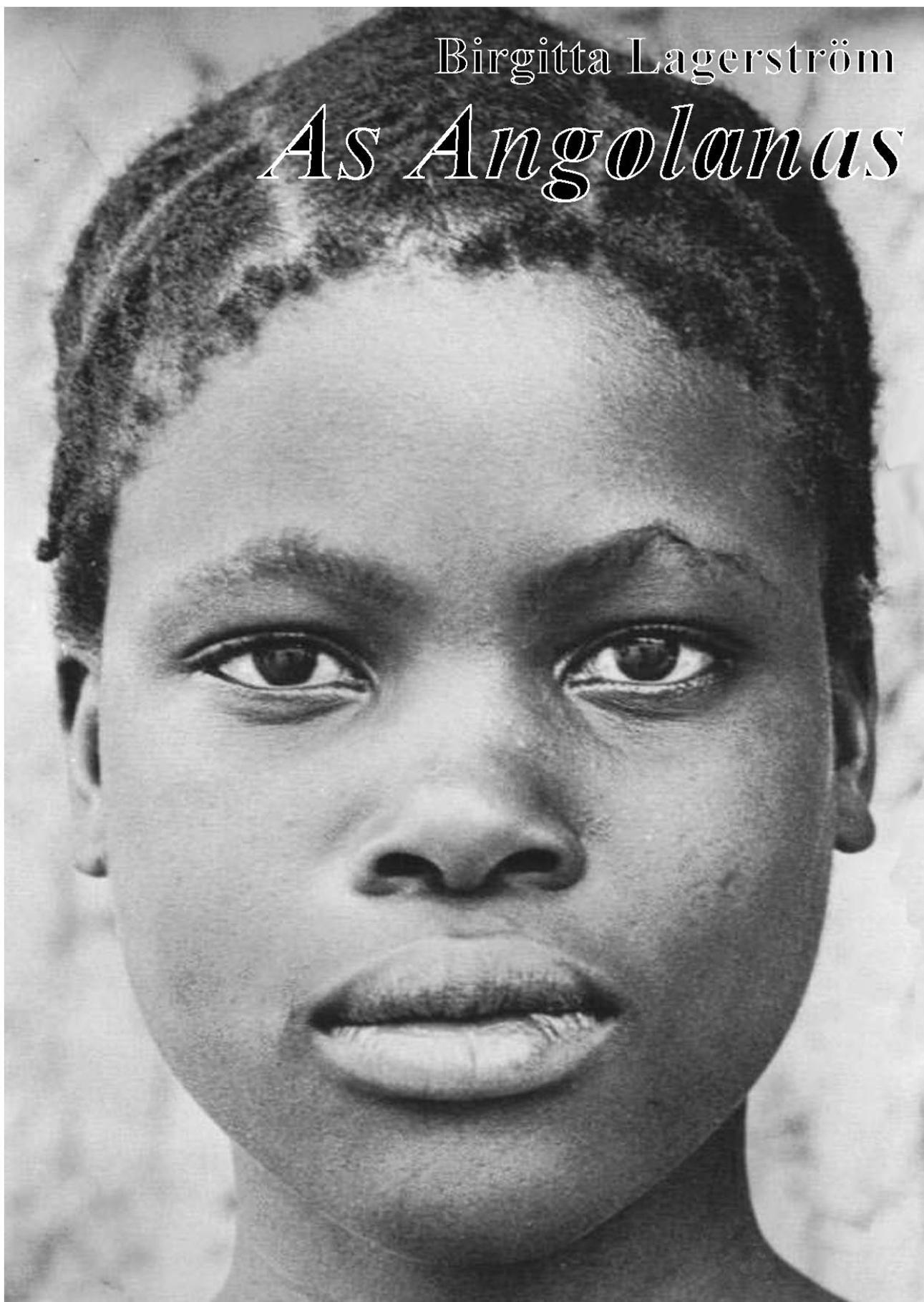


Birgitta Lagerström

As Angolanas



Angolan Women

Introduction by Birgitta Lagerström, Swedish journalist

The first time that I met Angolan women was in 1976 when Ruth Neto and Maria Mambo Café visited Stockholm, gathered by Svenska Kvinnors Vänsterförbund (Women's Association of the Swedish Left, SKV). In 1978 I received a journalism scholarship by SIDA (Swedish International Development Agency) and spent six weeks in Angola to get acquainted to know the Organization of Angolan Women (OMA, Organização de Mulher Angolana). I travelled to Huambo with two OMA officials: Irene Neto, (sister of the first president of the Angolan republic, Augustinho Neto) and Luisa Chongolola. The visit to Angola resulted in a book, jointly written with Hillevi Nilsson of AGIS (The Africa Groups of Sweden) published in Swedish, about the OMA in the form of written testimonies about the role of the Angolan woman. I returned to Angola invited to a congress of the OMA in 1983, and later, in 1990, to work in Luanda for the OMA until 1993. I made joint articles with Idalinda Rodrigues who at that time was an employee of the OMA.

Helena Cunha acted as consultant regarding portuguese language. All the articles have been published/appeared in the Jornal de Angola. The photographer Cinquenta of the Jornal de Angola also helped me get to know Luanda well.

We tried publishing a book in 1992, but this was not possible due to the reemergence of war in Luanda in the end of October of that year.

The texts were written between 1979 and 1992, and AGIS added a chapter in 2006.



Ruth Neto e Maria Mambo Café convidadas pela S K V em Estocolmo 1976.

ISBN: 978-91-633-4619-4

Published on <http://www.liberationafrica.se/publications/>

Copyright © Birgitta Lagerström, Stockholm, Sweden.



A mapa é baseada de UN Map No. 3727 Rev. 4 August 2008.

A República de Angola é o terceiro maior país de África ao sul do Saara com uma área de 1 246 700 km sq. A população é estimada em 13.5 milhões * com uma disparidade de distribuição entre a área urbana, com 40 por cento, e a área rural, com 60 por cento e com uma taxa de crescimento anual de 3.1 por cento para o período de 1992-2002. Angola ganhou a sua independência em 1975 e esteve, desde então, em conflito civil até ao ano de 2002 com excepção de dois períodos de paz entre 1990-92 e 1994-98. Foram mortas mais de um milhão de pessoas desde 1975 e o conflito civil provocou aproximadamente 4.3 milhões de pessoas deslocadas. Todavia, o fim do conflito armado com a assinatura do cessar-fogo e o acordo de paz entre as forças armadas do Governo de Angola e as tropas militares da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) em Abril de 2002, apresenta perspectivas de uma paz duradoura e de desenvolvimento sustentável. (GAS, Grupos Africa da Suecia.) *17.5 milhões 2008.

As Angolanas

de Birgitta Lagerström

Fotos do autor.

Layout: Dr Kurt Källblad.

Introdução da Birgitta Lagerström, jornalista Sueca.

A primeira vez que encontrei com mulheres de Angola foi em 1976 quando Ruth Neto e Maria Mambo Café visitaram Estocolmo, convidadas de SKV, Svenska Kvinnors Vänsterförbund (Associação Sueca de Mulheres da Esquerda). Em 1978 recebi uma bolsa de jornalismo da ASDI (Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional) e fiquei seis meses em Angola para conhecer a OMA (Organização da Mulher Angolana). Viajei para Huambo com duas funcionárias da OMA: Irene Neto, irmã do primeiro presidente da República de Angola, Agostinho Neto, e Luisa Chongolola. A visita em Angola resultou num livro escrito junto com Hillevi Nilsson de GAS (Grupos Africa da Suécia) editado em sueco sobre a OMA com contos do papel da mulher angolana. Voltei à Angola convidada num congresso da OMA em 1983 e depois em 1990 para trabalhar em Luanda na OMA até 1993. Fiz reportagens junto com Idalinda Rodrigues que naquela altura era funcionária da OMA. Helena Cunha era consultora da língua portuguesa. Todos esses artigos apareceram no Jornal de Angola. O fotógrafo Cinquenta de Jornal de Angola também me ajudou bem conhecer Luanda. Tentamos fazer um livro em 1992 mas não foi possível por caso da guerra que recomeçou em Luanda no final de outubro este ano.

Os textos foram escritos entre 1979 e 1992. GAS adicionou um capítulo em 2006.

Estocolmo Fevereiro 2009

Todas as citações de origem angolana são em itálico para distinguir do meu próprio texto.

Copyright © Birgitta Lagerström, Stockholm, Suécia, 2009

Catálogo

<i>Rumo</i>	8
<i>“Durante a guerra tanta coisa era tão difícil”</i>	9
<i>Ruth</i>	13
<i>A paz – uma esperança para as mulheres mutiladas</i>	15
<i>Um centro de saúde em todos os bairros</i>	19
<i>“Só tenho as minhas mãos e uma tesoura”</i>	23
<i>Uma morte evitável</i>	25
<i>Emilia do bloco operatório</i>	27
<i>Fatima morreu com SIDA</i>	29
<i>280 mil crianças nascem por dia</i>	32
<i>João Melo</i>	38
<i>Crimes na intimidade da família</i>	39
<i>Mulheres no campo</i>	44
<i>Ana de Quessua</i>	45
<i>Mercado</i>	54
<i>Jacinta do Kirindo</i>	58
<i>Uma parteira tradicional</i>	64
<i>António Jacinto</i>	72
<i>Entre o analfabetismo e a tecnologia avançada</i>	73
<i>“Quis fazer alguma coisa”</i>	76
<i>Numa Njamosimbamosanti</i>	80
<i>“Vi numa telenovela brasileira uma mulher que era mecânica”</i>	81
<i>Fabrica e casa: O trabalho duplo</i>	84
<i>“Preciso beber álcool para dormir”</i>	90
<i>Rainhas e tradição</i>	95
<i>A rainha Nyacatolo de 112 anos</i>	96
<i>Suor e alegria</i>	102
<i>A nossa bola rola</i>	105
<i>Ana Paula Tavares, poeta de Lubango</i>	108
<i>Marcela Costa – tecelagem</i>	112
<i>Não só eleger, mas também ser eleita</i>	114
<i>A mulher e a legislação</i>	121
<i>Entrevista com Joana Lina</i>	126
<i>Angola 2006</i>	130



O presidente Agostinho Neto, no dia 1 de Maio, 1979, em Luanda. Atrás dele Lucio Lara.



Maria Neto, mãe do presidente Agostinho Neto e Maria Eugenia, esposa dele numa reunião no 2 de Março 1979, na praça Deolinda em Luanda.

Mulheres da OMA de Macolocolo, Huambo, nos dão as boas vindas com cantos.





A rainha Nyacatolo.

Rumo

(ao J. B. Dias em 1949
à sua memória em 1951)

*É tempo companheiro!
Caminhemos...
Longe, a Terra chama por nós,
e ninguém resiste à voz
da Terra!...*

*Nela,
o mesmo sol ardente nos queimou
a mesma lua triste nos acariciou,
e se tu és negro,
e eu sou branca,
a mesma Terra nos gerou!*

*Vamos companheiro!
É tempo...*

*Que o meu coração
se abra à mágoa das tuas mágoas
e ao prazer dos teus prazeres
irmão:
Que as minhas mãos brancas
se estendam
para estreitar com amor
as tuas longas mãos negras...
E o meu suor,
se junte ao teu suor,
quando rasgarmos os trilhos
de um mundo melhor.*

*Vamos!
que outro aceno nos inflama...
Ouves?
É a Terra que nos chama...*

*E é tempo companheiro!
Caminhemos...*

(Poema de Alda Lara, 1951. Alda Lara faleceu onze anos mais tarde com 32 anos.)

“Durante a guerra tanta coisa era tão difícil”

Entrevista em Huambo 1979. Os nomes destas mulheres são fictícios.



Mulher da ODP (Organização da Defesa Popular).

O Land-Rover para na terra vermelha e todas as mulheres estão juntas na praça da aldeia. Elas batem palmas e cantam em umbundo a dar as boas-vindas.

Trata-se de uma reunião da OMA – Organização da Mulher Angolana – nos arredores do Huambo.

As mulheres só pararam os seus cantares quando entramos numa das casas da aldeia para a reunião.

Os gafanhotos continuam a canção das mulheres, lá longe nas lavras de milho. A noite cai.

Temos apenas umas horas. O recolher obrigatório é as nove.

Somos quase 50 mulheres reunidas.

A escuridão é rápida. Não há eletricidade. Uma vela ilumina os rostos mais próximos.

Paula levanta-se e encosta-se à parede. As mulheres mandam calar as crianças.

Paula, vestida de preto, vai contar um pouco da sua vida nos últimos anos, no Huambo.

-Quando Angola ficou independente, entrei na OMA como muitas outras. Naquela altura eu já era membro do MPLA, mas nós mulheres sempre vivemos muito oprimidas por sermos colonizadas, pretas e mulheres. Organizar as mulheres é muito necessário.

Paula tem 62 anos. Nos olhos a tristeza e a ternura de quem já viram demais.

É agora cozinheira numa creche. Tem oito filhos.

-Nunca me casei com os pais... Assim nunca fiquei viúva... Sorri e continua.

-Durante a guerra tanta coisa era tão difícil. Não tínhamos comida. Fomos obrigadas a comer os nossos cães. Também a água era muito difícil. De noite, muitas vezes, dormíamos escondidas debaixo das camas. Na maior parte do tempo tivemos que ser invisíveis e silenciosas. A minha irmã punha o bebê toda à noite ao peito para ela não chorar...

-Eu poderia contar tanto sobre tortura. De como eles usaram os matadouros do Huambo... para homens... para a gente... de como era a morte...

-De como famílias inteiras foram capturadas, de como eram feitas prisioneiras no mesmo quarto, os homens obrigados a ver as suas mulheres a serem raptadas, de como elas eram obrigadas a comer os seus próprios excrementos...

-Eles abriam os ventres das mulheres grávidas donde retiravam os fetos para deitar fora...

-Na escola da Missão da Bela Vista eles foram buscar todas as moças elevaram-nas para o quartel. Todas foram violadas.

Paula calava-se durante longos períodos de tempo.

-É terrível recordar...

Como muitas outras, no Huambo dominado pela UNITA, Paula contacto com o MPLA principalmente através da rádio.



Cda Anapaz da OMA lutou pela libertação de Angola.

-Dava-nos coragem... como esperamos pelo MPLA! Sabíamos que não nos matariam. Que nos libertariam.

-Mas não sabíamos quando iam chegar.

-Lembro-me perfeitamente da primeira vez que vimos soldados brancos que não falavam português. Não podíamos entender quem eles eram. Depois soubemos que eram os sul-africanos.

-Em Fevereiro de 1976 ouvimos que o MPLA vinha na nossa direcção. Ouvíamos dizer que vencera a FNLA.

-Mas quando as bombas e tiros começaram, de novo, nas florestas, não tínhamos a certeza de quem era. Pensamos que fosse o inimigo e os sul-africanos que voltavam para nos matar. Então preparamo-nos para fugir.

-Estávamos desesperados e horrorizados. Uma jovem ficou completamente transtornada. Não tinha o que quer que fosse. Nem comida. Nem roupa. Quando o seu ultimo filho nasceu o marido deu a camisa para fralda. Nascera-lhe agora mais um. Ela não agüentou. Não agüentou fugir com o novo filho.

-Foi em direcção ao rio com o bebê...

-Mas como ficamos felizes quando nos apercebemos de que era o MPLA quem chegara! Lembro-me tão bem desse dia... era meio dia e vinte... compreendemos que não era o inimigo porque as armas eram diferentes... mas alguns deles eram brancos e durante algum tempo ainda tivemos medo de que fossem sul-africanos. Eles começaram a gritar: "Não fujam! Somos nós, MPLA!"

-Que grande festa fizemos! Celebramos durante três dias. Em todo o lado. Nas ruas e nas praças. Como dançamos... e como dançamos com os cubanos que vinham juntos. Alguns destes dançavam com as mulheres nas costas. Os cubanos maravilhosos! Estávamos tão felizes! Os soldados trouxeram comida. E nos chorávamos... e nos ríamos... chorávamos e ríamos...

-E nos cantamos...

-E como dançamos...

Em Dezembro, dois anos mais tarde, em 1979, os sul-africanos bombardearam o Mercado, no centro do Huambo. De manhã, quando estava cheio de gente.

Aí, a filha mais velha de Paula foi morta.

-Helena, a minha filha mais querida. Tinha 36 anos. Deixou sete filhos...

Paula ficou muda de novo.

Paula acaba de fazer um curso na ODP (Organização de Defesa Popular).

-Eu sei usar bem uma metralhadora, agora. Ela seca as lágrimas com as duas mãos.

-Temos que continuar a luta dos nossos filhos mortos. Mas, de vez em quando, fico tão cansada...

Um mês apenas passou sobre a morte de Helena.

Ruth



Ruth, tenente, FAPLA.

Ruth é tenente das FAPLA (Forças Armadas populares de Libertação de Angola.) Tem 25 anos e dois filhos.

-Meu marido tentou protestar quando eu quis continuar como oficial no exercito mesmo após a guerra. Ele achava que eu devia ficar em casa com os filhos. Mas não me convenci, eu quis mesmo continuar.

-Em 1971, tinha 16 anos, juntei-me a um grupo de base de MPLA, aqui em Luanda. Em 1973 fui presa pela PIDE. Fomos traídos por infiltrados do nosso grupo de base. Em Janeiro 1974 fui mandada para o campo de concentração de São Nicolau, em Moçamedes.

-Era trabalho forçado nas salinas. Desde as cinco horas de manha até as seis à noite. Havia lá muitas mulheres porque quando um guerrilheiro morria, a sua mulher ficava presa pelos “tugas”- os portugueses. Eram mandadas para o campo de concentração. Não havia qualquer procedimento legal.

-Fui condenada a três anos de trabalhos forçados. Com a 25 de Abril de 1974 o fascismo caiu em Portugal e eu pude voltar para Luanda. Voltei ao meu trabalho com MPLA. Fui enviada para Brazzaville, para o Centro de Instrução Revolucionaria. Foi um curso de seis meses em técnica militar, artilharia e política, perto de fronteira com Angola. Éramos 2000 homens e 120 mulheres.

-Depois começou o meu trabalho como soldado de artilharia em Cabinda. Particpei em muitas operações. Nos, as mulheres, tínhamos as mesmas tarefas que os homens – sem nenhuma dificuldades.

Todas estas mulheres tinham vivencias diferentes. Algumas com estudos universitários, outras, do campo, sem quaisquer estudos. Todas possuíam um alto grau de consciência política.

Ruth faz também, duas vezes por semana, programas na radio para os soldados das FAPLA.

Não há mulheres entre os altos oficiais. Ruth e mais duas são as mulheres de cargos mais elevados. São tenentes.

-Mas quero continuar a minha carreira!

A paz – uma esperança para as mulheres mutiladas

-Andei, trabalhei e vivi seis anos só com a perna direita. Não podem imaginar como tudo era complicado na minha vida. Agora, tudo vai melhorar com ajuda da prótese! Estou aqui a treinar a andar com a nova perna. Que maravilha!

Com a paz em Angola, o Centro Ortopédico de Neves Bendinha, em Luanda, pode receber muito mais pacientes e finalmente as mulheres. Os carros da Cruz Vermelha e das Nações Unidas podem ir até as aldeias onde habita muita gente que, desde há muitos anos, vivem mutilada pelas minas e bombas.



Até que, cinco anos depois, a Cruz Vermelha chegou à aldeia e levou Arminda para Luanda, com os dois filhos mais jovens. Agora ela treina a prótese feita já com as suas medidas.

Teresa Ernesto tem 33 anos e seis filhos, a mais velha de 15 anos e o caçulo de dois. Vem do Ximbungu no Kwanza Sul. Também ela pisou por cima duma mina quando ia para a lavra. Há nove anos atrás.

Tantos anos que hoje ela conta a historia do desastre, em frases curtas – sem o sangue, a dor, o choque terrível que viveu naquela manha.

-Foi num domingo e eu fui a lavra buscar comida. Era perto dum comando onde o barulho da explosão se ouviu. Soldados foram me buscar.

Teresa chegou ao Centro de Neves Bendinha e está lá com o filho mais novo. Os outros cinco filhos estão com o marido.

Arminda António, com 26 anos de idade, é uma dessas pessoas que a Cruz Vermelha foi buscar e está agora no Centro Neves Bendinha a treinar a nova perna.



É lavadeira e tem quatro filhos entre nove e um anos. Mora no Kwanza Sul e perdeu a perna, abaixo do joelho, em 1986.

-Foi uma mina. Eu ia à lavra. Da minha casa... pela manhã, às seis horas. Estava sozinha com o meu filho às costas. Pisei em cima... não se via nada. A mina estava bem escondida na areia. O pé esquerdo pisou...

-Explodiu. Um barulho enorme!

-Eu não sei como, mas felizmente nada, nada aconteceu com o meu filho. Meu marido ia para lavra um pouco depois. Encontrou-me cheia de sangue e a chorar. Ele também chorou. Mas foi buscar o irmão e os dois me levaram nas costas para o hospital. Fiquei lá dois meses. A minha mãe ficou com meus filhos.

-Depois tive que viver saltitando num pé só...

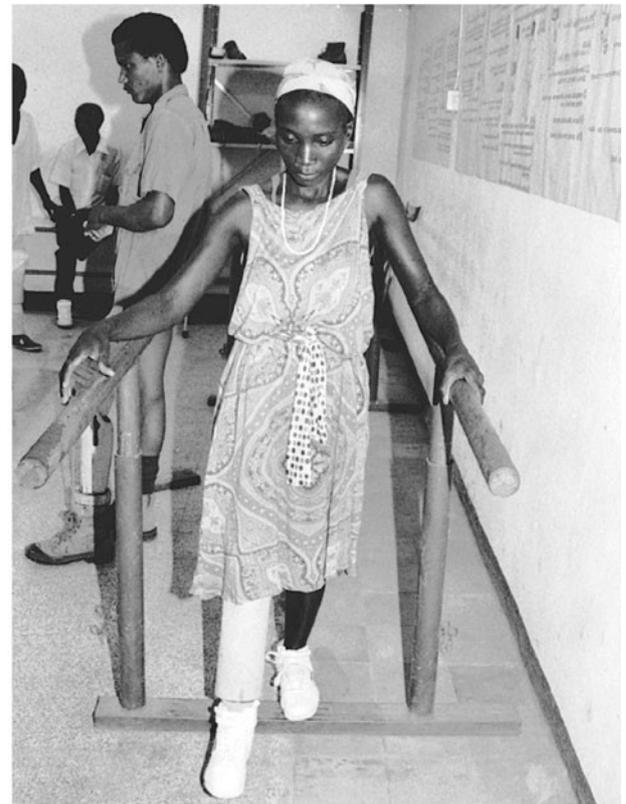
Estas minas que mataram e mutilaram tanta gente eram também colocadas nos pequenos caminhos para as lavras aonde vão quase só mulheres e crianças...



Rufina de Cruz da OMA e Ilda Carreira.



O número estimado de minas ainda enterradas é de 8 milhoes.



Arminda António a treinar a nova perna.

Foi ainda uma destas minas que fez também Viana Mutanda Diala perderem uma perna, quando ia para a lavra, perto da sua aldeia, no Uige. Isto aconteceu em 1986 e ela chegou ao Centro no dia 18 de Junho 1991.

O Centro Ortopédico de Neves Bendinha foi estabelecido em 1988. Era uma clinica de tuberculosos, abandonada há muitos anos. O Centro é orientado pelo Ministério da Saúde (Minsa), Cruz Vermelha Angolana (CVA) e a Cruz Vermelha Sueca, na formação do pessoal.

Dez ortopedistas, formados na Escola Ortopédica Angolana, trabalham em 1991 no Neves Bendinha. A objectiva do Centro era que cada técnico possa produzir, aproximadamente, 10 próteses por mês. Este número depende, naturalmente, da material prima local, a qual muitas vezes é difícil de obter, especialmente a madeira. Muitas vezes, falta também, a material prima importada. Tempos de entrega muito longos, burocracia pesada, roubos no porto etc.

Durante a guerra poucas mulheres mutiladas podiam ir ao centro. Em 1990, 742 mutilados receberam próteses no Centro dos quais:

- 48.0 % militares
- 52.0 % civis
- 93.6 % homens
- 5.3 % mulheres
- 1.1 % crianças

Causas:

- 82.5 % acidentes de minas
- 5.3 % com tiros
- 2.4 % com bombas
- 7.4 % acidentes de viação
- 2.6 % infecções etc.

90.2 % das amputações são casos directamente relacionados com a guerra.

-Estou muito feliz com a minha nova perna. Leva um pouco de tempo a treinar, mas há uma grande diferença entre andar, viver e trabalhar com duas pernas e saltitar com um pé só, explica Arminda António e continua andando, sorrindo, entre as duas barras de treino.

-O Centro tem agora oito mulheres, diz um ortopedista, que trabalha no Centro.

-Temos possibilidade de receber mais, mas elas terão de arranjar alojamento, em Luanda, para o tempo de tratamento porque, aqui, só podemos acomodar algumas. É necessário ficar em Luanda algumas semanas. Para começar temos que tirar as medidas e depois de 10 dias fazer a primeira prova. O treino leva duas ou três semanas. Precisam também mais alguns técnicos locais.

A media de idade dos mutilados, na altura da amputação, é bastante baixo o que significa que o problema de colocar e reparar próteses para os milhares de mutilados é um problema que Angola vai ter durante ainda pelo menos os próximos 40 ou 50 anos.

Um centro de saúde em todos os bairros



-Em 1986, diz Alda do Nascimento, apercebemo-nos de que, em Kikolo, havia muitos casos de mortes causadas pelo sarampo. Então iniciamos actividades concretas de vacinação e tratamento e fizemos palestras educativas sobre nutrição e higiene. Quando, em 1988, fizemos uma avaliação, a mortalidade tinha regredido. Portanto, os nossos esforços deram um resultado positivo. E daí expandimos as nossas actividades noutras áreas.

A equipa que trabalha no Centro em Kikolo, 12 voluntários e 10 efectivos, mostra, com orgulho justificado, o desenvolvimento do seu trabalho. Construíram varias salas para consulta, vacinação, seguimento a criança do zero aos cinco anos, e de recuperação nutricional, etc. Uma médica faz consultas duas vezes por semana.

A comida para as crianças vem trimestralmente de Huambo, por avião, através da Cruz Vermelha Internacional – óleo, fubá de milho, açúcar, leite em pó.

Para estimular os trabalhadores de Centro é lhes fornecido, todos os meses, desde que não faltem mais que três dias, um cabaz de comida.

-Há naturalmente, e ainda muitos problemas. Alguns sérios. Por exemplo, a falta de chloroquina que ajuda as mulheres grávidas a evitar o paludismo, continua Alda do Nascimento. No dia em que visitamos o Centro do Kikolo, muitas mulheres grávidas e outras com bebés recém-nascidos, estavam sentadas a ouvir Isabel Maria que fazia a palestra do dia.



-Hoje é sobre higiene especialmente a necessidade de ferver a água, dizia ela, uma das voluntárias do Centro.

-Muitas mulheres ouvem isto, mas depois não põem em prática. É certo, que a mulher aqui vive em condições de grande pobreza: Falta a lenha, falta o fogão, falta-lhes, em suma, o mínimo para poderem atender a esta necessidade básica. Mas também muitas vezes, é ainda a ignorância. É assim, voltam ao Centro com as crianças, que novamente, tem diarreia e estão cada vez mais debilitadas.

Existe uma relação entre a medicina curativa e preventiva. As duas completam-se. Se a comunidade não faz prevenção – e aqui joga papel fundamental a mulher e mãe – a criança fica doente. Vai ao hospital, cura-se. Regressa a comunidade onde não há higiene suficiente para evitar nova doença. A criança volta a adoecer, volta ao hospital, volta a curar-se. No entanto, cada vez a criança enfrenta com mais debilidade e menos defesa a nova doença. Até que a morte a surpreende...

-Assistir as mulheres grávidas e, por exemplo, fazer profilaxia contra o paludismo, é um trabalho muito importante. Um grande problema é, no entanto, aquela falta de chloroquina no Centro, explica Alda do Nascimento, com um gesto de desespero.

A saúde materna, em Luanda, está numa crise muito séria. As taxas de mortalidade maternal são das mais elevadas do mundo. As maternidades enfrentam, entre outros, os problemas da sobrecarga do pessoal e da falta de meios e equipamentos. Além disso, os salários são baixos e o pessoal médico e para-médico não pode dedicar-se inteiramente a maternidade. O resultado é a falta de assiduidade e certo desinteresse... A insuficiência de atendimento obstétrico, em Luanda, é uma das causas da alta mortalidade, segundo um médico na maternidade de Luanda.

Uma solução para diminuir as mortes maternas, poderia ser, eventualmente e segundo o mesmo médico, descentralizar a assistência, fazer proliferar Centros de Saúde ou Centros maternos, promover a formação intensiva e permanente de parteiras e enfermeiras, estimular, técnicos de formação media para que trabalhem nas maternidades e nos centros de saúde e construir salas de parto nos mesmos centros.

-Neste momento, no nosso centro de Kikolo, não há possibilidade de assistir aos partos, continua Alda do Nascimento.

-Algumas parteiras tradicionais vão às casas das mulheres para ajudar a dar a luz. Previamente elas asseguram-se de que o parto não será complicado, pois então elas aconselham a parturiente a recorrer a maternidade.

O Centro de Saúde de Kikolo atenda muitas mulheres deslocadas e refugiadas do campo. Celina com 19 anos, é do Huambo. Tem dois filhos, um de três anos, outro de nove meses.

-Tive de fugir. Foi horrível... a minha mãe, o meu pai e os meus irmãos foram todos queimados dentro de casa. Eu era a única pessoa que não estava em casa naquela noite.

-Morávamos numa aldeia, Xipipa, mas eu estava numa outra aldeia com a minha tia e quando voltei, no dia seguinte, estavam todos mortos. A aldeia foi atacada com bombas, tiros e fogo. Todos os que sobreviveram, fugiram. A aldeia ficou totalmente destruída. Não existe mais...

Isto aconteceu em 1982. Celina tinha 11 anos.

Fugiu para Luanda. Agora é mãe e mora com o pai dos seus filhos aqui, em Kikolo.

Rosalina é outra refugiada. Veio do Bié, da aldeia Xamacolo. Tem 20 anos e dois filhos da mesma idade dos da Celina.

-Muita gente foi morta e uma grande parte da minha família foi levada. O meu pai fugiu e a minha mãe veio comigo para Luanda. O resto da família... não sei onde está.

-Agora moro em Luanda. É difícil achar trabalho. Vivo de pequenos negócios. Vendo latas de óleo. Antes só conhecia o trabalho da lavra. Não sei fazer mais nada.

Alda do Nascimento explica que é muito importante que as mulheres deslocadas e grávidas venham aos postos de saúde.

-Elas precisam especialmente de ferro, iódine, cálcio e vitamina C. A falta de ferro pode resultar em anemia e as mulheres com anemia podem ter hemorragias durante o parto e morrer, fenômeno que acontece muito nos campos de refugiados.

-Também nas maternidades de Luanda.

Todos os anos morrem no mundo cerca de 500 000 mulheres por causas relacionadas com a gravidez. Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) 71% dessas mortes são previsíveis e evitáveis por métodos simples e baratos. A taxa de mortalidade materna nos países subdesenvolvidos é de 150-300 vezes mais elevada do que a dos países desenvolvidos.

-É muito importante ajudar as mulheres aqui nos bairros, continua Alda do Nascimento. Ajudar as mulheres beneficia não só as mulheres, mas também as suas famílias e a comunidade onde elas se inserem. A saúde da mãe é um factor chave para a sobrevivência e saúde das crianças. Deve-se proteger especialmente a mulher grávida e a que amamenta. Mas é igualmente importante à saúde das mulheres que tomam conta da dieta familiar e são responsáveis pela higiene das suas famílias. Mulheres que não sabem a importância da higiene podem, involuntariamente, transmitir doenças a sua família e ao seu bairro.

-A saúde da mãe parece que não está a ser priorizada e, no entanto, da sua saúde, depende a saúde da criança, o homem de amanhã.

-Isto é uma das razões para ter o nosso posto de saúde. Se fosse possível, seria bom haver um em cada bairro. Beneficiaria a comunidade inteira. À longo prazo seria um investimento muito importante.

“Só tenho as minhas mãos e uma tesoura”



Todas as crianças da aldeia de Molenwos de Baixo nasceram pelas mãos de Laurinda Pedro. É parteira tradicional e foi superada pelo Ministério da Saúde em 1982. Nesse mesmo ano, foi-lhe entregue pelo UNICEF um kit de material de enfermagem que foi destruído pelo fogo, em 1985.

-Desde então, infelizmente, não recebi mais material, diz Laurinda.

-Fiquei só com as minhas mãos e uma tesoura!

Devido ao aumento preocupante da mortalidade materna em Angola, foi realizada, em 1988, uma consultoria. O relatório revelou grandes deficiências na área da saúde materna.

O papel da parteira, dentro da estratégia da saúde materna, foi fortemente acentuado, no relatório, o qual também constatou que a importância das parteiras, quer as tradicionais quer as das instituições tem que ser valorizado e prestigiado.

A ausência de estímulo profissional, as más condições de trabalho e as deficiências de formação são algumas das causas da falta de prestígio e confiança destas profissionais.

Para melhorar os serviços prestados pelas parteiras tradicionais, a Direcção Nacional de Saúde Pública iniciou, já em 1981, com o apoio do UNICEF, um programa para superá-las e equipar. Mas o número de parteiras tradicionais superadas cobre só alguns por cento dos partos.

A difícil situação do país, após a independência, com o agravamento das condições materiais de vida, originou um aumento dramático da mortalidade, especialmente nas mulheres grávidas e nas crianças com menos de cinco anos. Este grupo tem sido oficialmente priorizado pelo Ministério de Saúde, mas os indicadores nacionais de mortalidade continuam a ser dos mais elevados no mundo.

A mulher angolana é pobre, não tem saúde. As gravidezes repetidas enfraquecem-na ainda mais. O planejamento familiar é necessário para espaçar as gravidezes. Existe uma política de planejamento familiar ainda não suficientemente eficaz e isso perpetua esta situação e a elevada mortalidade das mães.

No país, somente cerca de 20 por cento dos partos se realizam nas instituições e a distribuição do pessoal é muito desigual. Metade dos médicos e um terço dos enfermeiros encontram-se na província de Luanda.

A maioria dos partos, em Angola, é assistida em casa por um familiar. Estas parteiras tradicionais sempre desempenharam um papel muito importante na sociedade angolana – como alias, em todas as sociedades pouco desenvolvidas. Algumas tem recebido certa reciclagem e material próprio do Ministério da Saúde. Este apoio é fundamental, pois que é necessário que elas continuem a desempenhar o seu papel no seio da comunidade sendo reconhecidas como pertencendo a essa mesma comunidade. A confiança que as mulheres da comunidade têm nas parteiras tradicionais deve continuar, pois elas são a única alternativa válida para as carências atuais da assistência maternal.

Muitas mulheres explicam que gostam das parteiras tradicionais porque elas tem paciência e dão mais carinho do que as parteiras nas instituições.

Laurinda é uma dessas parteiras tradicionais, com paciência e carinho. E, no entanto, as suas condições de vida e de trabalho estão abaixo do mínimo exigível para quem é tão necessária a sociedade.

Uma morte evitável

Chega a hospital, em Luanda, numa quinta feira à noite. Tem 17 anos e entra na sala de emergência com dores de ventre e hemorragia do abdômen desde há duas horas. Grávida de sete meses.

Está muito fraca, mas não inconsciente.

No hospital ninguém lhe mede a tensão arterial ou o pulso Não há aparelho de tensão na sala de emergência.

Foi observada por um jovem médico uma hora e 45 minutos depois. A tensão arterial é baixa o pulso elevado. Já perdeu muito sangue. O médico pede um litro de sangue para uma transfusão imediata.

Sete horas e cinco minutos depois ela ainda não recebeu o sangue.

A transfusão não foi feita.

A jovem paciente está muito pálida, mas ainda resiste.

Entretanto verifica-se uma subida brusca de tensão arterial. O médico recomenda um medicamento para baixar a tensão o qual não chega a ser-lhe ministrado.

A noite nasce um bebê uma menina de 1 050 gramas. Morta. Não está anotada a hora do nascimento.

A jovem foi examinada de novo – 32 horas e 15 minutos depois de entrar no hospital.

É constatado um estado geral mau com séria falta de sangue. Até ao momento não recebeu uma gota.

Sabe-se que, mais tarde, recebeu meio litro de sangue, em hora não anotada.

O relatório da doente nota que, sábado à noite, as 20h30: "O paciente está em estado de choque grave, precisa de soro e de sangue."

Pouco depois ela recebe soro.

Sangue não há.

Pela madrugada, está já inconsciente. Vêm a morrer as 4 h 30 da manhã, de domingo.

Ela não precisava morrer...

Nas maternidades, em Luanda, os problemas são graves. Morrem muitas mães e recém-nascidos.

Há deficiências na aplicação da técnica e conhecimentos insuficientes sobre a função do cartão de grávida.

Deficiência das parteiras das instituições tem de ser entendidas no contexto das difíceis condições de trabalho que as parteiras enfrentam nomeadamente que a profissão não é dignificada, o salário é baixo, há falta de transportes, dificuldades em conseguir alimentação, há excesso de trabalho, faltam os equipamentos e material necessárias. Acrescente-se a falta de formação permanente, reciclagem e outros estímulos.

Muitas parteiras são de opinião de que se poderia evitar o problema grave da sobrecarga do trabalho nas maternidades, com a criação de centros materno infantis, munidos de salas de parto, para partos sem risco, nos municípios. O objectivo é o de conseguir oferecer um parto com carinho onde a parturiente possa levar consigo a sua mãe ou outro parente. As parteiras tradicionais do bairro também poderiam funcionar aqui, aprendendo mais e superando-se. Estes centros, funcionando assim, fariam baixar os partos das maternidades centrais, ficando estas mais disponíveis para dar atendimento aos partos mais difíceis.

Soubemos, entretanto e já depois de feita esta reportagem que o reconhecimento da gravidade da situação da saúde maternal em Luanda levou de emergência por parte de uma agência internacional. Esta ajuda consiste na entrega de estímulos directamente em divisas ao Ministério da Saúde para os salários das parteiras. Segundo informação das maternidades, com esta ajuda diminuiu as ausências no trabalho, as faltas frequentes ao serviço.

Emilia do bloco operatório



Emilia Alfredo é enfermeira no bloco operatório do hospital Josina Machel, em Luanda.

Vem do Kwanza Sul e trabalhou em Benguela, no Sumbe e no bloco operatório de Wakukungo.

-Sempre quis pertencer à saúde. Desde pequena. Minha mãe tinha dez filhos. Eu nunca pensei muito em construir família. O meu trabalho exige muito de mim e uma grande entrega aos outros. Por isso, nunca tive filhos. Até agora nunca senti muito a falta deles. Os filhos dos outros são os meus. Mas claro, vou precisar de carinho na velhice e não sei se os filhos dos outros substituirão os que não tive... mas não me sinto só. Sou acarinhada por muita gente e tenho muitos amigos.

-No meu trabalho, vejo muita morte. Claro. Mas isso é compensado com as vidas que salvamos. Gosto muito da minha profissão, embora seja muito doloroso ver as crianças morrerem. Lembro-me de uma criança de oito anos. Pergontou-me antes da operação se não ia morrer. Morreu 25 horas depois. Fiquei muito marcada porque esta criança queria tanto viver, perguntou-me e eu dei-lhe esperança...

O povo começa a entender que ter filhos é uma grande responsabilidade, dadas as dificuldades que o país atravessa. Mas é preciso um grande trabalho de planificação para fazer diminuir o numero de crianças e ter os filhos para viver e não para morrer.



“No meu trabalho, vejo muita morte. Claro. Mas isso é compensado com as vidas que salvamos.”

Fatima morreu com SIDA

A pequena Sónia é a cara da mãe, Fátima. A sua avó, Guilermina, parece uma velha mulher India, as tranças cinzas e compridas. Movimenta-se, dentro da casa pequena com a ajuda duma bengala e das netas.

Fatima morreu em sua casa, nas vésperas do Natal de 1991. Esteve várias vezes internada no hospital. Dores de estomago, diarréias. Cólera presumiram os médicos. Mas Fátima não melhorava e novos testes ao sangue mostraram que tinha SIDA.

Conhecera o marido com 16 anos. Ele tinha 28. Logo tiveram duas filhas, Gisela, hoje com 12 anos e Sónia, com 11.

Fatima morreu com 28 anos. O marido, HIV positivo, e camionista, típico grupo de risco, sempre longe da casa.

Como muito homem angolano continuou a encontrar-se com outras mulheres, mesmo depois de casado. Hoje diz que “foi só durante os primeiros anos”.

Sónia e Gisela sabem que o pai var ficar também com SIDA.

Em Angola, 75 por cento dos casos constatados de HIV positivo, são adquiridos por via heterossexual. Cerca de 10 por cento por via de transfusões de sangue. Só 4 por cento dos contaminados são homossexuais. Os drogados por via endovenosa quase não existem no país.

Em Angola, a doença é adquirida, em geral, através dos contactos heterossexuais e há uma grande porcentagem de mulheres contaminadas. Uma das razões reside nos costumes sexuais tradicionais. Milhares de homens casados, sobretudo nas gerações mais velhas, possuem outras mulheres e este velho costume continua a ser aceito socialmente.

Confrontadas com a pergunta sobre a poligamia dos seus homens, a maior parte das mulheres respondem resignadas “os homens são assim”.

A guerra significou que muitos maridos estivessem fora da casa, por muito tempo. Os soldados são um dos grupos alvos e potenciais transmissores com as suas múltiplas e curtas relações, por onde passam.

Paradoxalmente, a guerra foi um obstáculo a entrada da SIDA em Angola. Angola era um país fechado. Agora, com a paz, o regresso dos refugiados de países vizinhos altamente contaminados, como o Zaire e a Zambia, o comércio com esses países e a circulação livre das populações, a doença tem um ambiente mais favorável de expansão.

-Queremos que as pessoas entendam que o país está ameaçado por uma epidemia terrível e devemos tentar a tudo o custo, trava-la, diz Teresa Cohen, médica e investigadora do SIDA.

Os primeiros casos de SIDA foram notificados em Angola, em 1985. Os diagnósticos eram ainda feitos no exterior, por incapacidade de meios para serem feitos cá dentro. O primeiro Seminário sobre clinica do SIDA para médicos realizou-se, no país, apenas em 1992.

Até ao momento só foram constatados oficialmente em Angola, algumas centenas de mortes por SIDA. Os números oficiais são muito baixos, especialmente quando comparados com os dos outros países africanos e pouco dizem sobre a realidade. Com poucos médicos para todo o país e os hospitais destruídos pela guerra é impossível a detecção correcta do número de casos.

-A única consequência que podemos retirar da estatística oficial é que o número de casos tem duplicado todos os anos, diz ainda a Dra Teresa Cohen. Isto deixa-nos muito inquietos. Muitas das mortes por SIDA, não chegam ao nosso conhecimento pela razão simples de que não passam pelos hospitais. E há um grande número de mortes por SIDA que as pessoas atribuem a cólera, tuberculose ou mesmo ao paludismo.

Hoje, muitos casos são detectados através dos doadores de sangue. A maior parte das transfusões de sangue, em Luanda, são controladas.

A Dra Teresa Cohen fundou, em Abril de 1992, o Comitê Angolano da SWAA – Society for Women and AIDS in Africa (Associação de Mulheres na Luta contra a SIDA em Africa), uma organização de voluntárias formada em 1988. Este comitê trabalha, entre outras coisas, com informação e apoio a famílias doentes e têm mobilizado grandes personalidades entre médicos, jornalistas, juristas e políticos.

Não são só os homens que espalham a doença através das suas relações múltiplas.

-No norte de Angola, as mulheres são muito activas sexualmente. Elas iniciam a vida sexual muito cedo, às vezes com 10, 11 anos de idade e tem muitas relações antes do casamento, diz a Dra Cohen.

-Os homens desta região são atraídos por mulheres com grande experiência sexual. Se elas tiveram já filhos ainda melhor, pois sabem assim que são férteis.

Estudos que estão a ser feitos põem em evidencia, em Angola, a prática nociva de utilização de vários produtos (ervas, pós, raízes, etc.) que provocam a contração dos músculos da vagina e a secagem da sua mucosa. Isto tem como efeito, obviamente, uma maior fricção e, portanto uma maior possibilidade de feridas e contaminação. Esta prática, chamada de “dry sex” é feita para prazer exclusivo do homem.

Uma pesquisa realizada na Lunda Norte mostrou que 18 por cento das mulheres grávidas estavam com SIDA. Na provincial do Namibe, Sul de Angola, onde as mulheres são monogâmicas nem um por cento das grávidas estavam contaminadas.

Em Luanda, a população tem um estilo de vida mais moderna.

O início da vida sexual não é tão cedo e as mulheres jovens começam a não aceitar a poligamia. No entanto, as pesquisas sobre o comportamento sexual indicam práticas de sexo oral e anal que podem justificar a transmissão da doença entre os jovens.

Apesar de mais de 90 por cento dos jovens terem conhecimento da necessidade de utilização da camisa de Vênus, apenas 10 por cento deles as usam. Uma das razões é a falta de acesso aos preservativos.

A grande cidade tem os seus próprios problemas. Um deles é a prostituição que aumenta com o desemprego. Os meios de muita pobreza podem rapidamente transformar em grandes cancos do SIDA.

-Na SWAA também trabalhamos para ajudar as prostitutas. A nossa preocupação principal é a de evitar que as crianças nasçam com HIV. Por isso a mulher tem de aprender a proteger-se, explica a Dra Cohen.

-O mais difícil é mudar as atitudes, as mentalidades. Nós não queremos moralizar, mas entre outras coisas, a distorção da tradição africana da poligamia deverá ser abolida. Entretanto, nos queremos tentar evitar um desenvolvimento da doença como no Zaire, Uganda e Zambia, com milhares e milhares de contaminados. Destes, uma alta percentagem atinge as mulheres.

280 mil crianças nascem por dia

Planejamento familiar.



Na terra nascem, por segundo, três crianças.

Por dia 280 mil. (1990)

95 por cento desta gente vão nascer nos países em desenvolvimento.

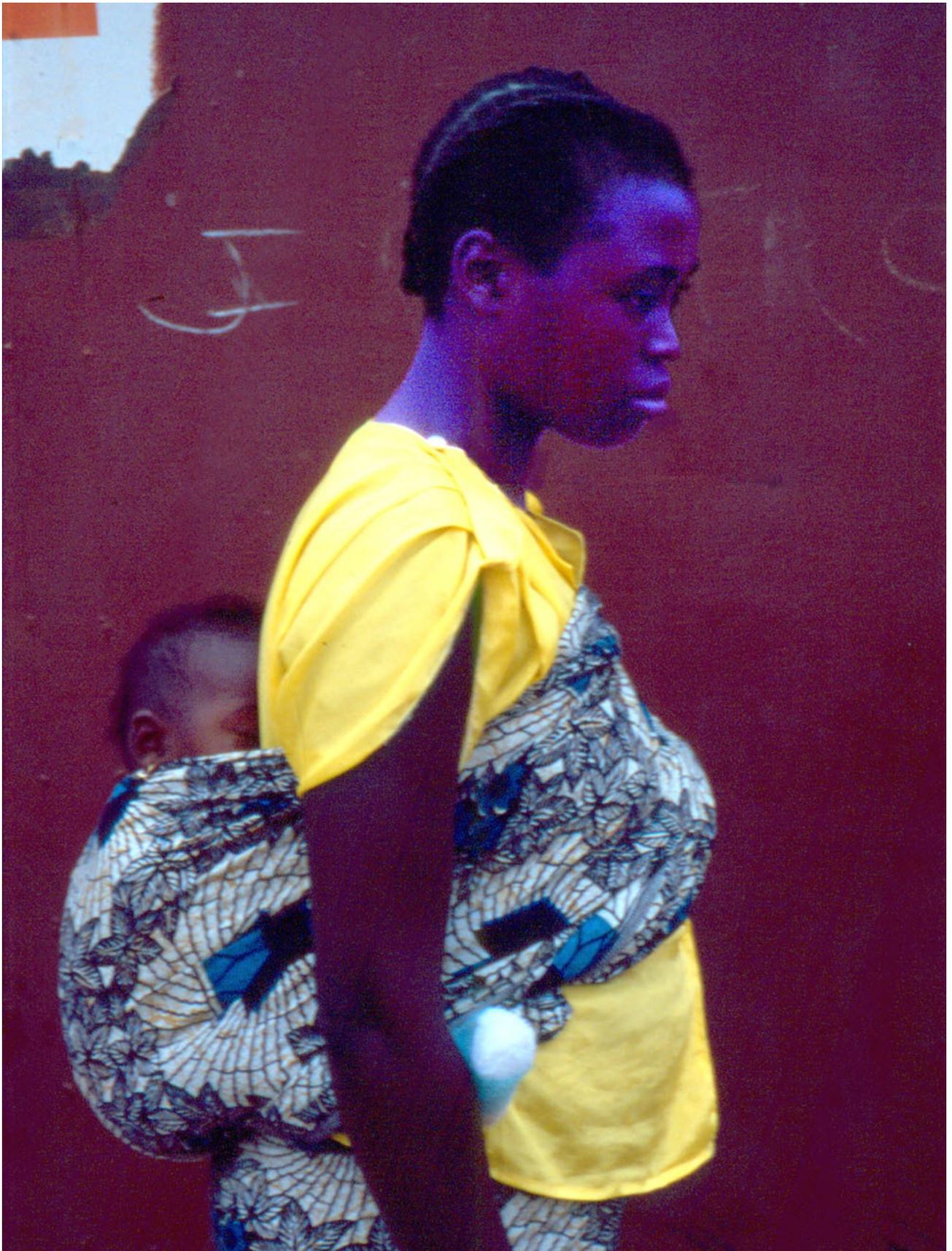
Levou um século (1830-1930) para que a população mundial passasse de uma para dois bilhões. Agora são necessárias apenas 10 anos para mais um bilhão.

Toda esta gente vai partilhar os recursos do mundo.

Os recursos não são inesgotáveis.

O crescimento demográfico é uma das maiores ameaças de origem humana para o meio ambiente mundial. Isto é a perspectiva global.

-Os recursos das famílias também são limitados. É mais fácil para uma família de três, quatro filhos dar alimentação, saúde e educação a cada criança do que para uma família com onze ou doze filhos. Aumenta o número de crianças da rua na cidade de Luanda, pobres, com fome, sem escola. Muita gente fala que os filhos são a riqueza do país, mas a pobreza da criança não pode ser a riqueza de ninguém. A criança deve ser bem vinda ao mundo com direito a uma vida digna, diz Adelaide de Carvalho, médica em Luanda.



-Na mesma semana em 1992 sai em Luanda, no “Correio de Semana”, em primeira pagina, como artigo principal, uma verdadeira homenagem a um homem que fez 62 filhos... Em Outubro completará 78 anos de idade. Como prenda receberá mais um filho que uma de suas companheiras espera. O artigo só admira sua grande virilidade e também não faz referencia nenhuma da direito da criança a presença importante dum pai.

-O flagelo da explosão demográfica tem só uma resposta: Planear e dar saúde as crianças. Espaçar os filhos é também necessário para a saúde das mães. A mortalidade maternal em Angola é das mais elevadas no mundo, diz a Dra Adelaide. Está contente porque agora funcionam bem alguns centros de planeamento familiar, especialmente o de Neves Bendinha.

As três primeiras clinicas são hoje bem conhecidas pelo povo - Ngangula, a Maternidade e o Kilamba Kiaxi.

Agora há também planeamento familiar no centro de saúde da Ilha, da Prenda, de Terra Nova, Kariango, Sambizanga e no centro de saúde da OMA, na Samba.

Na primeira fase 1986-87 havia muita resistência por parte dos maridos.

-Chegou, a semana passada, uma mulher a chorar na clínica. Tinha-lhe sido aplicado, no dia anterior, um dispositivo intra-uterino. O marido bateu-lhe. Ela voltou na clínica para dizer que não podia voltar a casa sem tirar a mola! A resistência dos maridos é ainda freqüente embora se notem já algumas melhores, diz a Dra Adelaide.

-Talvez se trate duma maior sensibilização.

A Dra Adelaide acha que um grande problema é que quase não há educação sexual nas escolas.

- O Ministério da Educação pensa introduzir no currículo escolar a cadeira de “Educação para a vida em Família”, mas tal ainda não passou de um projecto que não sei em que fase está.

-A SIDA é um facto que também exige e está a apressar a educação sexual nas escolas.

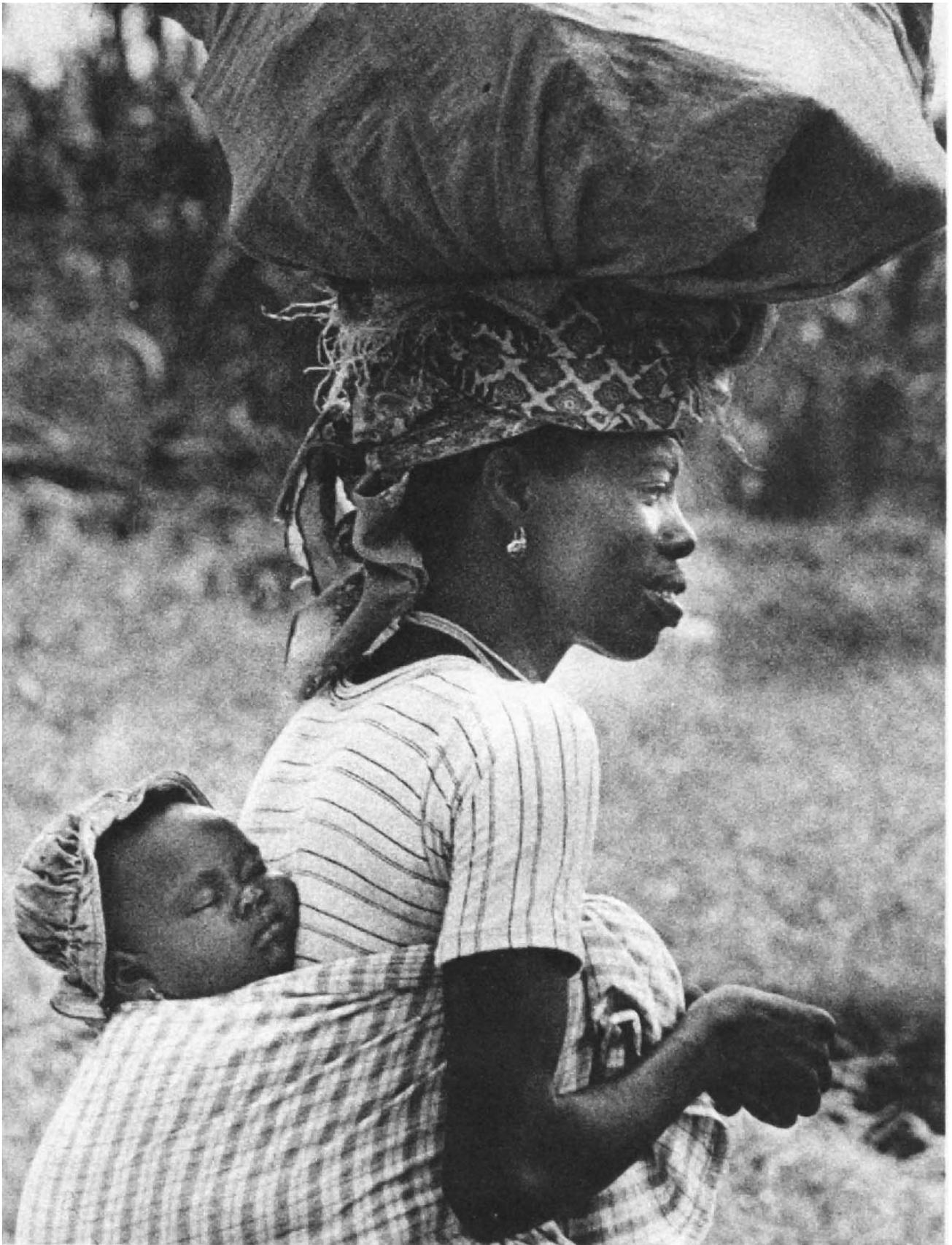
Muita moça tem a sua primeira menstruação aos 10, 11 anos. A sua primeira gravidez com cerca de 15 anos. Muitas jovens de 20 anos passaram já quatro ou cinco gravidezes.

Adolescentes grávidas. Quem, então, as informa sobre a vida sexual?

-Ninguém. As jovens, em material de sexo educam-se umas as outras. Cada geração aprende por si. A semana passada chegou aqui uma grávida com 13 anos. Tem um namorado de 19 anos. A relação deles data de há, mais ou menos, dois anos.

Qual var ser o futuro desta jovem?

-A primeira coisa que as mães jovens fazem é deixar os estudos. O pai pode muito bem continuar na escola. De acordo com a lei angolana ela pode fazer um aborto. Os abortos são legais em algumas circunstancias. Mas muitas vezes as meninas nem sabem que estão grávidas. Chegam ao hospital tarde demais para abortar.





A muitos abortos ilegais em Luanda. Muitas mulheres morrem por causa disso, de perfurações e hemorragias, por exemplo.

-Encontrei, deixado no útero duma adolescente de 16 anos, um tubo de seis centímetros. Restos de um aborto clandestino. A grande percentagem de abortos ilegais leva-nos a pensar na possibilidade do aborto livre. Mas é necessário também que sejam criadas as infraestruturas que permitam responder as solicitações de aborto. Ainda também por causa disto pensamos ser absolutamente urgente a aumento e eficácia do planeamento familiar e também da educação sexual. O aborto é o recurso, em ultimo caso.

A mulher angolana tem, em media, oito, dez filhos. Fazem filhos até aos 45 e 50 anos de idade.

Mas já se começa a notar a inversão desta tendência. Em Luanda, muitas mulheres mais novas já não querem mais de três, quatro filhos. Elas fazem livremente a planeamento familiar.

-Também os jovens maridos estão mais sensibilizados. A sua economia e também a informação do planeamento, leva-nos a essa opção. Sobretudo os jovens trabalhadores salarizados.

Nos centros de planeamento familiar explica-se por que razão deve ser feito a planeamento e são realizadas pequenas palestras sobre os métodos para planear a família. A mulher depois escolhe o que prefere, a enfermeira orienta. Durante as consultas pré-natais as mulheres são avisadas de existência do planeamento familiar e aquelas mães consideradas em risco são quase que obrigadas a voltar ao centro para planeamento.

O dia 10 de Julho foi instituído internacionalmente como o Dia da População para que em todo o mundo sejam discutidos os graves problemas da explosão demográfica e as formas de combatê-la.

Até agora a Dra Adelaide falou da cidade de Luanda. E no campo?

-Não tenho informação concreta sobre o campo. Penso, entanto, que essa preocupação existe se atendermos aos objectivos do Programa nacional de Saúde maternal.

-Penso ainda, que planeamento familiar tem que ser acompanhado dum conhecimento profundo dos costumes e comportamentos das populações rurais. O trabalho na comunidade tem que ser um trabalho participativo.

João Melo

TEORIAS

*Eu sou um homem moderno, li uns livros
assimilei umas teorias
e acho pré-histórico privar as mulheres
da sua própria liberdade
em nome do amor*

*Mas que hei-de sofrer muito
hei-de
se tiver de pôr à prova
essas teorias*

(Poema do livro Tanto Amor de João Melo, 1989.)



” é mesmo...”

Crimes na intimidade da família

É na família, a coberto da intimidade do lar, que as mulheres sofrem grande parte da violência de que é alvo.

As mulheres são maltratadas não só quando são agredidas e espancadas, mas também quando são objecto de insultos e vexames, abandono e isolamento, ameaças, destruição dos seus bens domésticos e pessoais, quando são expulsas de sua casa, etc.

Este tipo de maus tratos pode deixar marcas tão dolorosas e profundas como as que deixam os espancamentos.

O agressor é quase sempre o marido ou companheiro, mas pode também ser o pai, irmão, padrasto, filho ou outros familiares.

As mulheres maltratadas podem ir ao Consultório Jurídico, no centro de base da OMA, na Vila Alice.

Todas as segundas e sextas-feiras, de manhã e tarde, Julieta Gomes de Silva, Lucrecia Domingos Clemente, Carolina Fortes e outras mulheres ajudam ali, com conselhos jurídicos. A quinta-feira, à tarde, o consultório é assistido por um juiz, Dra Manuela Novais.

-Os casos frequentes, explica Julieta Gomes, são de maridos que abandonam os filhos e as mulheres ou que não aceitam registrar e reconhecer os filhos. Há muitos homens que tem cinco, seis ou sete filhos com a primeira mulher e depois a abandonam deixando os filhos crescer sem a presença importante do pai. E deixam até de assumir as suas responsabilidades materiais para com as crianças.

-Nos recebemos também muitos casos de agressão contra mulheres. Alguns bastante graves. Estou a lembrar-me de um caso recente em que a mulher foi tão violentamente agredida pelo marido que ficou cega.

A Dra Manuela Novais explica que o objectivo principal é informar as mulheres, mais concretamente a camada social menos protegida, dos seus direitos.

-Embora os direitos sejam iguais juridicamente, a prática é outra coisa. Muitas mulheres não sabem os direitos delas perante a lei.

O papel subordinado que a mulher tem na família, na sua quase sempre dependência económica e o facto de ter assumido este papel dependente através de padrões culturais e sociais ainda existentes na sociedade, provocou que estas situações de agressão sejam, por um lado, frequentes, e, por outro, desconhecidas.

Até a muito poucos anos não havia qualquer consciência social de que a violência física ou psíquica exercida no âmbito familiar ou doméstico fosse, de qualquer forma, um delito. Eram considerados “privados”.

Este modo de pensar desculpava e até legitimava a violência, em virtude da autoridade do homem na família.



O artigo da autora sobre crimes na intimidade da família publicado no Jornal de Angola.

Hoje, em muitos países, é considerado crime grave. Muitos homens são julgados e condenados com penas severas pelo exercício de violência doméstica. Há países em que, por este motivo, os casos de agressão baixaram em cerca de 30 por cento.

Há casos em que a agressor é a mulher. A estatística diz-nos que são normalmente casos de autodefesa. Por outro lado, quando a violência doméstica resulta em danos físicos graves, as vítimas são, quase sempre, as mulheres.

O problema de agressão a mulher, na sua família, é rodeado de uma grande ignorância e tabu social. Muitas vezes é até alvo de gracejos, no mundo adulto onde os homens predominam e convivem.

Em alguns países desenvolvidos, grupos de homens, eles próprios agressores no seio familiar estão já organizados. O objectivo é o de, colectivamente, corrigirem a prática de violência e estudarem as razões da sua própria agressividade – por que motivo o homem pensa que tem direito a zangar-se, a perder a calma a descarregar em cima de outrem a adrenalina que ele “não controla”. Segundo eles, essa violência faz parte da maneira global como o homem vê, trata, controla e faz exigências sobre a mulher com quem vive.

Como regra geral, concluem que a violência doméstica tem duas causas: A autoridade que o homem pensa que deve ter sobre a sua mulher (por tradição, por direito patriarcal) e os serviços, a que ele se acha com direito, prestados por ela.

A maioria destes homens são homens comuns. A violência só se exerce dentro de sua casa.

Num desses grupos, um homem afirmou: O meu casamento funciona, basicamente, bastante bem. Acontece que duas ou três vezes por ano agrido a minha mulher. É muito. A ultima vez quase ficou cega. Apesar disso, ela não queria que eu viesse a esta reunião. Ela acha que isto não vai acontecer de novo. “Mas eu não estou tão seguro disso quanto ela.”

Outro homem, um polícia, afirmou: ”Muita da minha violência é fruto da minha própria insegurança. Para alguém como eu, que passa o tempo a dar ordens, é muito fácil ficar inseguro na vida pessoal se não impuser as suas próprias regras e opiniões.”

São frequentes as mulheres casadas agredidas pelos seus maridos perderem a confiança em si própria, tornou-se apáticas e sentiram-se culpadas e envergonhadas por serem maltratadas por algum tão próximo delas. Esta é uma das razões pelas quais estas mulheres hesitam em procurar ajuda. Dominadas pelo “amor”, pela dependência económica e psicológica (tradição e estatuto social) muitas mulheres não pedem ajuda e escondem o que lhes acontece.

No entanto, nos últimos anos, com o apoio de mecanismos próprios e da propaganda, está a aumentar o número de casos de denúncia.

Há planos para se fazerem mais centros jurídicos, em Luanda.

Dra Medina, juiz do Tribunal Popular Supremo diz que estes crimes devem ser discutidos em público.

-A mulher angolana está muito carecida de assistência jurídica. Está muito necessitada de ser esclarecida sobre os seus direitos. Na maior parte dos casos não se sabe defender.

A OMA achou que era indispensável criar Centros de Conselheiros Jurídicos que teriam como principal função ouvir as mulheres, ajuda-las e encaminha-las, quer dizer, não se trata de resolver, em definitivo, os problemas, mas esclarecer a mulher sobre os direitos que ela tem e quais são os caminhos que deve seguir para que esses direitos lhes sejam assegurados.

-A grande maioria das mulheres angolanas, como, aliás, noutros países, tem um grande atraso cultural. Tem poucos recursos económicos e a maioria não tem possibilidade de ir consultar um advogado. Nem sabem onde estão os advogados, os tribunais, os registos civis. É um mundo de coisas que ela desconhece.

Se a mulher foi vítima de uma agressão, o assunto tem de ser levado ou ao Tribunal Provincial ou Sala de Família que antigamente era o Tribunal de Menores, ou a um advogado.

-Então procura dar-se a mulher uma primeira ajuda, explica a Dra Medina.

-Há aqui aspectos muito importantes. Um deles é a mulher sentir-se ajudada, sentir-se encaminhada e esclarecida, e não perdida num mundo que lhe é muito hostil. Outro aspecto é de dar conhecimento às pessoas que estão a oprimir e a usar da força, de que essa mulher tem alguma estrutura que as protejam. Isto tem um efeito social e psicológico bastante importante. Foi dentro desta perspectiva de apoio jurídico social que estão a ser instituídos os Centros Jurídicos.

Logo que os Centros Jurídicos foram abertos, foi constatado que grande parte das estruturas da polícia e do Estado estavam pouco receptivas para resolver os problemas das mulheres. Achavam que se a mulher é maltratada deve resignar-se e que isso eram problemas domésticos: “Não se devia meter no meio disso.” À não ser em casos extremos de mulheres expulsa de suas casas, juntamente com os seus filhos. Nesses casos havia certa vontade de ajudar, mas muito limitada, no sentido de arranjar um sítio para a mulher se albergar durante algum tempo.

-Nos chegamos à conclusão de que era necessário agir, junto desses órgãos, formarem os Centros Jurídicos e depois arranjar maneira de sensibilizar no atendimento da mulher. Tivemos uma reunião com a Direcção da Polícia Popular, falamos também com o coletivo de advogados e procuramos sensibilizar também o chamado, então Tribunal de Menores, para atender as mulheres. Isto foi feito há três anos. O ano passado concluímos que era necessário espalhar esses Centros Jurídicos pelas províncias. Fez-se então, na cidade de Namibe, o primeiro seminário para abrir novos centros.

Realizou-se em Luanda, um seminário, no qual participaram mulheres de algumas províncias, e que incluiu aulas em curso intensivo de algumas matérias de direito e de atendimento social.

-Se um homem agride corporalmente uma mulher está a cometer um crime de ofensas corporais porque a lei na o isenta de crime. Portanto, agredir uma mulher é sempre crime. Acontece que, na maioria dos casos, a mulher não se queixa, mas se ela se denuncia, evidentemente que o homem pode ser penalizado, afirma Dra Medina.

-Aparecem, infelizmente, no tribunal, casos de agressão tão violenta, que a mulher morre. São casos de homicídio por agressão.

-A pena no Código Penal vai de 16 a 20 anos de prisão.

-Apareciam com frequência casos destes, tanto no Tribunal anterior onde funcionei, como no Tribunal Popular Supremo onde eu estou.

-Nesses casos acontece uma coisa quase sempre idêntica: O homem diz que agrediu a mulher, mas que só lhe deu duas bofetadas. Porque ele considera-se no direito de dar duas bofetadas a mulher, mas acontece que a mulher aparece morta. Sob os tais “duas bofetadas” muitas vezes aparecem lesões cranianas mortais.

-O homem mente.

-Normalmente esses casos não são presenciados por terceiros. Quando muito são os filhos menores que assistem e em geral estes não podem ser ouvidos pela Polícia e o Tribunal. São dramas e não é um caso ou dois, são muitos casos de homicídio e o homem diz: "Eu não queria matar." É raro um homem que diz que queria matar. Ele sempre diz: "Eu queria educar", como se a mulher fosse uma criança que precisa ser educada. As desgraçadas aparecem espancadas, às vezes o corpo todo com marcas de agressão, as lesões no crânio e eles dizem: Eu dei-lhe uma bofetada e ela caiu no chão. Estes são casos que aparecem constantemente. A mulher vai suportando a agressão, uma vez, duas vezes, três vezes, até que um dia ele mata-a. Isto se passa quer em Luanda, quer nas províncias.

A Dra Medina diz que a lei não distingue seja quem for que agrida outro indivíduo, mas na prática falta a prova, falta a mulher conhecer os seus direitos e falta, sobretudo a capacidade imediata de um pronto exame das lesões corporais. No Brasil, por exemplo, há delegacias de mulheres que funcionam com juristas, psicólogos, sociólogos e também com médicos. A mulher chega à delegacia e é logo examinada pelo médico.

-Aqui também há médicos, mas como a polícia está assoberbada com problemas e tem pouco pessoal, isto faz com que os casos de agressão à mulher nem sempre seja logo atendida e examinada. As lesões que sofre não são imediatamente identificadas e registradas em relatório médico e os processos não podem, assim, ser seguidos. O ideal seria que, de facto, houvesse um médico legista que identificasse as lesões sofridas e que o agressor fosse imediatamente chamado à polícia e posto perante o relatório médico. Isto seria um ponto básico para a mulher continuar a seu processo de acusação.

-Penso que, por outro lado, se o homem souber da existência de uma estrutura policial de Estado que proteja a mulher, baterá menos. É um aspecto psicológico muito importante. No Brasil, os casos diminuíram para cerca de 30 por cento. As delegacias foram um sucesso porque o homem deixou de se sentir impune.

Para mudar as atitudes perante estes crimes Dra Medina acha que deveria haver palestras e seminários onde se discutissem esses assuntos. Até porque esta nossa sociedade, onde a guerra existiu durante tanto tempo e tornou as pessoas muito violentas, infelizmente depois se encara esse mau tratamento sobre a mulher e também sobre a criança como um fenómeno sem importância.

-Custa-me, por exemplo, ouvir às vezes no rádio, homens jovens que acham muito natural bater na mulher. Eles não estão educados numa nova mentalidade. Vemos que a nova geração tem os mesmos vícios que as antigas. Não há melhoria. A mentalidade mais aberta é ainda numa percentagem muito pequena da população.

-Não existe qualquer trabalho mencionado nesse sentido e faz muita falta que tudo isso seja discutido publicamente. Há um certo "tabu" em relação a estas questões. Escondem-se dentro de casa, não se fala lá fora. E isso tem que ser denunciado, tem de ser discutido em público, tem que ser analisado. Esta tudo por fazer.

Mulheres no campo

*Os cereais que trazem penacho,
como os guerreiros, estão vestidos como pessoas.
Semeiam-se nús
e quando nascem
já estão vestidos.
Eles dormem nos campos como o viajante.
Na eira, precipitam-se uns contra os outros
na panela, batem contra as paredes,
como o veado que mama na mãe;
Na frigideira, eles saltam
como veados
na erva fresca.*

(Poesia sobre o milho da tradição nhaneca/humbe, na região austral de Angola.)

*Quem ajuda a mamã na lavra a pôr a carga à cabeça? – Resposta: O joelho.
O que é que acompanha a mamã ao rio buscar água? – Resposta: A sombra.*

(Adivinhas da tradição luvale, na região leste de Angola.)

Ana de Quessua



Em nenhum lugar do mundo as estrelas são mais bonitas do que no céu de Quessua.

A povoação do Quessua nos arredores de Malanje dista 450 quilômetros de Luanda, para Leste.

É uma antiga missão. Metodistas americanos chegaram aí, no século passado.

“Cora Lee. Nascida em 1894, em Still Pond, USA. Morta no Quessua, em 1924.” li sobre a laje duma sepultura, gradeada, no caminho da aldeia.

Por alguma razão... qual?... Esta mulher não viveu mais de 30 anos...

O caminho cruza a aldeia, em linha reta, entre buganvílias que cobrem as pequenas e graciosas casas, cor de rosa, onde o padre metodista ministra as suas aulas. Estudou teologia no Huambo e fez serviço militar.

Durante a segunda guerra de Libertação foram assassinados, na aldeia do Quessua, duma só vez, 18 pastores metodistas.

Vou visitar Ana que mora em Mafongo, uma das pequenas aldeias, em volta de Quessua.

No caminho que nos leva a Mofongo, atravessamos limoeiros bem alinhados seguidos de mangueiras mais altas e mais verdes que precedem campos de capim seco.

Marcas de pés nus e de rodas de tractor na terra vermelha são como símbolos da velha e nova Angola.

A agricultura de enxada vai ser mecanizada.

A partir de Quessua tenho de caminhar, sob o sol ardente, durante uma hora antes de chegar às novas mangueiras donde posso avistar o telhado de capim da casa da Ana.

Ana tem 54 anos.

-Sou muito velha...

-Com 54 anos não se é velha!

-Sim, sou velha, olha as minhas mãos... elas doem-me. Olha os meus dedos como estão. Doem-me tanto! Tenho sempre tanto trabalho. Eu sou velha porque me sinto mal. Tenho sempre dores nalgum sítio.

-Ou nas costas, ou nas pernas, sempre nalgum sítio.

Ana acaba de chegar da lavra onde esteve, ao sol, curvada, horas, a arrancar mandioca.

-Mas ainda posso dançar!

Ana ri, esconde as suas mãos cansadas atrás das costas e mexem insinuantes e brejeiras, as ancas antes de pousar o cesto no chão.



Ana andou na escola dois anos. Casou-se em 1944. Deu a luz oito filhos.

Sete estão vivos.

Mateus, o mais velho, tem 30 anos. João, Maria, Marcelina, Dora, Suzana e o caçulo, Manuel, com 10 anos.

Nas duas casas de Ana e do seu marido que trabalha na clínica do Quessua vivem, agora, os três filhos mais novos, Dora, Suzana e Manuel. Marcelina e Maria vivem em Luanda. Os seus maridos e o irmão Mateus estão na tropa, nas FAPLA, no sul do país, na fronteira com a Namíbia, para defender Angola contra os ataques sul-africanos.

Leitões, de cor preta, dormem a sombra da casa. Ouvem-se os balidos dos cabritos lá para os lados das plantações de bananas.

-Parece que vai chover. Preciso ir já para a lavra. É longe, mas tenho de ir buscar as mandiocas que deixei lá senão vão estragar-se.

Ana levanta-se com o nascer do sol, por volta das cinco horas, para limpar a casa.

-Depois preparo o mata-bicho. Pirão de mandioca.

Depois de mata-bicho, Ana vai para o rio a lavar roupa e buscar água.

Volta a casa para limpar e varrer o terreiro e cuidar também dos animais. Chega, entretanto, a hora de lavar a louça e preparar o funje para o almoço.

A farinha é preparada à mão.

-Se pelo menos, houvesse um moinho...

Nas lavras cultiva-se milho, mandioca feijão e batata doce.

Os homens semeiam a terra. As mulheres limpam-na das ervas daninhas e fazem a colheita.

Dora e Suzana ajudam nas tarefas domésticas e tomam conta dos sobrinhos que moram com a avó.

Suzana, de treze anos, também vai para a escola.

-A Suzana, já esteve alguma vez na cidade?

-Sim, estive em Luanda o ano passado. Ouvi falar o Fidel Castro que visitava Angola. Achei-o muito simpático! O camarada Fidel é muito bonito, não acha?

-É mesmo!

E suspiramos ambas, sob as mangueiras.

-Olha só estas duas! E Ana dá uma gargalhada.

Sábado, pela manhã, na quinta da Ana, vai haver vacinação para as mulheres e crianças de Mafongo. Mulheres grávidas e crianças com menos de cinco anos. As mulheres contra o tétano e as crianças a tripla, pólio e sarampo e BCG a tuberculose.

As mulheres recebem também comprimidos de ferro para a anemia. São quase todas anêmicas.

As crianças são desparasitadas e tratadas contra a sarna.

O problema da água e saneamento não está ainda resolvido nestas aldeias.

Anita, Maria, Doroteia, Ana e eu fomos sentar num banco, à sombra. É ainda muito cedo, mas a temperatura ambiente passa já dos 30 graus.

Anita, de 21 anos, tem um bebê.

O seu primeiro filho morreu.

Ela vive, em Mafongo, com a sogra. O seu marido trabalha a oitenta quilômetros e só vem de vez em quando. Anita é professora numa aldeia vizinha. Tem seis irmãos. Está de férias e, por isso, faz o mesmo trabalho que Ana.

-Luanda cansa muito. Tem muita confusão. Eu preciso desta calma de Mafongo por algum tempo. E é muito bom estar fora do meu marido, por algum tempo. Não quero mais filhos.



Aborto e métodos anti-conceptivos quase não são discutidos. Existe a idéia geral de que o país precisa de crianças porque é pouco populoso. E muitos filhos ajudam no trabalho na velhice. Eles são as grandes riquezas do país. E para os homens são símbolos de virilidade.

Doroteia, de 22 anos, tem três filhos. É enfermeira, em Luanda. Agora está em casa a descansar.

No dia anterior estive na clínica do Quessua a ouvir os doentes. Uma jovem, de 18 anos, dera já luz três vezes. Duas crianças nasceram mortas, a terceira morrera com um dia. Há dois anos que sente dores fortes no útero. Veio a clínica por isso mesmo. O médico disse que não poderia engravidar nos próximos dois anos. “O teu corpo precisa descansar para ser forte de novo.”

Ela ficou desesperada, escondeu o rosto e começou a chorar. “Não dá... é completamente impossível. Eu preciso ter filhos senão a vida não tem significado para mim ... nunca posso dizer ao meu marido que não posso ter filhos agora... ele nunca vai aceitar...”

Falei com a Maria, Anita e as outras acerca dela e também lhes falei sobre Irene, que foi esterilizada depois do seu décimo primeiro parto, no qual ela quase morreu e de como ficou tão triste porque não podia ter o décimo segundo filho.

-Vocês podem entender estas mulheres?

-Sim, há uma grande pressão sobre as mulheres. Tanto de fora como de dentro delas próprias. Mas eu não quero doze filhos. De jeito nenhuma! Ficamos muito velhas se tivermos muitos filhos. Muito gastas e cansadas. Tenho três filhos e absolutamente não quero mais nenhum, diz Doroteia.

-As velhas da aldeia conhecem ervas e raízes e folhas que fazem abortar e ajudam a evitar os filhos. Mas elas não querem ensinar-nos. Guardam segredo. Querem que a gente tenha muitos filhos. Tantos quantos elas tiveram. Dez, onze, doze...

-Elas acham que só através dos filhos a gente fica segura na velhice e pensam que muitos dos filhos vão morrer. Mas nós estamos a viver numa nova Angola e temos de fazer parar a mortalidade infantil.

-Nos jovens, não queremos tantos filhos. Eu gostaria de ter dois, talvez três, quatro, no máximo. Eu própria conheço as raízes que servem para abortar. Mas eu não sou a favor do aborto. Eu antes prefiro usar qualquer coisa preventiva.

-As nossas mães não querem ensinar-nos os ardis para evitar os filhos. Eu tenho três e não quero mais. Em Luanda usei a pílula, mas tinha muitas dores de cabeça e engordei muito. Um pouco de gordura fica bem, mas eu fiquei como uma bola. Então, consegui dez camisetas de vênus para experimentar, mas o meu marido recusou totalmente. Nunca, disse. Portanto, penso que vou ficar aqui em Mafongo. Parece que a única maneira de não ter mais filhos é não ter homem... Ela riu.

-Até porque nos somos quem tem que tomar conta dos filhos. E de todo o trabalho de casa. Na cidade, por exemplo, os homens chegam da fábrica e sentam-se, nas calmas, a ouvir o rádio. Temos-nos de cozinhar também para eles. E por a mesa e servi-los...

-E se eles não gostarem podem sempre ir para outras mulheres...



Há ainda poligamia em Angola. Especialmente no campo. Muito homem tem três ou quatro mulheres. Mas não aqui a volta de Quessua.

-As nossas aldeias estão demasiadas perto da missão a qual influencia muito os costumes.

Falo sobre os meus filhos e conversamos sobre a educação a dar aos nossos filhos para que aprendam a tratar das suas coisas, pois que os velhos nunca irão aprender.

-Eu penso que temos de esperar pela nova geração para mudar, diz Doroteia.

-Já não se pratica aqui o alembamento?

-Pratica sim. O meu noivo teve de pagar o alembamento ao meu tio, irmão da minha mãe. Se o meu tio não tivesse recebido dinheiro o nosso casamento seria amaldiçoado por ele. Eu poderia ter ficado doente ou não engravidar.

-Mas tu ainda acreditas nisso “Uma coisa de velhos!” diz Maria. O alembamento é degradantes para nós mulheres.

-Isso mesmo... vinte e oito contos é o meu valor. A venda! Mais barato do que duas vacas... É o fim! Mas costumes destes vão acabar. Não os teremos por muito mas tempo.



Ana na lavra (a direita).

-Ana, quem manda aqui?

-Os homens, naturalmente.

Ana não pensa como as jovens. Para ela está tudo bem.

-Com a mecanização da agricultura, o trabalho vai ficar facilitado. Quem vai usar os tractores? Hoje es tu a responsável pelo trabalho na lavra. Tu fazes o trabalho de um tractor.

-Claro que são os homens quem vai usar os tractores, diz Ana. Eles são muito mais fortes.

-Mas tu es muito forte! É muito mais duro estar horas e horas, com a enxada, a arrancar as mandiocas da terra. Este trabalho é muito mais pesado do que conduzir um tractor.

-Acha que sim? Ana parece estar muito duvidosa.

-Então, tens que mandar a tua filha Suzana usar o tractor.

-Talvez... o que eu desejo é que a minha filha vai aprender agricultura durante uns anos na Bulgária. É o meu sonho.

Mas Ana insiste em quem manda são os homens. O irmão é para ela o próprio poder.

A entrevista com a Ana foi feita em 1979.

1992 em Luanda receberam a noticia que a Quessua foi totalmente destruída pela guerra.

Não existe mais...

Nem Ana. Nem Maria. Ninguém...

Mercado

Extracto dum texto de Uanhenga Xitu, adaptado para o ensino de 2:º Nível das escolas angolanas.





Funda estava em festa. E tudo festejava: O capim, as mulembas, os embondeiros, as bananeiras. Por que sacudiam a sua folhagem, se nessa manhã não havia vento?

Dos carreiros que desciam das encostas, pelas bandas dos muceques e de Cabiri, mulheres e crianças, mães e filhas, com cestos empilhados de mandiocas, de castanhas de caju e de mangas, vinham correndo para não perderem a oportunidade de venda e do “Sivaya, Sivaya”.

A praça que funcionava debaixo de um tamarindeiro, estava apinhada de gente que fazia passeio somente, de gente que namorava e queria namorar, de gente que apreciava a gente do mato como se essa gente não fosse a sua gente, de gente miúda que chorava, que mastigava, que falava baixo. E, ainda, de gente vestida de factos e de trapos, de saias e de panos, de sapatos e de pé calçado pela natureza, de chapéu, de capazete e de turbante.

E nessa praça, para se ouvir o que o interlocutor dizia, era preciso encostar o ouvido. Tal era o barulho que se fazia!

Uns discutiam preços. Outros contavam, em voz alta, dinheiro, cacussos, mangas e outros produtos à venda. Alguns liam cartas, acabadas de chegar agora, para as outras pessoas. Outros contavam novidades da cidade e do “mato” e vice-versa.

Algumas famílias quando topavam com os seus, como que espantados, abraçavam-se e batiam-se demoradamente nas costas, numa satisfação franca. Olhavam-se, ainda agarrados, e interrogavam-se: –Veio? – Vim. Voltavam a abraçar-se e estalavam risos abertos.

E na praça da Funda! Aqui, viam-se estendidos, no chão nu ou sobre serapilheiras: Montinhos de tomate e de tomate de quimbundo, de batata doce, de mandioca, de quiabo, de milho fresco, de couve repolho, alface, cebolas, abóboras, limões e feixes de cana-de-açúcar. Acolá, cestos com castanhas de caju, mangas, dendens, feijão verde e seco, jinjilu, cacussos, missolos, bagres e mais e mais coisas.





Jacinta do Kirindo

Entrevista com uma mulher dum cooperativo no campo.



São onze horas e o sol bate nas ruas desertas da aldeia. As casas, cor de areia, estão já fechadas, em silêncio, sob a quietude do calor ardente. A sombra, de baixo de uma árvore, estão sentados alguns homens. Duas galinhas saem dum quintal onde mulheres preparam o almoço. Outro homem traz peixe para venda, na sua bicicleta. O calor é muito. As folhas quietas.

É a aldeia do Kirindo, perto do Caxito. Aqui mora Jacinta Nunes de Oliveira. Camponesa, 25 anos. Tem hoje, um filho de quatro anos. Dois filhos mortos, de subnutrição e sarampo. Um de nove meses, o outro de um ano e sete meses.

Está grávida, de novo.

O dia desta jovem mulher começa pelas cinco horas quando se levanta e vai ao quintal onde prepara o mata-bicho para o filho e o marido. Café com arroz ou pão. Às seis horas vai para o campo. Hoje é para schar em volta dos tomates, cebolas, pimentas e gindungo. 5 × 10 metros é a parte que lhe cabe do cooperativo da aldeia, que emprega 40 pessoas. 32 mulheres e oito homens.

Com a transformação econômica verificada da independência do país foram criadas algumas condições para novas formas de exploração da terra. Entre elas as associações e cooperativos agrícolas.

Em 1988-89 existiam em Angola 2 063 cooperativos e associações com um total de 193 883 membros (45 por cento mulheres e 55 por cento homens).

É assim que, aqui, em Kirindo, na terra fértil, explorada antigamente por um português, se cultivam agora, produtos em grande escala para venda.

A idéia de cooperativa estava subjacente a idéia de modernização da agricultura que a tornasse mais rentável e, ao mesmo tempo, que desse aos camponeses a possibilidade de receber, em dinheiro, pelo trabalho no campo cooperativo.

O trabalho das mulheres em Kirindo renda-lhes um salário de dez contos por mês, de venda dos produtos. Mas ainda não foi modernizado o trabalho agrícola. Jacinta trabalha com a enxada. A associação, porem, tem um tractor.

Às dez horas Jacinta volta do campo para casa. Fazer o almoço e depois ir para a sua lavra.

Toda a mulher, no Kirindo, tem a sua lavra individual. Lá cultivam batata doce e mandioca. Economia de auto-suficiência alimentar tão peculiar as famílias rurais africanas e na qual a mulher desempenha um papel fundamental.

Na sua lavra Jacinta trabalha até as 18 horas. Depois vai para o rio, toma banho e lava a roupa. Quando regressa a casa, de nove, prepara o jantar. Hoje é caldo de peixe com batata. Finalmente Jacinta cuida do seu filho, lava a louça e arruma a casa.

Deita-se às 11 horas ou a meia noite. Levanta-se de novo as cinco...

Este o ciclo fatal da sua vida.

-Nem sempre as cooperativas trouxeram vantagens para as mulheres. O trabalho agrícola tornou-se mais pesado e exigiu mais tempo. A sobrevivência na aldeia, em material alimentar continuou a depender do trabalho das mulheres, nas suas lavras individuais.

Mas a lavra não produz excedente e a necessidade de dinheiro, que se obtém pela venda de produtos agrícolas, leva-as ao trabalho coletivo, nas associações e cooperativas, organizado para a venda. Deste modo, aumento ainda mais o tempo de trabalho das mulheres.



-E por isso que, em cada mudança ou projecto se tem de analisar em que medida, tanto os homens como as mulheres são envolvidas e beneficiam, diz a Idalinda Rodrigues, jurista angolana que nos acompanhou na visita ao Kirindo.

Os homens da aldeia levantam-se quando o pequeno almoço já está pronto. Alguns vão depois à pesca. Almoçam a comida que as mulheres preparam. Trabalham quando há trabalho para eles. Voltam para casa, comem, descansam. Depois se encontram e convivem com outros homens. Voltam para casa, deitam-se.

O marido de Jacinta é militar. O seu dia, portanto, não é assim. Mas é assim o dia de trabalho típico da maioria dos homens da aldeia.

Os homens do Kirindo ajudam na rega, plantação e colheita. Pescam também, mas têm muito tempo livre, comparativamente com as mulheres.

Não ajudam a tratar das crianças, a lavar a roupa, a fazer comida ou a arrumar a casa.

Os produtos da associação do Kirindo vendem-se no mercado gigantesco Roque Santeiro em Luanda ou em Caxito. Metade do que se ganha é gasto no transporte. O resto é para comprar óleo, açúcar, sal e outros produtos transformados.

-Transportamos os nossos produtos sempre a cabeça. É muito difícil, sobretudo na ponte que está estragada e sem segurança. Depois da ponte há um tractor. Tivemos antes um carro nosso, mas foi roubado em Luanda. Faz-nos muita falta um carro, diz a Jacinta.

-Não há muitos animais na aldeia. Morreram?

-Os cabritos estão a morrer com uma doença. Não veio nenhum veterinário para ver o problema.

-Em Kirindo há muito lugar para criar animais domésticos, galinhas, porcos, coelhos, cabritos etc. Há terra, há gente e necessidade, mas a criação de gado deixou de fazer parte dos hábitos desta população de pobres, por razões que desconhecemos. Talvez com algum apoio de exterior e dinamiza dores a explicar as vantagens, a população ganhe consciência dessa necessidade, refere à Dra Idalinda Rodrigues que acrescenta:

Infelizmente com a sobrecarga de trabalho a que estão submetidas, de manha á noite, as nossas mulheres rurais continuam impossibilitadas de participar nesse tipo de reunião, pelo que as suas consciências pouco se transformam. A falta de tempo é assim, a nosso ver, aquilo que mais prejudica a mulher.

-Porque morrem tantas crianças no Kirindo?

-Gerei sete filhos. Perdi quatro. Um nasceu morto. Os outros três morreram todos com um pouco mais de um ano. Tenho três filhos agora e desejo muito que nada de mal acontece, diz Isabel Diego Salvador.

Estas crianças morreram todas com sarampo.

E, no entanto, elas estavam vacinadas!

A nossa equipe de reportagem foi, pela segunda vez, ao Kirindo. Conosco uma enfermeira, a parteira Engracia da Maternidade de Luanda, para tentar descobrir a razão porque tantas crianças morrem aqui. No contacto que tivemos com as mulheres do Kirindo, na primeira vez, verificamos que, a maior parte delas, perdera muitos dos seus filhos. Com sarampo.

Isabel mora numa casa bem arrumada, conhecida na aldeia por ter fogão e geleira – e televisor!

A família tem um conto no banco de Caxito. Ali depositam as suas pardas poupanças. Trabalham na lavra e no cooperativo o que lhes permite estas pequenas economias

A casa, melhorada com cimento e chapas de losalite, é uma das muitas, cor de areia, ao longo das ruas da aldeia. Ruas limpas bem longe do lixo de Luanda.

Isabel é casada com o Sr. Antonio Pereira que também é camponês. Dominga, a filha mais velha, tem 14 anos, o filho, Caetano, tem 12 e José está com dois. Isabel é analfabeta, mas Domingas e Caetano vão à escola. Já sabem ler e escrever.

Kirindo é uma aldeia que parece funcionar bem. A terra é fértil. Está localizada perto dum rio onde há peixe. As galinhas fornecem a carne e os ovos. As mulheres e os filhos procuram à água fervida da Açucareira, a meia hora de distancia da aldeia onde existe também uma clinica e uma escola.

Kirindo fica perto do Caxito onde também há clinica e escola.

Aparentemente, as crianças do Kirindo não deveriam morrer.

No entanto, elas morrem.

Subnutrição? É sabido que as crianças subnutridas dificilmente sobrevivem ao sarampo.

Vimos muita crianças, os cabelos amarelados, em geral sinal de subnutrição.

-Talvez seja o sol porque só o pequeno tem esta cor, diz Isabel. Os mais velhos brincam na sombra.

Engracia mede a largura dos braços das crianças mais magras. 13, 14 centímetros quase todos. Só existe subnutrição grave quando o braço mede abaixo dos 12 centímetros. Ou seja, na aldeia só algumas crianças estão ligeiramente subnutridas.

Parece que, em geral, as crianças não comem muito mal.

-Eu preparo o mata-bicho às sete horas, diz Isabel. Pão e leite. Peixe frita. Eu mesmo só vou comer quando volto do campo às nove horas. O almoço é ao meio dia. Arroz, tomates, peixe frito ou batata doce. O peixe é feito com óleo de palma, cebola e kiasa. O que nos produzimos na cooperativa de agricultura é para vender no Roque Santeiro. Mas temos as nossas lavras individuais. Também arranjo comida no Mercado em Caxito. Também encontro aí o gás. O jantar é às oito horas da noite.

-Hoje, ao jantar, o que vão comer?

-Não sei ainda. Talvez kissaka e batata doce. Peixe ou mandioca. Folhas de mandioca com ginguba.

Este ano é difícil encontrar batata doce. A produção da aldeia perdeu-se por causa das chuvas. A inundação do rio destruiu as lavras, nas margens.

-Quer dizer que há pouca comida?

-Sim. Quando as lavras perto do rio ficam inundadas. A seca também destrói. E os bichos. Numa altura tivemos porcos, mas ficaram todos doentes e morreram. Não há por aqui qualquer veterinário. Vamos tentar de novo com os porcos embora com medo de que acontece a mesma coisa.

Isabel diz também que não se comem cabritos na aldeia.

-Os poucos cabritos que temos, vendemos no Roque Santeiro. Gostamos mais de carne de vaca e galinha.

A próxima vez que eu vi Jacinta foi em 1992, num campo de refugiados fora da Luanda. Kirindo foi atacado e destruído por UNITA e todo mundo fugiram. Jacinta perdeu seu filho recém-nascido durante a fuga difícil e perigoso. Agora mora com o seu filho junto com os outros sobreviventes da sua aldeia numa tenda chamada Kirindo.



*Kirindo foi destruído pela UNITA.
Encontrei os sobreviventes em 1992 num campo de refugiados fora de Luanda.*



Uma parteira tradicional

Há uma parteira tradicional no Kirindo.

-Mas ela está a ficar velha e cansada. Então eu já assisti a três partos e vou continuar ajudar, diz Isabel.

No Kirindo faltam instrumentos para partos. De vez em quando cortam o umbigo com machadura. E põem cinza de esteira no umbigo.

-Mas depois não usamos esta machadura para o funje, explica Isabel.

As mulheres vacinam-se duas vezes contra o tétano.

-Deve ser cinco vezes, diz Engracia. Para ficarem definitivamente vacinadas.

-Há cloroquina para as mulheres grávidas?

-De vez em quando há. Os nossos maridos ajudam a procurar, de vez em quando. Mas também há homens que falam: “Es tu que sofre! Vais tu no Roque procurar!”

-E a água que vem do rio e não de açucareira, fervem-na?

-Geralmente não a fervemos.

-Por quê?

-Por falta de paciência e tempo, diz Isabel. Há sempre problemas com a falta de gás.

Há muitas crianças com sintomas de lombrigas. Isabel acha que se deve por brincarem no chão e no rio. Por outro lado, raras vezes são deparasitadas.

As crianças do Kirindo são vacinadas no Caxito.

-Temos então, que ver se há algum problema com a vacina, diz Engracia.

-Estou preocupada que tantas crianças, mesmo vacinadas, morrerem de sarampo aqui!

Contatamos com a doutora Lourdes Junca, da Direcção Nacional de Saúde Pública.

-Poderia dar-nos uma opinião sobre a morte destas crianças vacinadas e que vivem numa aldeia que funciona bastante bem?

-Primeiro temos de ver como é feita a gestação da criança. Se a mãe é mal nutrida a criança já nasce fraca. Como as mães, em Kirindo, em geral fazem acompanhamento pré-natal, as crianças não morrem nos primeiros dias de vida, período em que a incidência de tétano/neonatal é freqüente, explica doutora Lourdes.

A criança é amamentada no primeiro ano da vida, então normalmente não sofre de subnutrição, sobretudo quando complementada, na época certa, com outros alimentos. Depois de quatro, seis meses devem introduzir-se papas de frutas, cereais etc.

Deve ser observado também o espaçamento entre os nascimentos das crianças. Se uma nova criança nasce antes da outra ser desmamada, uma delas vai ser prejudicada. Pode facilitar a subnutrição e permitir as complicações serias do sarampo.

Aproximadamente um terço das mortes de crianças em todo o mundo é causada por que as mulheres terem muitos partos, ou terem partos muito próximos uns dos outros. O risco de morte para os bebês aumenta em cerca de 50 por cento se o intervalo entre os partos for menor que dois anos. Dar a luz mais de quatro crianças aumenta os riscos de saúde durante as gestações e os partos.

Durante o primeiro ano de vida completa-se normalmente o calendário de vacinação básica. Se a criança não é levada regularmente ao Centro de Saúde muitas vezes esse calendário não é completado permitindo o aparecimento das doenças, por exemplo, sarampo.

-Um dos problemas sérios, é que a mãe tem que assumir muitas vezes todo o trabalho de casa e na lavoura. É não lhes sobra tempo para mais. As crianças ficam prejudicadas com esta falta de tempo das suas mães.

-E os filhos da Isabel? Eles estavam vacinados e morreram os três, com pouco mais de um ano.

-Qualquer criança vacinada, com uma vacina de boa qualidade, tem um risco de cerca de cinco por cento de não ficar imunizada. Por outro lado, para que a vacina tenha capacidade para proteger contra a doença precisa de ter uma boa qualidade de fabrico, (e existem garantias dos fabricantes), uma boa conservação durante o transporte, desde os produtores até ao depósito nacional e provincial – até neste caso, ao Centro de Saúde de Caxito. No Centro de Saúde ela tem que ser conservada em condições de temperatura bem definidas.

Durante as sessões de vacinação a vacina tem que ser bem conservada até serem aplicadas na criança. Também a técnica de aplicação tem que ser adequada senão inutiliza o efeito de vacinação e impede que o organismo fique protegido.

-Ou seja, as razões podem estar no que acabo de dizer, pois que raramente a criança tem uma doença grave que não possibilita que o organismo desenvolva defesas contra a doença.

-Então, se a cobertura vacinal está dentro do normal e mesmo assim aparecem casos de sarampo, é necessário ver qual é o factor que está implicado nesse fenómeno. Se a temperatura de conservação das vacinas não for rigorosamente observada e mantida pode haver inutilização das vacinas. A pessoa vai vacinar o seu filho – e não faz efeito algum!

No Bengo só uma em cada nove crianças está vacinada contra a pólio.

Segundo estatísticas de 1989, na provincial de Bengo, onde fica Kirindo, há 6 800 crianças, com menos de um ano.

Vacinados com BCG (contra tuberculose) 45 por cento.

Contra sarampo 36 por cento. Uma criança deve ser vacinada contra o sarampo aos nove meses. Se for vacinada antes ela não aproveita.

Pólio precisa de três doses.

No Bengo, a cobertura de pólio completa é de 11 por cento.

Das 6 800 crianças receberam a primeira dose 3 931.
A segunda dose 1 374. A terceira dose 734.

Só uma, em cada nove crianças está vacinada!

Vacina tripla – contra difteria, tétano e tosse convulsa – também só 11 por cento tem as três doses necessárias.

-Como melhorar esta situação grave?

-As vacinas devem estar todos os dias, no Centro de Saúde, a disposição das populações, diz a doutora Lourdes. Na situação actual, mães e pais não podem ter dias marcados. Se um pai vai, por exemplo, com uma criança com febre ao Centro de Saúde deve aproveitar e levar os outros filhos para ser vacinados.

-O cartão de saúde infantil deve sempre, mas sempre acompanhar a criança. Da mesma maneira que os adultos levam os seus documentos. A criança pode adoecer subitamente e ao ser levado ao Centro de Saúde ou hospital, o técnico de saúde pode fazer o controle das vacinas através do cartão.

A vacinação tem que ser acompanhada por outros cuidados primários de saúde como, por exemplo, higiene e nutrição.

-Uma vez que culturalmente o grande número de filhos está associado à ideia de compensar a alta mortalidade infantil, é necessário que se tomem as medidas adequadas para garantir a sobrevivência de cada criança que nasce, através da estabilidade econômica e social da família incluindo o acesso a alimentação, habitação, educação, emprego e meio ambiente saudável.

-O que fazer para melhorar a situação?

-Fazer chegar junto das populações o máximo de informação sobre a necessidade da vacinação regular das crianças. Nos Centros de Saúde, em palestras para grupos e através de orientações individuais durante a vacinação.

A doutora Lourdes acha muito importante os meios de comunicação de massas. Rádio, televisão e jornais. A rádio tem grande penetração a nível rural e deve procurar formas criativas e atraentes para apresentação de temas de saúde. Durante um jogo de futebol, por exemplo, ou no intervalo duma telenovela.

-A informação nas escolas é também muito eficaz. A criança absorve bem e pode informar os seus familiares. Ao nível da comunidade podem ser aproveitados os clubes juvenis, as associações de bairro, os grupos religiosos e outros agrupamentos.

Devem ser aproveitados os grupos artísticos, folclóricos ou musicais para dramatizações dos assuntos de saúde, a fim de atrair o interesse das comunidades.

-As empresas também deverão ser envolvidas.

-Assim, salvaremos, com certeza, muitas crianças.

Vamos plantar 500 mil árvores

Mulheres e ambiente.

O sol brilha por cima das goiabeiras, cajueiros, mamoeiros, acácias, limoeiros e laranjeiras. Os arbustos emparreiram com flores de todas as cores. As árvores formam linhas rectas.

Tudo está bem organizado, verde, bonito. Os trabalhadores faziam a rega quando visitamos o projecto de arborização, no Caxito.

Trata-se de um projecto da ADPP (Ajuda de desenvolvimento de Povo para Povo) em conjunto com o ministério da Agricultura e o Instituto de Desenvolvimento Florestal.

A ADPP fez a primeira experiência de plantação de árvores, em Março de 1989, no município de Bengo.

Na seqüência da primeira campanha foram plantadas, em 15 bairros, 100 600 árvores. O objectivo é plantar 500 mil árvores. Até o próximo ano.

Nas campanhas participaram mais de 400 famílias e mais de 500 pessoas voluntárias, das quais acima de 50 por cento eram mulheres.

A desertificação no mundo em geral e em África em particular, aumenta dia a dia.

No sul de Angola, a seca é já uma das conseqüências desta degradação ecológica.

Também a sul de Luanda, já se vêem claramente os resultados nefastos da falta de árvores, da falta de entendimento sobre a necessidade de não degradar o ambiente. E as centenas e centenas de palmeiras mortas, floresta mórbida de troncos pretos e secos que não servem a ninguém. Já serviram para o fábrica de maluvo. O homem matou, com cortes, a palmeira viva, para de ela extrair a seiva. Cortou e não plantou.

Refazer o meio ambiente torna-se assim de importância primordial. Com este objectivo, estão já em curso alguns trabalhos para refazer a floresta. Existe também um programa nacional de arborização e o projecto de Caxito insere-se neste âmbito.

Em todo o mundo subdesenvolvido as mulheres desempenham um papel muito importante na agricultura e relacionam-se directamente com a natureza. Elas são responsáveis por cerca de 80 por cento da produção alimentar agrícola, na maior parte da África subsaariana.

Assim, a desflorestação e a desertificação significam diminuição dos recursos destas mulheres. A confecção de alimentos, a busca e aprovisionamento de água e combustível para utilização doméstica, o artesanato, a confecção de alimentos para venda, fontes de receita, todas estas actividades dependem dos recursos naturais existentes.

Por esta sua secular actividade, as mulheres rurais são o grupo mais vulnerável a degradação ambiental. Ela e os seus filhos. A destruição do ambiente obriga-a a um aumento, cada vez maior, das suas horas de trabalho sem que isso represente aumento da qualidade de vida. Pelo contrário. Elas são cada vez mais pobres e sem recursos.



Sempre que há uma diminuição dos recursos florestais ou em água, mais tempo a mulher tem que depender na procura de lenha para combustível e na busca de água.

Sempre que há diminuição de fertilidade dos solos, torna-se mais difícil a produção de alimentos de primeira necessidade. Isto provoca também a emigração masculina, na busca de melhor vida, e aumenta ainda mais a responsabilidade da mulher que fica com os filhos.

Sempre que a agricultura de subsistência se torna menos possível torna-se absolutamente necessário ganhar dinheiro para se adquirirem esses produtos.

Tudo isto faz com que as mulheres rurais, nos países pobres, como Angola, tenham cada vez menos tempo para cumprir com as suas tarefas quotidianas ligadas com a alimentação e o cuidado com os filhos e familiares.

“Ó pior inimigo do ambiente é a pobreza“ dizia Indira Gandhi. Em certa medida. Os pobres na sua luta pela sobrevivência no dia a dia depravam a natureza. Não tem outra hipótese. Também não tem, nem meios nem conhecimentos, que lhes permitam poupar os recursos naturais.

Ao mesmo tempo, a saúde e nutrição das famílias de que a mulher tem normalmente a responsabilidade são também grandemente afetadas com a falta de recursos energéticos. Os alimentos cozinhados diminuem, aumenta o consume de comidas cruas ou de pouca cozedura, diminui na dieta alimentar os alimentos que demoram muito tempo a cozer como o feijão e os cereais. Diminui a disponibilidade familiar de dinheiro para comprar alimentos, pois que com ele se tem de comprar combustível.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) iniciou um estudo sobre a relação existente entre as graves doenças de vista e respiratórias tão frequentes nas mulheres dos países em desenvolvimento e a sua exposição aos gases contaminantes dos combustíveis usados na cozinha.

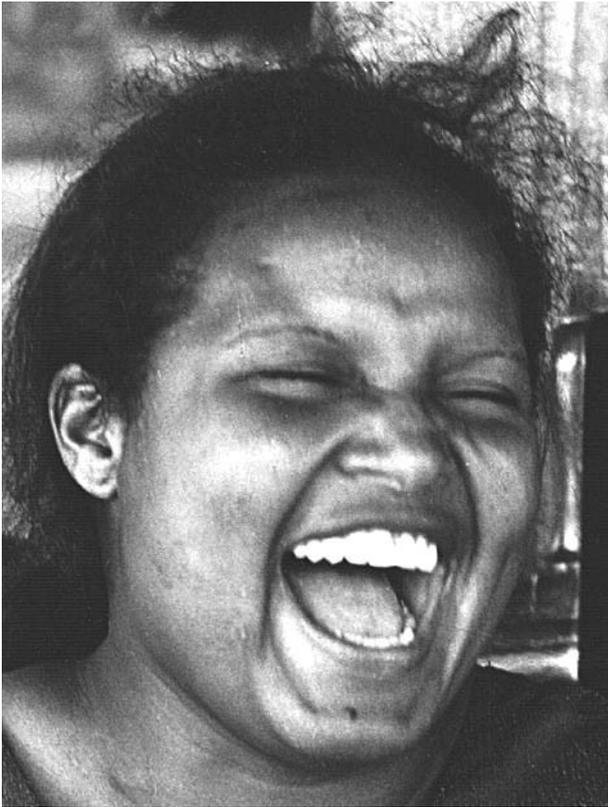
Por isto mesmo elas tem todo um interesse particular no reequilíbrio da natureza e em projectos como o de Caxito.

No Caxito há uma Escola Técnica Rural para órfãos e vítimas de guerra refugiados.

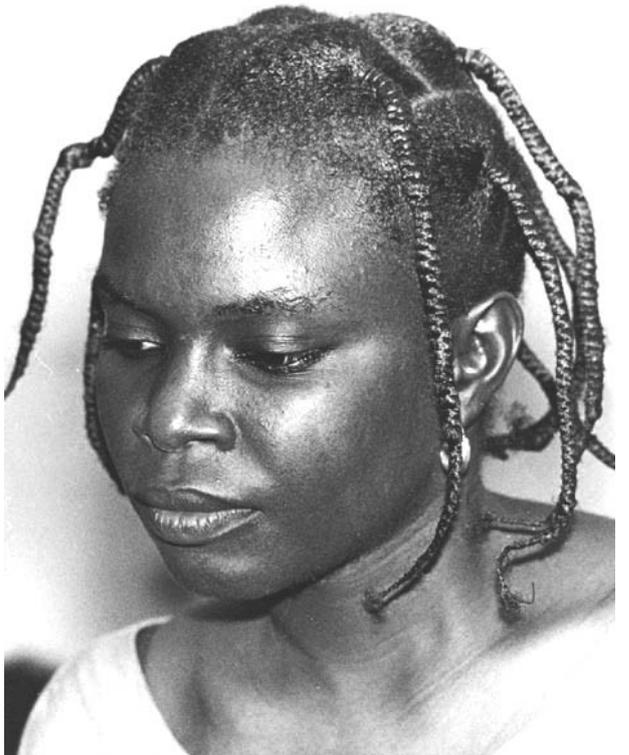
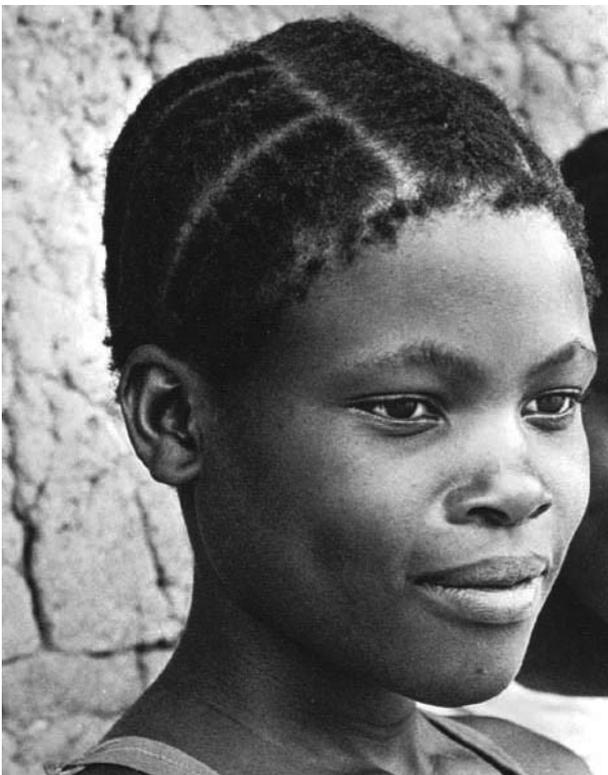
Em frente da escola, um grande campo onde cada aluno planta uma árvore para depois cuidar pessoalmente durante o ano letivo.

Podem ver-se algumas árvores já grandes dos primeiros alunos e outras menores, dos alunos recém-chagados.

A idéia é sensibilizar os jovens da importância do meio ambiente e da arborização.



"Bemvinda camarada Birgitta" Rufina Maria da Cruz oferece um bolo da OMA.





António Jacinto

*Eu queria escrever-te uma carta
amor,
uma carta que disesse
deste anseio
de te ver
deste receio
de te perder
deste mais que bem querer que sinto
deste mal indefinido que me persegue
desta saudade a que vivo todo entregue...*

(...)

*Eu queria escrever-te uma carta
amor,
uma carta que ta levasse o vento que passa
uma carta que os cajús e cafeeiros
que as hienas e palancas
que os jacarés e bagres
pudessem entender
para que se o vento a perdesse no caminho
os bichos e plantas
compadecidos de nosso pungente sofrer
de canto em canto
de lamento em lamento
de farfalhar em farfalhar
te levassem puras e quentes
as palavras ardentes
as palavras magoadas da minha carta
que eu queria escrever-te amor...*

Eu queria escrever-te uma carta...

*Mas ah meu amor, eu não sei compreender
por que é, por que é, e por que é, meu bem
que tu não sabes ler
e eu – Oh! Desespero! – não sei escrever também!*

(Extracto do poema Carta dum Contratado do poeta angolano António Jacinto.)

Entre o analfabetismo e a tecnologia avançada

Pequena síntese da tese de sociologia “Feminismo Africano” de estudante angolana, Rita Bernarda.

A mulher africana não beneficia do crescimento econômico dos seus países.

A estudante angolana Rita Bernardo argumenta na sua tese de sociologia “Feminismo africano”, numa universidade inglesa, que nas cidades em desenvolvimento, a transição duma economia tradicional baseada na unidade familiar para uma economia industrial urbana baseada no trabalho assalariado tem, infelizmente, afetado a situação da mulher duma maneira negativa.

Neste caminho para uma economia urbana e moderna a situação da mulher tem sido intencional e subtilmente escamoteada, a sua produtividade tem sido desvalorizada e o seu papel social marginalizado.

Ou seja, na transição de uma para outra economia o papel desigual e subalterno da mulher não se alterou.

O maior problema que enfrentam os movimentos de mulheres africanas tem sido a falta dos governos e das agências de desenvolvimento em não reconhecerem a mulher africana como um facto nos projectos de desenvolvimento e no processo de tomada de decisão.

Se for já um dado que a condição da mulher africana tem que ser melhorada, os governos devem dar as mesmas oportunidades a ambos os sexos.

Iguais oportunidades nas áreas da educação do analfabetismo e mudanças nas estruturas sociais, políticos e econômicas são as condições para obter a igualdade em todas as esferas.

Sempre que a educação não fosse obrigatória à família favorecia a educação dos rapazes. A educação era sempre um grande sacrifício. O papel tradicional das meninas relaciona desde muito cedo, com a economia doméstica e a maternidade.

Mesmo quando as meninas conseguem alguma educação é apenas um mínimo enquanto que os rapazes são encorajados a irem cada vez mais longe.

Esta meia educação das meninas faz, muitas vezes delas, semi-analfabetas.

Ao impor novas formas de organização do trabalho, a exploração colonial teve profundos efeitos na família tradicional africana.

A lógica colonial e patriarcal visou enfraquecer a estrutura da sociedade tradicional africana e a destruição da identidade das mulheres africanas.

Em sentido moral, o colonialismo tentou reduzir a mulher africana a um objecto que os colonos usaram a seu belo prazer.

Mas a mulher de África sofre também com os seus próprios homens

Para muitas delas, o papel da mãe, esposa, namorada ou irmã está culturalmente determinado. Durante séculos, foi construída a volta disto, toda a mística da mulher – a mulher totalmente ligada às tarefas reprodutivas.

A situação do movimento das mulheres, em África, difere do das sociedades ocidentais e enquadra-se no âmbito da luta de Libertação Nacional, luta pela educação e luta para consciencialização.

Na África do Sul, por exemplo, a luta das mulheres teve sempre uma expressão política ligada a luta de Libertação Nacional com os sindicatos e os partidos políticos. Elas mobilizaram a ajuda humanitária internacional chamando a atenção para a suas condições de pobreza nos bairros de lata e especialmente para as condições de vida das suas crianças e dos órfãos.

Mas as mulheres africanas lutam também contra a dominação dos próprios homens africanos. Os valores dos opressores afetaram fortemente a estrutura da sociedade tradicional africana já profundamente patriarcal.

Outra luta concernente ao movimento das mulheres africanas é a educação. Tradicionalmente, o papel das moças esteve sempre ligado a economia doméstica. Elas preparavam-se ainda para dar a luz, no sentido de produzirem força de trabalho.

O analfabetismo e a falta do acesso à formação profissional são, na realidade, dos principais obstáculos a participação das mulheres no desenvolvimento dos países africanos.

A maior parte destes países tem uma herança colonial de analfabetismo, com uma incidência muito grande nas mulheres. A mulher foi também por esta via, discriminada socialmente e cada vez mais afastada do mundo político.

Hoje, apesar das algumas oportunidades abertas para elas, é muito difícil vencer esta barreira da educação.

A falta de condições que incapacitam as habilidades necessárias e indispensáveis à produção moderna conduz a situação em que as mulheres africanas se encontram no mercado de trabalho.

Neste sentido e por outro lado, o movimento das mulheres africanas tem o importante papel de convencer as próprias mulheres da necessidade absoluta de se abrirem a mais e melhor educação e da necessidade de saírem de dentro de suas casas para participarem nas tarefas da sociedade.

O "feminismo" em África faz-se, em parte, com a luta pela libertação e o respeito pelos valores tradicionais africanos.

Mas algumas feministas africanas emergentes tem um ponto de vista diferente. Elas fazem a crítica a algumas tradições como a poligamia e lutam pelos direitos específicos das mulheres.

É dito também por algumas destas feministas que em África a luta deve ser orientada contra as conseqüências do colonialismo, mas também para as necessidades específicas das mulheres, para aqueles assuntos que afectam e seu estatuto e condição tais como a poligamia, a circuncisão feminina e outras tradições negativas.

O desenvolvimento econômico é o principal determinante em favor da participação das mulheres nas actividades económicas.

Para determinar a natureza desta participação em África, há que se ter em conta a interacção entre factores sócio-cultural e económicos com o conceito tradicional do papel das mulheres na família e na sociedade.

O dinâmico processo de crescimento económico pode, no entanto, não ter favorecido a integração das mulheres na moderna força de trabalho por falta de iguais oportunidades nas áreas da educação, formação profissional e na eliminação do analfabetismo.

Olhando algumas causas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, uma abordagem rápida poderá sugerir que o subdesenvolvimento é causado pela falta de tecnologia moderna e de facilidades social características da sociedade industrial.

O despertar de uma rápida urbanização no período colonial e de necessidade económico forçou mulheres e moças, nas áreas urbanas, a procurar emprego fora da casa.

Mas, por outro lado, factores sócio-económicos tais como o seu nível educacional, a ideia na sociedade de que o trabalho da mulher é necessariamente em casa com as responsabilidades domésticas, restringem as possibilidades reais das mulheres entrarem activamente na moderna força de trabalho.

Só através do aumento dos seus conhecimentos e educação, as mulheres entram na produção em competição com os homens e só assim, elas se transformam em forças no processo de produção.

”Quis fazer alguma coisa”

Entrevista com Marilina de Carvalho da Igreja Metodista de Luanda.



-Quando vi aquelas crianças pobres nos musseques, as roupas rotas, a fome nos rostos e sem escola, eu quis fazer alguma coisa! Foi absolutamente necessário para mim.

Começou o trabalho da senhora Marilina de Carvalho, da Igreja Metodista Unida. Com crianças e mulheres.

-Interessa-me muito trabalhar, sobretudo com aquelas mulheres que não tiveram oportunidades na vida, principalmente as das áreas rurais e das áreas suburbanas.

A Igreja Metodista tem alguns programas de alfabetização e prepara mulheres para irem trabalhar com as mulheres do interior.

É neste contexto que tem aqui, em Luanda, um Centro de Formação de Mulheres.

Neste centro, que já existe há 10 anos, recebem mulheres pobres dos vários pontos do país, geralmente das aldeias.

São-lhes dadas aulas de higiene, culinária, costura. Matérias muito básicas, mas que elas não dominam e que lhes são fundamentais nas suas funções e responsabilidades domésticas, sobretudo na saúde e vestuário das crianças. Noutras aulas aprendem de como trabalhar e influenciar positivamente a comunidade.

Uma vez regressadas as suas aldeias, estas mulheres transmitem as outras os conhecimentos adquiridos.

-Elas adquirem assim, de como devem tratar os seus filhos e até mesmo como devem utilizar os produtos para diversificarem e enriqueceram as refeições.

-O recrutamento é feito no seio da igreja. Temos igrejas espalhadas por varias províncias do país para onde mandamos os avisos. Pedimos para que nos selecionem e enviem uma ou duas mulheres. O nosso espaço é muito limitado. Apenas para 12 a 15 alunas internas. Todos os anos recebemos, para formação este número de mulheres. O curso dura um ano ao fim do que regressam as aldeias de origem. São geralmente mulheres jovens que vem.

-Gostaríamos de trazer aos cursos mulheres mais adultas, mas estas enfrentam problemas com os maridos e é-lhes, por outro lado, muito difícil deixarem as suas famílias por tanto tempo. Uma ou duas vezes tivemos aqui mulheres com os filhos, mas a experiência não foi boa.

Também já cá tiveram mulheres vindas de Moçambique, que fizeram aqui o seu treino.

Recrutam também mulheres de Luanda. O curso tem também alunas externas. Recebem principalmente jovens que não conseguiram estudar, por varias razões ou não conseguiram empregos. Estas jovens podem ou não pertencer a igreja metodista.

-O problema mais grave da mulher angolana hoje é, sem duvida, a falta da educação, de conhecimentos. Ela tem muita vontade de lutar pela vida, mas é muito limitada nos seus conhecimentos. A mulher angolana também sofre muito da falta de meios. Vivemos todos estes anos de guerra. A guerra desorganizou as comunidades e destruiu os já poucos recursos.

-Quando falo da mulher estou a pensar principalmente na mulher do campo, do interior. Aí estão os verdadeiros problemas. Viajamos algumas vezes pelo interior e conhecemos a situação de pobreza extrema. Sem quaisquer possibilidades. Com um quotidiano muito duro. Às vezes, nem mesmo possuem os meios para poder fazer agricultura, base da sua subsistência e das suas familiares. Os problemas da água são dramáticos. As mulheres gastam tempo infundável na busca de água. Os problemas consequentes da destruição do país, as suas casas foram destruídas. Algumas não têm roupa. Há mulheres que não aparecem a falar conosco porque não tem o que vestir! As doenças das suas crianças... estamos a encontrar crianças com problemas de subnutrição gravíssimos. Parece grávidas, tal a dilatação dos seus ventres. E não precisamos ir muito longe de Luanda. Basta ir aí ao Kwanza norte, Ndalatando. Visitei bairros que me deixou profundamente abalada.

-É triste, triste porque nos sentimos de certa forma impotentes para resolver e ajudar a resolver os problemas dessa gente tão pobre, tão insegura, tão dependente. As mulheres enfrentam estes problemas, sem saber como agir. A gente vai para dar alguns conhecimentos, mas depois acontece que elas não têm os meios para aplicá-los. Tudo isto faz com que nada possa funcionar como deveria e a mulher tem vedado, o acesso a qualquer tipo de desenvolvimento.

-Em nível de cidade podemos dizer que as mulheres têm um pouco mais de facilidades. Mas elas também precisam de muita educação e formação profissional. Quero dizer que as mulheres não têm consciência do que é realmente o desenvolvimento em si. E porque não tem essa consciência, elas labutam diariamente, num corre corre, sem saberem realmente o que vão alcançar. Onde isto acontece, nunca há de haver modificação. A mulher não tem tempo para se questionar sobre as razões da sua pobreza. E assim perpetua a sua pobreza. É o que está a acontecer, nesta cidade de Luanda.

-Os vossos contactos com os musseques de Luanda?

-Temos igrejas em todos os musseques de Luanda. Implantadas aí, nos meios mais pobres. Desenvolvemos programas de alfabetização e costura. Também fazemos palestras de formação dirigidas, sobretudo as mulheres desses bairros pobres. Palestras sobre saúde e outros problemas relacionadas com a mulher.

-Nota diferença entre a mulher do musseque e as mulheres do campo?

-Sim, há diferença. A mulher em Luanda, apesar de tudo, tem já a influencia da radio e televisão. A mulher do campo tem um circulo muito limitado de vida. Quando vem do campo e passam, por exemplo, um ano no nosso centro elas regressam com novos hábitos, outros costumes e de certa forma, outra mentalidade. Mais avançada. Mas dentro dos nossos programas fazemos sempre lembrar as pessoas que elas vêm aprender para ensinar e que não devem nunca esquecer o meio de onde saíram. Elas próprias devem reconhecer a diferença na perspectiva de levarem as novas idéias para o campo.

-Quando falam de saúde também discutem o planeamento familiar?

-Sim, aqui em Luanda. No interior não. Iniciamos os programas de planeamento familiar com muito cuidado. Interessa-nos muito dar a saber como cuidar bem dos filhos. Sabemos que a mudança de mentalidade não é fácil e se as mulheres souberem como cuidar dos filhos já é, em nossa opinião, muito importante. Eu concordo plenamente com o planeamento familiar, mas tem que haver uma estratégia para introduzi-lo no campo. Não pode ser feito muito directamente porque não é fácil as pessoas aceitarem.

-Já fizemos palestras com os maridos em Luanda e os maridos são os mais relutantes em aceitar. Isto causa muitos problemas as mulheres. Dentro do casal, muitas vezes, a mulher aceita e o marido não. Mas penso que alguns homens vão já concordando com a idéia.

Em material de alfabetização, Marilina de Carvalho acha que tem grandes dificuldades. Muitas mulheres desistem alegando falta do tempo, outras, com mais vontade ou disponibilidade, acabam a alfabetização só que depois não há um seguimento. Algumas, mais jovens, continuam os estudos, matriculam-se.

-Penso que deveria haver um programa mais completo que possibilitasse o estudo após a alfabetização. A respeito da falta do tempo das mulheres – um velho problema – nos dizemos de que deve haver divisão de tarefas entre homens e mulheres. O pior é concretizar a idéia. Fundamentalmente por causas das tradições culturais. Muitas mulheres confessam que os maridos não aceitam a divisão de tarefas.

-Os filhos rapazes ajudam as mães em casa até aos 14, 15 anos. Depois deixam de ajudar. Por quê?

-É assim mesmo. Com essas idades eles sentem-se homens e então assumem isso e deixam de ajudar as mães. Fazem como os pais. Sentem vergonha de fazer trabalhos considerados de mulher. Esta é a influencia do pai no seio da família e da sociedade.

-Quer dizer que tal pratica vai perpetuar-se. A mulher vai continuar com o trabalho duplo...

-Sim, mas penso que se o trabalho de mentalização para uma alteração das mentalidades continuarem, vai conseguir que as mulheres cada vez mais se libertam deste trabalho duplo. O trabalho doméstico será partilhado com o marido. Não vai ser uma mudança rápida, mas paulatina. Mesmo aqui nas cidades com pessoas já com certa educação e preparação, há homens que não aceitam o trabalho dentro de casa. E criticam outros homens que ajudam as suas mulheres, que tem uma atitude de companheirismo e de partilha dentro da família.

Numa Njamosimbamosanti



Mila Santos primeira pilota feminina de Angola.

Em Angola independente, gostaria que todos – incluindo as mulheres – terão a oportunidade de trabalhar como motoristas e pilotos e engenheiros e ainda noutros ofícios.

(Njamosimbamosanti, camponesa na região leste de Angola, 1972.)

“Vi numa telenovela brasileira uma mulher que era mecânica”

Entrevista com uma angolana mecânica.



Susana dos Anjos.

-Eu gosto tanto de máquinas! Acho que estou aqui por isso.

Susana dos Anjos é uma das alunas no CEFOPESCAS, Centro de Formação Profissional de Pescas, no Cacuaco. É o primeiro ano em que a escola também tem mulheres. Entre 225 alunos, 14 são mulheres.

-Nasci em Malanje, mas vim da cidade do Sumbe onde o meu pai é chefe de Sector do Tribunal.

Dos oito irmãos Susana é a caçula. Tem 18 anos. A mãe é doméstica, mas também faz trabalho de costureira.

E o seu gosto por máquinas. De onde vem?

Susana da risada e diz que o seu pai tem um carro que quase sempre está avariado.

-Eu vi os meus irmãos a repará-lo e fiquei muito interessada. Mas eles não me deixaram ajudar ou aprender. Mesmo assim comecei a gostar muito de máquinas. Uma curiosidade tremenda! Depois vi numa telenovela brasileira uma mulher que era mecânica e pensei que também uma angolana poderia trabalhar como mecânica.

Susana teve conhecimento de CEFOPESCAS através da publicidade na rádio e no jornal. Estavam a recrutar mulheres para vários cursos. Optou pela mecânica naval, conversou com os pais e estes consentiram a fizeram a sua inscrição na Delegação das Pescas do Sumbe.

Antes do início do curso, Susana fez testes de aptidão a duas disciplinas – matemáticas e língua portuguesa – e foi aprovada.

Lúcia Pimental é natural de Golungo Alto, Kwanza Norte. Ela começou a trabalhar com 19 anos no Sindicato Nacional de Saúde. Depois conseguiu um trabalho no Cacuo, no escritório da Direcção de CEFOPESCAS.

-Fiquei muito interessada quando soube que é possível para mulheres ser alunas lá.

Lúcia fez as provas de matemática e portuguesa. E foi aprovada.

O sonho de Lúcia é ser técnica de frio.

-Mas é o Ministério de Pescas que vai decidir onde eu vou trabalhar. Gostaria mesmo de trabalhar aqui no CEFOPESCAS.



Susana queria trabalhar em grandes embarcações. Ela também gostaria de ter três ou quatro filhos, um marido corajoso, sem complexos, compreensivo porque a profissão por que ela optou é complexa, partilhando o desejo de progredir na sua carreira e ajudá-la.

Lúcia e Susana só querem filhos depois de acabar os estudos. Elas vão ficar em casa enquanto os filhos foram pequenos, mas depois querem continuar as carreiras.

-E nós não vamos ter mais do que quatro filhos...

O CEFOPESCAS tem instalações para alojar 300 alunos. As áreas profissionais principais em que são oferecidos cursos: Mestre de pescas, maquinista naval, técnico de frio, eletricitista naval, eletrônica, gestor de pesca.

Os alunos estudam na escola durante dois anos e, em seguida, tem um ano de prática. Durante os dois primeiros anos, além dos seus cursos profissionais, os alunos estudam também nove disciplinas gerais, recebendo depois um diploma escolar correspondente a oito anos de escolaridade. O período de prática, o terceiro ano, é realizado nas diferentes empresas de pesca – no mar e em terra.

O estudante tem subsídio mensal e o alojamento é gratuito.

Quando saímos da escola, Susana olha para nós, e dá mais um sorriso alegre:

-Sabe que agora os meus irmãos já me deixam reparar o carro do meu pai...

Fabrica e casa: O trabalho duplo



Conceição Adão trabalha na fábrica de cigarros.

-Estamos contentes por ter um emprego e gostamos da fábrica, mas temos que fazer muita ginástica para viver.

Conceição, Tamar, Ema Elisa e Florinda trabalham na fábrica de cigarros FTU, em Luanda.

Conceição e Tamar são apanhadoras. Ema Elisa é escrituraria e Florinda é operadora de máquina.

O salário de Conceição é de 7 200 kwanzas por mês.

-Pago 2 700 pelo aluguer, 1000 pela água e 500 a 1000 pela corrente. Preciso comprar comida. Um peixe custa 1000 kwanzas, um frango cinco contos. Depois há a roupa, os sapatos o material para a escola dos filhos etc.

Conceição Adão é viúva e tem três filhos.

O salário não chega para quase nada. Ela tem também direito ao autoconsumo de cigarros e uma cartão de abastecimento.

Mesmo assim ele tem que “fazer muita ginástica para viver”.

A FTU é uma empresa que data dos anos 50. Actualmente importa tabaco do Brasil, Zimbábue e Cuba. Antes o tabaco vinha de Malanje. Hoje não. A guerra desorganizou a produção e o transporte.

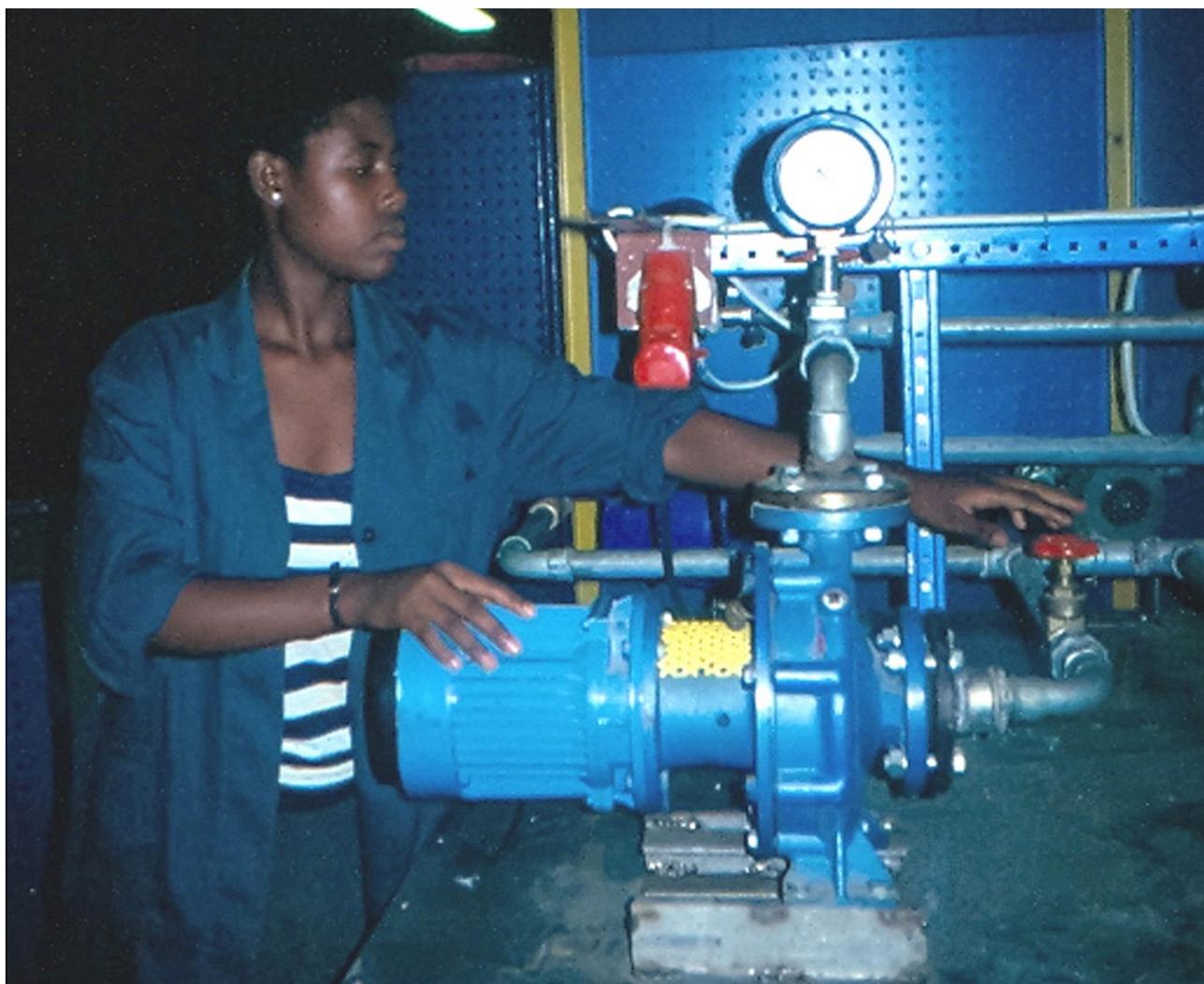
Conversamos com Conceição, Tamar e Ema Elisa num belo e fresco jardim da fábrica. Lindas flores e palmeiras, um pequeno lago com peixes. Três grandes batuques.

-Os batuques são para os filhos dos trabalhadores. Vêm professores três vezes por semana. Há um grupo de dança e música, explica Ema Elisa.

A fábrica ministra cursos de alfabetização. Conceição e Tamar são alunas. Há também dentista, posto de saúde, refeitório. A creche “Tuzila” para 125 crianças, está um pouco afastada.

A FTU tem 332 trabalhadores. 95 são mulheres.

As mulheres constituem cerca de 20 por cento dos assalariados não-agrícolas em Angola. Este número tende a aumentar.





Por causa da guerra muitas mulheres foram forçadas a deixar o campo. Deslocaram-se para as cidades e exercem sozinhas o cargo de chefe de família. Muitos maridos estão na tropa.

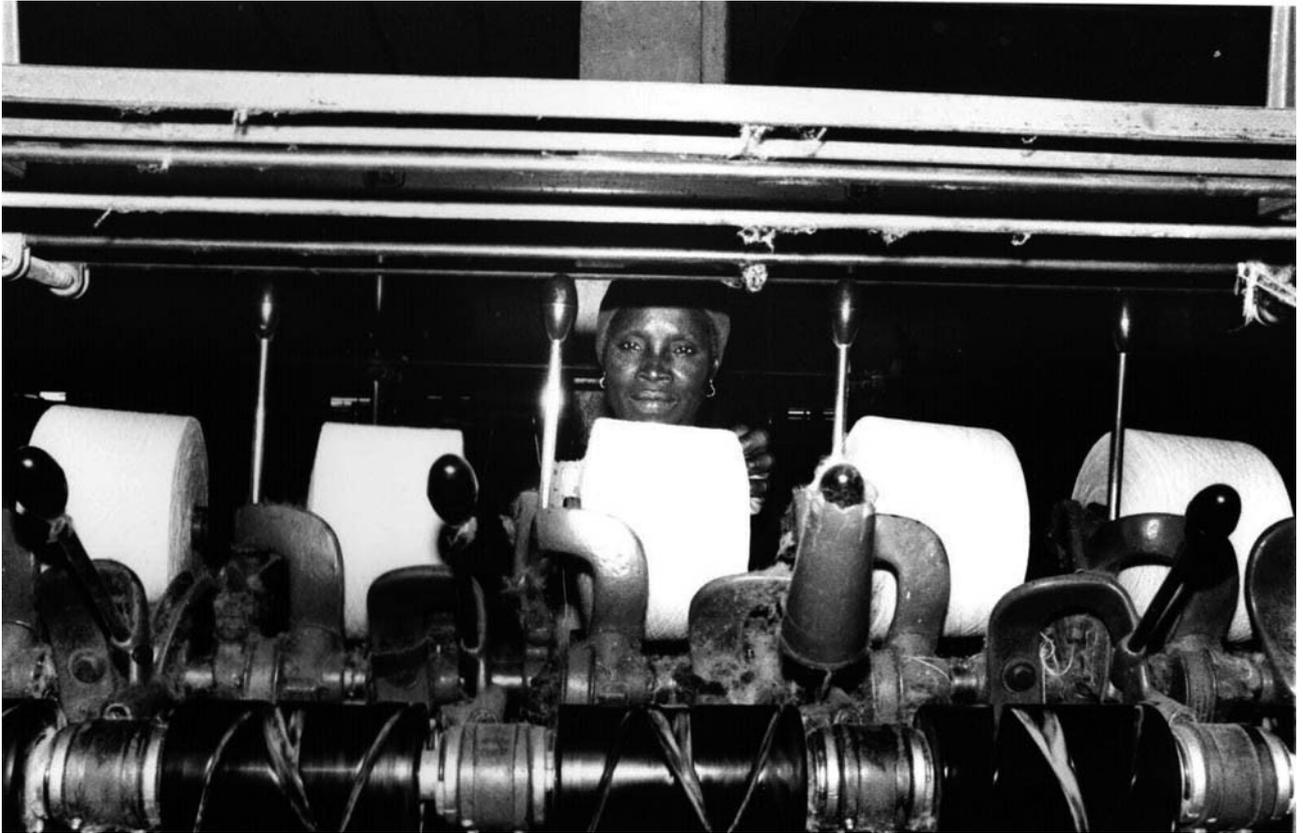
Aumentou assim a oferta de trabalhadoras nas cidades. A falta de dinheiro para as responsabilidades do lar obriga-se a uma busca constante de trabalho.

Apesar desta situação, de um considerável exercito de força de trabalho feminina, em quase todas as empresas o número de trabalhadores homens é muito maior do que o das mulheres e a taxa de desemprego feminino atingem um nível muito superior ao dos homens. Também as possibilidades reais de promoção são maiores para o sexo masculino e há uma grande concentração de mulheres em profissões e tarefas subalternas, ou seja, menos qualificadas. A presença das mulheres em postos de chefia é quase nula.

Algumas razões porque os empresários preferem homens às mulheres: As mulheres têm níveis inferior de instrução, menos formação e experiência, menos robustez, ausências mais freqüentes. E a razão que mais custa: As sucessivas gravidezes.

Estas razões que mergulham em causas profundas de natureza cultural (tradicional), e menos profundas de natureza conjuntural determinam a desvalorização da mulher no mercado do trabalho.

Conceição sente na sua própria pele esta desvalorização. Os filhos, os trabalhos domésticos impedem a sua superação profissional.



Mesmo quando o nível de instrução é já alto verifica-se que não há uma oferta proporcional de mulheres qualificadas que queiram e possam trabalhar fora das suas casas. Elas são os lemes dos seus lares que não podem abandonar.

-Estava em casa com os meus filhos. Quando morreu o meu marido, fui obrigada a procurar um emprego. Substitui-o na FTU, diz a Conceição.

-Comecei como trabalhadora não-qualificada e agora sou apanhadora.

Conceição mora no Bairro popular. Tem 40 anos e a sua caçula tem três anos. A filha mais velha tem 23 e trabalha numa empresa de pesca em Luanda. Os três rapazes estudam.

-Muitas de vocês trabalham de pé em frente das máquinas. Não cansa muito, assim, um dia inteiro de pé?

-Sim, claro. As costas doem. As pernas incham.

Quando a Conceição chega a casa, à noite, deita-se no chão, a barriga para baixo, e a filha pisa-lhe as suas costas.

-É uma espécie de massagem. Assim melhora um pouco!

-E ao fim da semana? Vai passear? Aproveita para repousar e ouvir um pouco de radio? Ou bebê calmamente uma cerveja com as amigas?



Ela sorri, desencantada.

-Nada disso. Preciso lavar roupa. Passar roupa. Preparar as crianças. Arrumar tudo lá em casa!

A única hora de repouso para a Conceição é quando ela vai à missa, ao domingo, entre as sete e as oito horas de manhã...

-Depois volto ao trabalho da casa. E segunda-feira – a fábrica de novo...

Tamar Chepia é natural da Andulo, no Bié. Os pais eram camponeses. Tem seis filhos. Um morreu. Ela chegou a Luanda, em 1962. Começou a trabalhar no caminho de ferro como cozinheira. Entrou na FTU como trabalhadora não-qualificada, mas agora é apanhadora como a Conceição. Mora na Cazenga.

-É tão longe que o transporte da fábrica não chega até lá. Preciso de apanhar o “quinhentos”. Mil kwanzas por dia... Se fizer a conta, com o meu salário de 7. 200 kwanzas por mês, está a ver os problemas...

-Mas o problema maior para todas as mulheres é o trabalho duplo, diz Ema Eliza.

-Imagina o dia inteiro na fábrica. Quase sempre de pé. Depois o caminho cansativo até casa. E lá começam todas as tarefas domésticas... Os homens sentem vergonha de ajudar a mulheres em casa. Muitas mulheres são escravas dentro dos seus próprios lares.



“Preciso beber álcool para dormir”

Entrevista com mulheres das Salinas (1990).





Quem viaja para o norte de Luanda pode vê-las ali, perto do Cacuaco. O sol brilha de tal modo que apenas nos apercebemos das suas sombras negras na brancura do sal que fere os olhos.

São as mulheres das Salinas do Cacuaco. Elas chegam manha cedo e ficam todo o dia dentro da água salgada donde retiram o sal. Curvadas, as mãos no sal, enchem as suas baldes que, em seguida, levam a cabeça para os camiões que o transportem até ao armazém. Voltando atrás, sob o sol branco, de novo curvadas, as mãos no sal enchem os baldes...

-À noite, doem-me tanto as costas e arde tanto a minha pele que eu preciso beber álcool para poder dormir, diz uma das trabalhadoras de salga.

Aqui, na EMPROMAR, trabalham 24 mulheres e cerca de 20 homens. Extraem 300 toneladas de sal por mês.

Maria mora em Luanda e trabalha nas Salinas desde os 15 anos. Tem quatro filhos.

-Se a minha filha mais velha quer trabalhar aqui também? Nunca! Uma jovem nunca vai querer este tipo de trabalho. É duro demais. Só uma pessoa como eu, que estou acostumada, agüenta.

Mas ela parece muito cansada.



-Se pelo menos houvesse um lugar a sombra para descansar um pouco, de vez em quando.

Não há nenhum toldo para fazer sombra. Existira um, em tempos, mas foi roubado durante a guerra e nunca mais foi substituído, referiu um dos trabalhadores.

A única coisa que a empresa fez, até agora, para melhorar as pesadas condições de trabalho, foi ter comprado botas. Mas esqueceram as meias...

-Não deve custar assim tanto melhorar um pouco mais as nossas condições de trabalho, diz outra das mulheres. Luvas, por exemplo. Olha! As nossas mãos ficam todas estragadas e cheias de gretas. Óculos escuros também. Os nossos olhos doem porque o sal é tão branco no sol que às vezes penso que vou ficar cega.

Estas mulheres não tem qualquer possibilidade de se lavarem, em água doce, depois do trabalho. Vão para casas cheias de sal onde nem sempre podem dispor dum pouco de água para retirarem o sal que greta as suas peles.

As suas roupas deterioram-se rapidamente. Deviam ter fardas próprias.

Amanhã começam as férias de Maria.

-Vou ficar em casa. Descansar, descansar. Descansar as minhas costas, descansar os meus pés, os meus olhos, as minhas mãos. Longe, longe do sal e do sol.





As mãos ficam todas estragadas e cheias de gretas.

Rainhas e tradição

Extractos de Pepetela: Lueji, romance 1989.

Foi uma cerimónia simples, na grande tácita do Conselho e o povo à volta na praça. Lueji foi purificada pela pamba, recebeu o fogo sagrado que colocou à entrada da sala. Todos os fogos foram então apagados em Mussumba, só ficou o que ela acendeu. Todos teriam de o ir aí buscar com archotes, para acenderem os das suas casas. Lhe colocaram sobre os ombros o manto real de cor púrpura, vindo gerações atrás do lago salgado de Oriente, lhe entregaram o ceptro talhado em pau preto que ela segurou, pensando preferir uma rosa de porcelana. Sobre a cabeça lhe colocaram as milúinas de poder, ao pescoço o colar tchimba com a grande concha trazida também do Leste. Lhe entregaram depois o machadinho de duplo gume, símbolo de chefia, e o mupungo, espanta-moscas com sortilégios mágicos. Finalmente ela ergueu o braço acima da cabeça para todos verem o lukano sagrado que o pai lhe colocara no pulso. Todos bateram palmas e assim reconheceram nela a rainha.

(A seguir, a rainha é levada à sua nova casa, acompanhada pelos gritos jubilantes do povo. Começa a festa de coroação. Participam na festa as jovens todas – menos a rainha. A sua participação nos festejos é proibida.)

Estava só. Terrivelmente só. Ela e o seu lukano. Tinha de se habituar à solidão que havia de ser a sua vida, a partir de agora. Mas sentia revolta. Nunca mais podia correr pelas chanas nem subir nas árvores, provocando os rapazes que tentavam lhe acariciar os seios? Nem ir para as lavras com as mulheres do pai, usando o matemo para cultivar o massango e o feijão macunde? Nem fazer potes e panelas e moringues, no maior silêncio para o espírito da cerâmica não despertar e os partir? Nem mesmo ir ao rio ou ao lago? Isso não, tinha de ir. Mas com escolta, o que ia aumentar ainda mais a solidão. O poder é um vício, adquire-se usando-o, assim dissera Kondi. Não, ela nunca se viciaria. Trocava facilmente o lukano pela liberdade perdida. Hoje. Mais tarde também?

A rainha Nyacatolo de 112 anos





A Rainha Nyacatolo viveu nos últimos anos da sua vida nesta propriedade estatal em Luanda.

Em 1983 a Rainha Nyacatolo teve que fugir. Da sua terra, região do Alto Zambeze, para a Zâmbia.

De bicicleta!

Com 103 anos de idade!

A fuga levou três dias e três noites.

Foi necessário fugir por causa da guerra.

De noite, dormia debaixo de tectos feitos de folhas de árvores. A rainha estava acompanhada pelo irmão e um comissário que puxavam a bicicleta.

Atravessavam os rios, dentro de água, a rainha lá em cima da bicicleta.

Um carro aguardado na fronteira com a Zâmbia e um avião em Lusaka. O avião trouxe-a até Luanda onde mora agora a rainha numa casa grande, perto do palácio de protocolo de Estado.

Nyacatolo Chissengo, de 112 anos de idade, é filha de Chikassa Sachissengo e de Nyacatolo Kutemba, ambos de profissão agricultores, natural de Cazembo, Município de Alto Zambeze, provincial de Moxico. Ela é rainha dos luvale e também de toda a área geográfica dos Lunda Chokwe.

Fui mãe de dois filhos, já falecidos.

A rainha teve a gentileza de nos convidar a visitá-la.

Uma parte da família está presente. Depois de meia hora abrem-se as cortinas e ela entra. Pequena e estreita, vestida dum blazer vermelho muito moderno, com perolas brancas e na cabeça a coroa

tradicional dela. Os olhos atrás dos óculos escuros parecem um pouco cansados, mas ao mesmo tempo lúcidos e interessados.

Depois dos cumprimentos ela manda-nos sentar e começamos a conversar.

-Sim, a minha mãe também era rainha. Com o título de Nhakatolo Kutemba. Teve um único irmão e ela era a única filha da coroa. Sendo assim ela era muito querida e criada com os melhores cuidados e educação da época e da corte.

-Após a morte da sua avó começou a reinar e percorria o reino escutando os problemas do povo.

-O seu reinado viu-se confrontado com os colonos portugueses, mas ela mantinha-se corajosa. Os portugueses precisavam de mão de obra da região e queriam que a rainha lhes fornecesse as suas gentes. Ela aconselhava o povo a fugir e a emigrar se fosse necessário. Os portugueses ficavam em litígio com a rainha a qual nunca se deixou intimidar.



A Rainha Nyacatolo entrevistada pela autora deste livro.

A mãe da Rainha Nyacatolo faleceu em 1956.

-A mulher daquela época era muito dedicada e cumpria escrupulosamente as suas obrigações, diz a Rainha Nyacatolo.

-O dever principal da mulher é, como se sabe, ter o seu lar e dedicar-se a difícil tarefa de cuidar dele, incluindo a criação dos filhos.

-Mas há as que se distinguiram sem passar pelo casamento!

E a Rainha fala duma dessas raras mulheres, Nyamutel Passo.

-Segundo testemunhas oculares, mesmo não possuindo filhos, dedicava-se a criar sobrinhos e netos indirectos. Ganhava o seu sustento dedicando-se a agricultura além de pesca e artesanato. Com os lucros destas actividades chegava a adquirir gado e aves de capoeira. Era tão responsável que os homens lhe entregavam a chefia da aldeia na ausência dos homens.



A Rainha Nyacatolo já nasceu rainha e começou a reinar com 79 anos de idade quando a mãe morreu. Foi coroada no dia 27 de Fevereiro de 1957.

Como rainha tinha direito a muitos maridos, mas teve só dois filhos.

-A minha vida assemelha-se muito a dos meus antecessores embora com uma saliente diferença, o recrudescimento da luta de libertação nacional.

-Claramente falando, posso afirmar que eu sempre fui rainha desde a minha meninice e não me tornei rainha dum momento para o outro. Filha única de mãe cabia-me todos os direitos de reino incluindo a coroa. Por esta razão foi nomeada para ocupar o sobado de duas localidades autónomas. De Lupache primeiro e de Luvua depois. Antes da morte da minha mãe.

-Comecei a exercer as funções de regime sobal no Município de Lumeja-Cameia, onde fui substituir o trono do falecido soba Nhamuxili. Posteriormente sai por ordem necessidade da minha mãe Rainha Nyacatolo Kutemba e fui comandar a Ganda do Katoji. Apos longo tempo naquela Ganda e do falecimento da minha mãe fui tirada da área de Katoji para assumir o trono. Depois desenvolvi varias actividades, visitei em algumas províncias anteriormente distritos, visitei municípios, povoações e encontrei com alguns governadores distritais e inspectoras bem como alguns sobas, no leste do país.

Durante o dia da mesma maneira que a sua mãe, a Rainha atendia as pessoas junto com os anciãos, os aristocratas, para a solução de vários problemas, como casos de roubo, questões de amor etc. Todos os assuntos que se passaram na aldeia.

-Ouvimos falar que a Rainha participou na primeira guerra de libertação nacional. Pode falar um pouco sobre isto?

-Sabe-se que o Alto Zambese, particularmente Cavungo-Nana-Caudunho, fica na zona B da 3a Região politico-militar, Frente Leste. Por este motivo, sendo chefe tradicional do povo da área, fui sempre alvo da política salazarista na mobilização do povo o seu lado. Com este fim os portugueses levaram-me para Portugal.

-Quando regresssei os colonos esperavam-me dócil para conseguirem tudo por meu intermédio.

-Sou portuguesa, dizia eu quando me exigiam que assim dissesse. Entretanto aquilo que fazia não era o que dizia.

-Sensibilizava o meu povo para que contribuísse com viveres e dinheiro na resistência.

-Como é possível viver tão alerta com 112 anos?

-É o próprio destino de Deus, responde a Rainha com um sorriso.

Ela não vive só do passado. Esta muito consciente do que se passa hoje. A pergunta sobre o futuro de Angola, ela responde que quer a paz para o bem de todos.

-Estou muito preocupada com o meu povo falta de informações. O desvinculamento da língua nacional Luvale da Radio Nacional de Angola tem provocado um impacto negativo no sistema informativo do povo da região do Alto Zambeze. Fala com as suas amigas jornalistas na radio que elas fazem também programas na língua luvale!

O secretario informa que a visita está no fim.

-Como acabaram de ver, ela já é velha e por isso precisa de carinho e cuidados de todos nos porque sendo chefe tradicional é um símbolo vivo e patrono de tradição cultural, não só de povo Luvale, mas de Angola inteira.

A Rainha Nyacatolo faleceu em Julho 1992. Está enterrada em Cazombo, Moxico.



A Rainha Nyacatolo inaugurou a exposição de fotos da autora em Luanda.

Suor e alegria

-A dança significa uma grande parte de minha vida, é a minha principal forma de me comunicar, diz Ana Clara Rodrigues Guerra Marques.

É directora e professora de dança clássica e moderna da Escola de Dança do INFAC-Instituto Nacional de Formação Artístico e Cultural.

-Dou muita importância ao corpo, porque é um instrumento muito completo e posso descobrir quase todos os dias coisas novas para completar a linguagem da dança. Há muitas possibilidades, e como instrumento basta a si própria.

No seu caso pessoal, Ana Clara tem um instrumento duma perfeição incrível.

Música sacra de Jean Christian Michel está a ser tocada na sala de bailarinas no prédio da Academia de Música, situado na Marginal, de Luanda.

Logo em seguida, ritmos africanos do compositor nigeriano Guem.

Duas barras ao longo de duas paredes. Uma delas totalmente coberta pelo espelho enorme onde as bailarinas desde há décadas podem ver o resultado dos seus esforços. De vez em quando com cansaço e desespero, outras vezes com um imenso orgulho.



Ana Clara Rodrigues é professora de dança clássica e moderna.



Ana Clara Rodrigues e João Paolo Amaro ao lado da barra na Escola de Daíça.

Corpos dobrados, pescoços estendidos, braços voando, pernas no ar. Tudo parece tão fácil, tão difícil. O som da música mistura-se com o som dos passos leves no chão e da voz baixa da Ana Clara: “Um, dois, um, dois. Para frente, para trás.”

Ana Clara iniciou os seus estudos de dança clássica na Academia de Bailado de Luanda em 1970 com oito anos de idade. Em 1981 frequentou cursos de dança clássica, moderna e jazz na Companhia Nacional de Bailado, em Lisboa. Exerce prática regular como bailarina desde 1983, sendo também dessa altura as suas primeiras criações coreográficas.

-Aqui na escola vamos formar um conjunto Experimental de Dança. Para jovens entre 15 e 20 anos, diz a Ana Clara.

O programa deste ano vai ser uma reposição da obra sobre Lueji, que foi apresentada pela primeira vez em Julho de 1991, em Luanda.

O público angolano já conhece o livro “Lueji” de Pepetela. São duas histórias cruzadas de duas mulheres separadas por quatro séculos. Duma bailarina de hoje e do mito da Rainha Lueji.

A dança, que se chama “A propósito de Lueji” é com coreografia de Ana Clara, que trabalha sobre elementos sócio-culturais da realidade Tchocoque, recreando-os numa interpretação livre e pessoal.

Ela fez também pesquisas e estudos antropológicos da cultura Tchocoque.

- É uma cultura muito rica e parece-me não ter muita influência ocidental. Alguns aspectos parecem bastante puros, diz Ana Clara.

“A propósito de Lueji” vai ser apresentada em Dezembro.

-Nos mesmos fazemos as roupas, maquiagem e todas as decorações. É muito trabalho, mas muito giro também.

Os adereços de cabeça e máscaras são feitos pelo escultor Massongi Afonso, professor na Escola Média de Artes Plásticas, em Luanda.

Todos estes jovens sabem que fazer um espectáculo que no palco só dá impressão de prazer, perfeição e alegria, consiste em esforços enormes, dias e dias de treino muito sério, músculos que doem, repetições sem fim. Mas também aquela alegria profunda. E aquela fama...

Talvez...

Os alunos treinam todos os dias, na escola. Agora uma hora e meia de técnica e cerca de duas horas de ensaio. Há medida que se aproxima o espectáculo, tudo fica mais intenso.

As provas de aptidão para os alunos com dez anos são geralmente, feitas em Setembro e Outubro.

Para o Conjunto Experimental de Dança os jovens têm entre 15 e 20 anos. A escolha este ano já foi feita e o grupo tem 50 pessoas.

Uma delas é Rosana Monteiro, que começou a dançar aos nove anos e outro é João Paulo Amaro, um dos cinco rapazes do grupo, que iniciou aos 12 anos.

-Fiz parte dum grupo de ginástica. Um aluno da Escola de Dança convidou-me a ir lá ver e fiquei entusiasmado, diz João Paulo, com um grande sorriso.

A nossa bola rola

Entrevista com jogadores de handebol feminina.



São gêmeas de 27 anos. Fazem parte da Selecção Nacional feminina de handebol de Angola. Ana Beatriz Ceita e Ana Balbina Ceita, duas jovens cheias de força, alegria e vida.

Também jogam na equipa do Clube do Ferroviário.

Cuca e Petro Atlético, de Luanda e Gaiatos, Electro e Nacional, de Benguela são as outras equipas angolanas do handebol feminino.

O Petro Atlético de Luanda é campeã nacional.

Quem disse que as mulheres são o sexo frágil? Vá ver uma a jogar handebol! Quando ela corre, ultrapassa os adversários, dá um grande pulo no ar e chuta a bola com o braço direito. Que rapidez! Que força! A bola voa..... e GOOOOOOOOOOAL!

A Selecção Nacional é campeã africana. Ganhou o pan-africano, este ano, no Egipto e obteve o Segundo lugar, na taça Marien Ngouabi.

-As equipas mais difíceis de enfrentar internacionalmente são as de Costa de Marfim, Nigéria e Congo, diz Ana Beatriz.

Ela acha que a melhor jogadora de handebol é a Palmira Barbosa que joga no Clube de Ferroviário e que, naturalmente, também faz parte da Selecção Nacional de Angola.



-Para ganhar temos que treinar muito. Quatro ou cinco meses antes de um jogo internacional treinamos todos os dias, de manhã e a tarde, explica Ana Beatriz.

Os treinadores são o Sr. Beto Ferreira e o Sr. Fernando Moreria e a massagista e a Sra. Augusta Cristóvão.

Ana Beatriz e Ana Balbina começaram a jogar handebol em 1979. São de Luanda e eram alunas na escola São José de Colono. Nessa altura foram para o clube Ferroviário. Vem de uma família de dez crianças. Uma irmã mais nova joga basquete e um irmão joga handebol e estuda na França.

As duas gêmeas também jogam tênis e Ana Balbina foi campeã nacional de tênis.

-O tênis é um esporte muito bom porque podemos continuar a vida inteira a pratica-lo, diz Ana Balbina.

-Fazer desporto é muito saudável não só para o físico mas também para a mente, diz Ana Beatriz. A fazer desporto sinto-me menos pesada e mais relaxada. Isto da vontade de estudar mais. Ando boa porque é uma modalidade colectiva. Como, aliás, também o basquete, só que eu, fisicamente, adapto-me mais ao handebol. Tem que ser muito alta para o basquete.

Ana Beatriz estuda o terceiro ano na Faculdade de Economia. Ana Balbina estudou química e trabalha agora na Angomédica.

São casadas e Ana Balbina tem um filho de três anos. As duas pensam ter dois filhos.

-O maximo três! Para podermos dar uma vida boa a cada filho e termos uma vida que inclui ser mãe mas também, o que é igualmente importante, uma vida profissional.

Ana Paula Tavares, poeta de Lubango

CERIMÓNIA DE PASSAGEM

*“a zebra feriu-se na pedra
a pedra produziu lume”*

*a rapariga provou o sangue
o sangue deu fruto*

*a mulher semeou o campo
o campo amadureceu o vinho*

*o homem bebeu o vinho
o vinho cresceu o canto*

*o velho começou o círculo
o círculo fechou o princípio*

*“a zebra feriu-se na pedra
a pedra produziu lume”*

(Poema de Paula Tavares: Ritos de passagem, Luanda 1985.)

EXACTO LIMITE

*A cerca do Eumbo estava aberta
Okatwandolo,
“a que solta gritos de alegria”*

colocou o exacto limite:

árvore

cabana

a menina da frente

sáiram todos para procurar o mel

enquanto, o leite

(de crescido)

se semeava, azedo

pelo chão

comí o boi

provei o sangue

fizeram-me a cabeleira

fecharam o cinto:

Madrugada

Porta

EXACTO LIMITE

(Poema de Paula Tavares: Ritos de passagem, Luanda 1985.)



Ana Paula Tavares.

*O meu amado chega e enquanto despe as sandálias
de couro*

marca, de perfume as fronteiras do meu quarto.

*Solta a mão p'ra criar barcos sem rumo no meu
corpo.*

*Planta árvores de seiva e folhas. Dorme um pouco
Sobre*

o cansaço embalado pela leveza da esperança.

*Divide, comigo, laranjas... e os intervalos da
Vida.*

Então parte.

Deixa, perdidas, as belas sandálias de couro.

Vieram muitos

à promessa de pasto

traziam olhos rasos de poeira da sede

e o gado perdido

Vinham de mãos vazias

Os olhos rasos de poeira da sede

As sandálias gastas

Da procura de pasto

Ficaram tanto tempo ouvindo a massambala crescer

Que a pasto se gastou na sede

Partiram espalhando a seca

Com os olhos rasos do pasto.

*Desossaste-me
cuidadosamente
inscrevendo-me
no teu universo
como uma ferida
uma prótese perfeita
maldita necessária
conduziste todas as minhas veias
para que desaguassem
nas tuas
sem remédio
meio pulmão respira em tí
o outro, que me lembre
mal existe*

*Hoje levantei-me cedo
pintei de tacula e água fria
o corpo aceso
não bato a manteiga
não ponho o cinto*

*VOU
para o sul saltar o cercado*

(Poema de Paula Tavares: Ritos de passagem, Luanda 1985.)

Marcela Costa – tecelagem



Marcela Costa era secretaria geral da UNAP – União Nacional de Artistas Plásticos.



Marcela Costa vive num mundo de cores e formas, imaginação e inspiração. A sua arte é a realidade de Angola de hoje, misturada com raízes da cultura Tchovwe e influenciada pela técnica e cores dos países nórdicos onde ela também estudou com “Handarbetets Vänner” na Suécia.



Alunas praticam arte, principalmente tecelagem, a especialidade da Marcela Costa.

ãe, viúva muito cedo, Marcela Costa, com o arte no sangue e com talento nas mãos, e com fortes convicções organizativas, tornou-se uma personalidade cultural em Angola.

A experiencia adquirida dela materializou-se na ideia de criar um espaço artístico e cultural, para produção, promoção, divulgação e comercialização de artes.

Assim criou em 2000 o Atelier/Galeria de Arte CELAMAR. Os objectivos fundamentais da Celamar é servir a sociedade e dar o contributo no desenvolvimento artístico sustentável as comunidades, onde existem criadores, particularmente mulheres desfavorecidas.

Os projectos “A Mostra d’Arte Mulher e Coopearte” e “Cooperação pela Arte” em 2005 é a ultima descoberta da CELAMAR, as aplicações sagradas. Esta linha estética serve de adorno a uma novo transmissão da tradição oral graças aos seus inesgotáveis recursos contidos nos contos, proverbios, ditados e cantos.

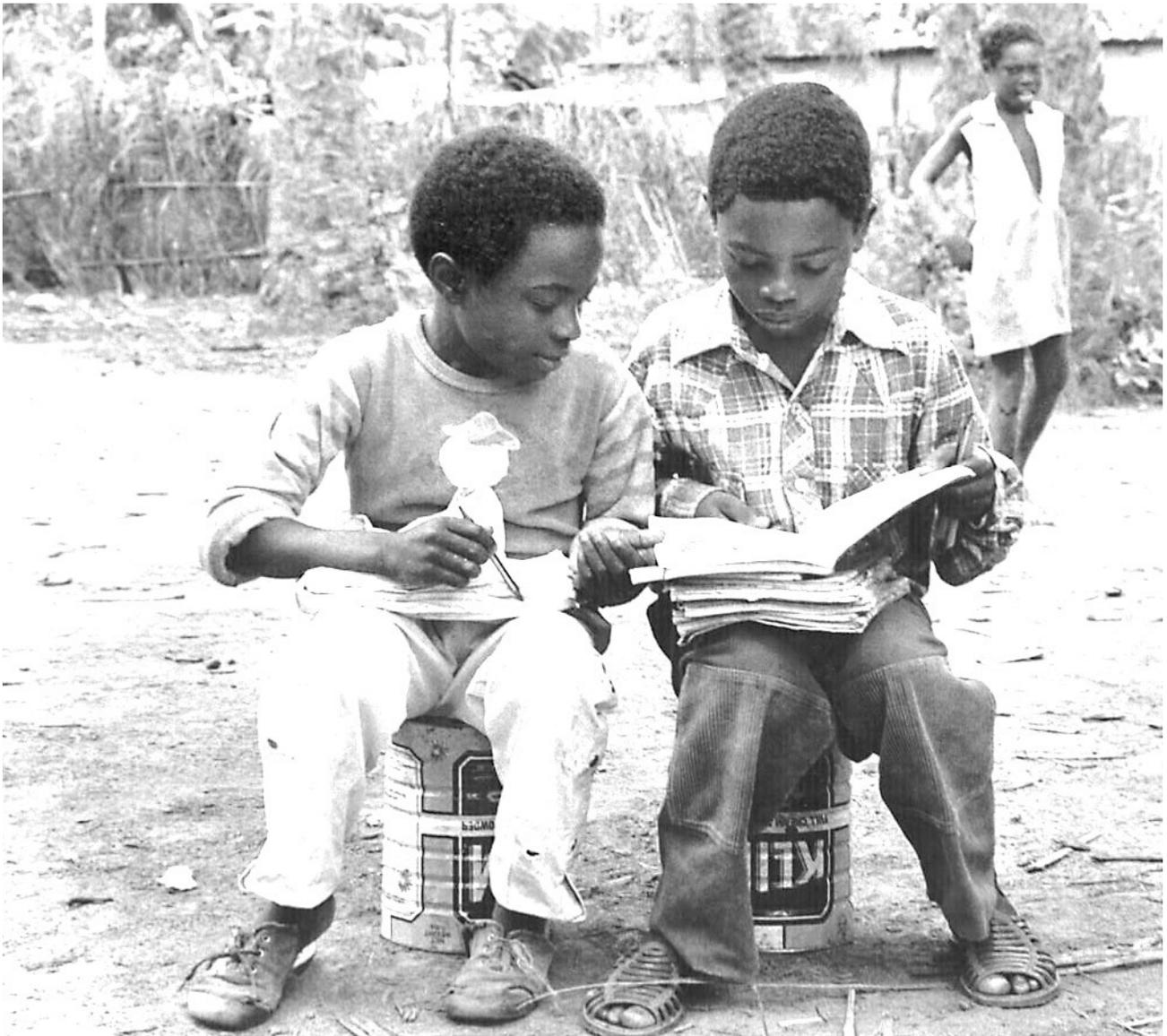
Nascida no meio da década 50 nas altas terras férteis do Golungo-Alto, bem irrigadas pelo majestoso Kwanza e o rio Zenza, Marcela Costa posicionou-se hoje como grande Amazona das Artes Visuais em Angola.

Não só eleger, mas também ser eleita

Entrevistas com mulheres na política.



Para conseguir a igualdade entre homens e mulheres, os homens devem mudar também. Desde muito jovens eles precisam aprender tomar responsabilidade para filhos e casa e resolver problemas sem violência.



As mulheres são 51 por cento da população do mundo.

As mulheres são menos que 13 por cento dos deputados do mundo.

As mulheres estão muito raramente nos lugares de decisão.

No entanto, os parlamentos e as assembleias nacionais são responsáveis pela feitura de leis e de políticas cujos efeitos se repercutem directamente nas mulheres.

Em Angola a população feminina é também majoritária.

A política é, aqui também, dominada pelos homens.

Para discutir isto e a mulher na política entrevistamos a Dra Mila Melo jurista e membro activo do PRD e da ACA, a engenheira Albina Assis, presidente do Conselho de Administração da SONANGOL, e membro do MPLA e a Dra Teresinha Lopez, jurista no Ministério do Plano.

As senhoras participaram directamente na vida política deste país. Querem falar-nos das vossas trajectórias?

Mila:

-Já no liceu, fiz parte do movimento estudantil. Casei-me muito cedo e por isso tinha que fazer um super-esforço para conciliar tudo e prosseguir os meus estudos. Em 1989 fiz parte da Comissão Instaladora da ACA, Associação Cívica Angolana. Posteriormente, com a necessidade que se fez sentir de se criarem novos partidos políticos, optei por enquadrar-me no PRD, embora não tenha deixado a ACA.

Albina:

-Talvez por influencia familiar tenha começado muito cedo a interessar-me pela vida política do meu país e de África em geral. Participei activamente no apoio a presos políticos. Gostaria de fazer menção ao grupo feminino Santa Cecília, grupo católico que congregava jovens estudantes e era como um satélite dos grupos políticos existentes. Também no Botafogo, juntamente com algumas colegas, desenvolvi acções sociais que tinham em vista as acções políticas. Cresci no MPLA como força nacionalista que se impunha a luta anti-colonial.

-Apesar da participação activa na luta contra o colonialismo, a inserção das mulheres na vida política não se fez e não se faz como seria de esperar. A mulher tem que se esforçar duas vezes mais para atingir as posições que parecem ser apenas destinadas ao sexo masculino. Isto acontece em todo o mundo, com raras excepções.

-Sou membro do Comitê Central do MPLA, desde 1991.

Teresinha:

-Por temperamento sou uma pessoa activa. Gosto de participar nas coisas. Já na minha juventude e como universitária tive uma participação política grande. Não tenho, no entanto, quaisquer ambições políticas, de cargos políticos ou públicos. Mas não sou capaz de me demitir como cidadão, como mulher e, portanto continuo a militar em prol de um país democrático, justo e desenvolvido. O que é impossível sem a plena participação das mulheres.

Nesse trajeto de vida, que obstáculos encontraram pelo facto de serem mulheres?

Mila:

Os obstáculos não existem propriamente dentro das organizações, mas a nível da opinião publica. Actualmente verifica-se que a sociedade de uma maneira geral, não está muito interessada em participar na vida política. Passada a euforia inicial que terminou, mais ou menos, em 1977, registou-se uma certa apatia da parte dos cidadãos. Com este tipo de comportamento maior é a repugnancia quando se trata de uma mulher. Mulher que gosta de política é tida como uma pessoa fora de comum. E, o engraçado é que não são apenas os homens a pensarem assim. As proprias mulheres também corroboram grandemente neste tipo de juízo. Por outro lado, não podemos esquecer da grande carga cultural que herdamos. Segundo a qual a política é para os homens, não se vendo muito bem a mulher/mãe que deixe os afazeres de casa e educação dos filhos para atender as questões políticas.



Ruth Neto, foi a primeira secretaria geral da OMA. Desde 1999 é Luzia Inglés Van-Dunem.

Teresinha:

-Os afazeres domésticos, a vida familiar e o facto de ser mãe, prejudicou muitas vezes a minha vida profissional. Em algumas circunstâncias, senti que era tratada não como profissional mas sobretudo como mulher.

-A trabalhar com muitos homens precisei provar que era mais capaz e que podia trabalhar mais de que eles.

Como ultrapassaram esses obstáculos?

Mila:

-Não ultrapassei nem deixei de ultrapassar. Faço política justamente para dar o meu contributo na viragem da questão.

Albina:

-No meu caso pessoal, penso que a minha prática diária de convivência social e nacionalista conduziu a rotura de barreiras.

Teresinha:

-Procurei vencer-los definindo prioridades na vida – o meu trabalho e os meus filhos. Falhei, de certeza, em muitas outras coisas.

Acham que as mulheres angolanas, em geral, se deparam com os mesmos ou outros obstáculos, quando querem ou são chamadas a participação política?

Mila:

-Para além do duplo trabalho, muitos filhos etc. penso que em Angola ainda se verifica por parte da mulher falta de ambição política, falta de experiência e, sobretudo falta de instrução.

Albina:

-Existe uma mentalidade e cultura que relega sempre o sexo feminino para o segundo plano. Será necessária uma nova geração para que haja mudança. Mesmo assim reconheço que Angola não é dos piores países africanos em termos de participação feminina na vida política.

Teresinha:

-A guerra em Angola tornou mais fácil o acesso de mulheres a determinados cargos. Esta situação vai agravar-se com o regresso de muitos homens da guerra. Isso vai implicar que as mulheres vão ter ainda mais dificuldades em singrar. O mesmo aconteceu na Europa durante a segunda guerra mundial. Os homens estavam na frente. As mulheres entraram nas fábricas, nas oficinas, em todos os lugares. Depois da guerra muitas delas tiveram de regressar a casa. Foi difícil acostumar-se a dependência económica, o que incentivou mais ainda a luta.

-Penso que esse é um problema que por aqui em Angola. Com a privatização e reorganização das empresas e dos serviços públicos a grande maioria dos desempregados vão ser mulheres. Neste momento em Angola existem programas de formação para os desmobilizados, o que é justíssimo. Mas não se deve esquecer a formação das mulheres que vão ser o grande número de desempregados. São elas que têm a menor escolaridade, a menor formação profissional.

-Além disso, as dificuldades que tradicionalmente a mulher enfrenta casa e filhos vão tornar-se ainda mais difíceis. Sem emprego donde vem o dinheiro? A mulher continua ainda a enfrentar certo preconceito do homem e da sociedade, em geral, que lhe negam as mesmas oportunidades para vencer a vida.

A mulher não participa na política numa proporção justa ao seu valor numérico. Achem que se tal acontece, ou seja, que se as mulheres entrassem significativamente no processo da tomada de decisão, isso modificaria o conteúdo e os resultados das políticas, aos níveis nacional e internacional? Com vantagens para a humanidade?

Mila:

-Não tenho dúvidas. A mulher tem mais sensibilidade para as questões sociais e é dotada de uma perspicácia adquirida, quanto a mim, na dura luta pela igualdade de direitos.

Teresinha:

-Eu penso que se houvessem mais mulheres nos centros de decisão, mulheres que se assumissem como mulheres e não mulheres assimiladas aos valores masculinos, que procurassem compreender e sentir os problemas das mulheres que a situação poderia ser bastante melhor. As mulheres preocupam-se muito mais com as consequências sociais de qualquer medida política e econômica que é tomada porque elas é que vão ter de resolver e enfrentar os problemas dia a dia nas suas casas. Penso também que as mulheres dificilmente votariam por projectos de guerra. Somos ligadas a vida, pela maternidade, as crianças, aos velhos, pela prática social. O mundo seria com certeza diferente se as mulheres governassem em pé de igualdade com os homens. Para melhor!

Albina:

-A mulher como geradora de vida tende a preservá-la, a defendê-la. O direito a vida constitui um dos direitos fundamentais do cidadão, tantas vezes violado e desrespeitado. É evidente que a presença feminina em actos importantes como, por exemplo, acordos de paz, é necessária.

Na seqüência da situação de vulnerabilidade e de desvantagem econômico social em que se encontra a mulher e seguindo orientações de vários fóruns internacionais foi criada, em Angola, uma Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher. Achem que um instrumento político desta natureza é importante para uma alteração mais rápida da situação da mulher?

Mila:

-Embora não seja o principal instrumento, julgo que uma Secretaria da Mulher, se estiver dotada de meios a altura, sobretudo capital humano, tem um importância inquestionável.

Teresinha:

-Em minha opinião, o papel mais importante que a Secretaria da Mulher poderia ter, nesta fase, e no sentido sempre, de se libertarem energias necessárias ao desenvolvimento, seria o de levar os governantes a conhecer o peso do papel econômico que a mulher desempenha na sociedade. Se conseguir fazer estudos que provem que as mulheres produzem a maior parte dos bens alimentares, que transformam esses produtos, e os comercializam, talvez os governantes compreendam melhor que a promoção da mulher não é um favor, é uma necessidade absoluta para o crescimento econômico do país.

Albina:

-Na seqüência de um diagnóstico profundo sobre a situação da mulher no mundo e especialmente nos países em desenvolvimento foi constatada a situação de quase indigência em que se encontra a mulher africana e a situação de desigualdade em que se encontram as mulheres no mundo. Assim foi orientada como acção a desenvolver durante a Década da Mulher (1975 – 1985) que os países

deveriam institucionalizar mecanismos nacionais através de quais as mulheres tivessem possibilidades de participar directamente no poder. É neste âmbito que surge também a nossa Secretaria da Mulher. É muito importante porque permite que as mulheres tenham assento junto dos órgãos de decisão.

A igualdade jurídica das mulheres, proclamada nas instancias internacionais é, hoje, geralmente reconhecida pelas Constituições de quase todos os países do mundo. No entanto, na prática essa igualdade está muito longe de ser observada. É o caso concreto do direito a eleger e ser eleitas. A mulher vota, mas não é votada. Por isso ela aparece insuficientemente representada nos parlamentos. Como interpretam esta relação entre a participação relativamente importante das eleitoras e o número restrito de mulheres eleitas?

Mila:

-Esta desproporção é fruto dos estereótipos socioculturais que se fazem sentir de forma mais ou menos acentuada nas comunidades. Penso que é sinal de estagnação e atraso social. E também reflexo dos conflitos profundos entre as aspirações daquelas mulheres que levam a sério as suas Constituições e as resistências dos homens que pensam que, apesar da legislação em vigor, o poder é necessariamente masculino. Apesar do reconhecimento legal, a legalidade está muito longe de ser observada.

Albina:

-Tudo está relacionado com o problema da educação. Infelizmente é entre as mulheres que se encontra o maior índice de analfabetismo e, portanto os analfabetos não podem estar nas instancias de poder. Evidentemente que razões históricas e culturais conduziram a esta situação no passado. Razões conjunturais continuam a permitir esta situação. Tudo isto apenas para dizer que além da resistência dos detentores do poder – o poder é masculino em quase tudo mundo - existe também certo constrangimento por parte daquelas que se encontram socialmente bem instaladas e que não se solidarizam, por isso mesmo, com a luta das outras mulheres. A maior parte dessas esconde deste modo recalcamientos profundos e tentam justificar a sua falta de solidariedade com o argumento abstracto de desenvolvimento geral.

Teresinha:

-Estatísticas recentes dos países desenvolvidos mostram que aí, a situação não é muito diferente. Daí que alguns desses países tenham adoptado algumas medidas, muitas vezes fixando mesmo quotas (lugares especialmente reservados) para a participação da mulher. Isto mostra que não é só o atraso que determina esta desigual representação das mulheres nos vários órgãos de poder de Estado e nas várias instituições dos países. Terá a ver certamente também com alguns factores subjectivas junto dos homens e junto mesmo das mulheres que podem não confiar tanto na participação feminina. Mas eu creio que o factor decisivo deve ser a ocupação das mulheres em tantas tarefas que as impede de se dedicar a política na mesma medida que os homens. Quer dizer, simplesmente, falta de tempo! O homem tem sempre alguém que os ajudam nas tarefas domésticas.

-A mulher tem que ter tempo para intervir significativamente nas instancias do poder. Aliás, penso que esta é uma componente das mais importantes das sociedades democráticas modernas. Não pode haver democracia, aí, onde há discriminação. Temos que trabalhar arduamente para acabar com esta discriminação dos sexos, através de medidas várias, através, por exemplo, das "acções positivas" como tanto se falou durante a década da mulher. Isto também se enquadra na problemática dos Direitos Humanos. Onde estão os Direitos Humanos quando metade duma sociedade não exerce, porque não pode, não tem condições, de exercer os seus direitos como cidadão? Porque ser eleito é um direito fundamental do cidadão. Não só eleger, mas também ser eleito. É isto o que pretendemos.

A mulher e a legislação

Discurso de Dra Medina numa Mesa Redonda em Luanda 1992.

Creio ser de a maior oportunidade procurar neste momento de encruzilhada de opiniões que se vive em Angola, promover esta Mesa Redonda para nos questionarmos sobre o Poder e o Lugar de Mulher na vida política.

Essa reflexão comum, que todos teremos que fazer, leva a debruçarmo-nos sobre o quadro legal em que se insere a mulher angolana a pôr desde logo a questão de qual é a lei, e o espaço que ainda falta percorrer para que essa lei seja aplicada na sua plenitude a todos os cidadãos homens e mulheres, em toda a vastidão deste imenso país.

Que seja o povo a pensar as leis, a divulgar e conhecer as leis, para que por fim possam ser elas aplicadas de forma equitativa, pronta e de fácil acesso a todos, sem discriminações, são em sùmula os degraus que são preciso subir até à plataforma de vivência democrática que pretendemos alcançar.

Nesta marcha colectiva tem que surgir em plena igualdade cívica, o homem e a mulher angolana, ombreando a par e passo, querendo ser mais o agente activo das transformações que se estão operando, do que mero agente passivo do processo em curso.

Fazendo a retrospectiva da legislação que foi publicada após a proclamação de Independência, podemos afirmar que desde há primeira hora se proclamou à igualdade de direitos e deveres e o princípio de não discriminação em razão do sexo ou outra.

Tal não aconteceu por mero acaso, como é obvio, foi fruto do poder revolucionário que então formulou as leis e da participação activa da mulher angolana na própria luta de libertação nacional.

Aconteceu isso na primeira lei constitucional, como na primeira lei de nacionalidade. Foi-se afirmando através das demais leis que constituem o ordenamento jurídico angolano.

O princípio da igualdade veio sempre confirmado nas revisões constitucionais que se foram operando, mormente na recente revisão constitucional que integrar o quadro político do país na via do multipartidarismo, e que conta da lei no 12/91 de 6 de Maio.

De notar que esta primeira revisão parcial de lei constitucional incidiu prioritariamente sobre o Título I, referente aos Princípios Fundamentais e sobre o Título II que se refere aos Direitos e Deveres Fundamentais dos cidadãos, e que por conseqüente é a que interessa à questão que debatemos.

No art. 2 consagra-se entre outros a dignidade de pessoa humana como um dos elementos fundamentais de Estado democrático de direito.

No art. 21, inserido no Título II, está proclamada a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, afirmando-se que todos gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres sem qualquer distinção, designadamente quanto ao sexo, mantendo-se a norma anterior que visa à punição de todos os actos que visem prejudicar a harmonia social ou a criar discriminações ou privilégios com base nesses factores.

Relativamente ao exercício dos direitos políticos e civis a que se refere o art. 22 a regra constitucional é que todos os cidadãos maiores de 18 anos... tem direito e o dever de participar activamente na vida publica e votar e ser eleitos para qualquer órgão do Estado..., salvas as excepções referidas na lei para certo tipo de funções.

Em material concernente à família, o art. 23 contém como regra fundamental que o homem e a mulher são iguais no seio da família, gozando dos mesmos direitos e cabendo-lhes os mesmos deveres.

No que respeita ao direito ao dever o trabalho ele é igual para todos os cidadãos, permitindo-se a livre escolha e ao exercício da profissão, o que não irá permitir que a uma mulher seja recusado o acesso a qualquer profissão em razão do sexo.

Por sua vez no art. 34 vem acolhido o direito à assistência na maternidade, entre outros transpostos para a constituição e que ganharam estatuto de lei fundamental, já vinham consagrados em lei como o Código de Família e Lei Geral do Trabalho.

No conjunto de leis aprovadas após a Revisão Parcial da Constituição as que nos acabam de referir, importa mencionar a Lei da Nacionalidade, Lei no 13/91 de 11 de Maio que revogou a Lei no 8/84, que contém como traços essenciais na atribuição de cidadania angolana de que a nacionalidade de origem provém de ser filho de pai ou mãe de nacionalidade angolana, sem qualquer distinção.

O casamento com cidadão estrangeiro não envolve seja para o homem ou para a mulher, a perda da nacionalidade angolana.

Por outro lado o casamento com cidadão angolano pode permitir ao cidadão estrangeiro a aquisição da nacionalidade angolana, o que ocorre também em igualdade de condições.

As demais leis publicadas e a que se referem ao direito de associação, a Lei 14/91, ao direito à constituição, organização e actividade dos partidos políticos, a Lei 15/91, a referente ao Direito de reunião e manifestação, a Lei 16/91, dão à mulher como cidadão os mesmos direitos e oportunidades de intervenção na vida social e política.

Já no ano corrente foi aprovada a Lei no 5/92 de 16 de Abril, a Lei Eleitoral, que estatue sobre o exercício da soberania de todo o povo angolano através da eleição dos órgãos de soberania que são o Presidente da República e os deputados.

O art. 10 desta importante lei afirma que têm capacidade eleitoral activa todos os cidadãos angolanos maiores de 18 anos, e adiante o art. 22 o consagra o princípio de universalidade que sujeita ao Registo eleitoral todos os cidadãos de nacionalidade angolana. No que concerne à capacidade eleitoral passiva, tanto para o cargo de presidente da República – art. 145, como para deputado – art. 162, todos os cidadãos angolanos que preencham os pressupostos legais, podem indiferentemente do sexo, apresentar as suas candidaturas.

De acordo com a lei eleitoral podem as mulheres fazer parte de qualquer lista de voto e ser apresentadas ao sufrágio dos eleitores.

Sem procurar ser exaustiva há ainda que apontar o facto da Republica Popular de Angola ter até ao momento dado a sua adesão às mais relevante convenções internacionais que se relacionam com os direitos dos cidadãos e designadamente à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, pela Resolução no 15/84 de 15 de Setembro e à Convenção dos Direitos Políticos da Mulher pela Resolução no 4/85 de 27 de Julho.

Angola aderiu ainda pela Resolução 1/91 de 19 de Janeiro à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, designada como “Carta de Banjul” cuja designação mais correto seria a de Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, já que é a pessoa humana, no seu todo, que aparece como titular dos direitos e liberdades e a beneficiar de total igualdade perante a lei. O direito à não discriminação em razão do sexo vem consagrada no art. 2, e no art. 3 afirma-se que todas as pessoas beneficiam de uma total igualdade perante a lei.

Poderíamos através das leis e convenções internacionais vigentes em Angola, chegar à erradíssima conclusão de que o acesso da mulher ao poder político e econômico se processa, de facto, em igualdade com o homem.

Já de há muito se verificou que muito embora as mulheres possam vir e ter uma participação idêntica à do homem na vida política, ela é postergada na eleição para cargos públicos.

E da mesma sorte, ela não tem na sua grande maioria acesso aos postos mais altos do poder econômico.

Esta desigualdade é na realidade muito preocupante em Angola.

Foi aberto o país ao sistema político multipartidário, no espaço de um ano formaram-se 12 partidos políticos e houve 26 comissões instaladoras. Não é preciso chamar a atenção para o facto de não, na ribalta política ser quase nulo a apreçamento de líderes femininas.

Terminada a guerra que iniciou sobre a parte masculina da nação, mas não poupou a população feminina, retirada dos seus locais habituais de vida e subsistência, é patente a preocupação de reintegração dos militares em áreas de trabalho produtivo.

Mas importa não esquecer a mulher, que precisa tanto quanto o homem, do acesso à formação profissional e do apoio econômico para o arranque para nova actividade como seja uma agricultura mais desenvolvida, a criação de gado, a pequena e media empresa industrial etc.

As potencialidades da mulher angolana que já foram demonstradas na sua desesperada luta contra a fome e a falta de meios para angariar a subsistência e a dos seus filhos, deverão ser canalizadas e aproveitadas permitindo o seu enquadramento numa sociedade mais desenvolvida.

Fazendo uma retrospectiva destes últimos anos, cumpre assinalar que a mulher procurou com esforço próprio obter o seu lugar na sociedade angolana, na busca abnegada pela sua capacitação profissional, pelo estudo feito quase sempre com grande sacrifício, por acumulado com os efeitos da gravidez precoce e das sucessivas maternidades.

A publicação da Lei Geral do Trabalho, aprovada pela Lei no 6/81 de 24 de Agosto, e a respectiva legislação complementar constitui um passo em frente na consagração dos direitos laborais da mulher, como força produtiva igual ao do homem e do direito à sua participação na Direcção de economia e do Estado. O direito à protecção de maternidade que como função social da mulher é protegida por lei, o direito ao apoio das mães trabalhadoras por meio da criação de creches e infantarias são marcos que convêm não esquecer, sobretudo num momento como este em que sob a alegação de transição para uma economia dita “de mercado” se esquece os direitos sociais dos trabalhadores.

Convêm ter também em mente, que foi a mulher devidamente organizada que com persistência fez ouvir a sua voz na Assembléia do Povo, de forma a ter sido constituída em nível da Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos que elaborou o projecto do Código de Família, cuja elaboração, discussão popular, aprovação que finalmente resultou na sua publicação, envolveu um

de curso de tempo de cerca de quatro anos, até ao surgimento de lei no 1/88 de 20 de Fevereiro, que aprovou o Código de Família.

Este importante diploma consagra entre outros, o princípio da protecção de Estado à família, o princípio da protecção e igualdade de todas as crianças no seio da família, a igualdade do homem e da mulher em todas as relações jurídicas familiares.

O casamento ou a união de facto, que nele foi introduzida e juridicamente protegida são baseados não no princípio da hierarquia do chefe de família, o marido, mas sim na regra da decisão comum e do consenso entre marido e mulher para a resolução das questões pertinentes à vida conjugal e às relações entre pais e filhos.

Consideramos estes diplomas como marcos legais que a mulher angolana importa preservar na defesa dos seus direitos.

A própria criação em nível da estrutura do poder do Estado da Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher, constitui o fruto de um trabalho persistente levado a cabo tanto pela OMA, Organização da Mulher Angolana, como pelo grupo das Mulheres Parlamentares.

Para todas nós é necessário que este importante mecanismo instituído junto da cúpula dos órgãos do poder executivo se mostre eficiente para prosseguir na materialização da igualdade efectiva entre homem e mulher na cidade democrática.

Não obstante há ainda outras reformas legais a fazer e que interessam a mulher de forma específica.

Designadamente existe lacuna na lei quanto ao direito da mulher ao controle de natalidade e ao planeamento familiar.

Por seu lado o código penal, herdado ainda da era colonial e que não foi objecto de devida actualização consagra disposições discriminatórias e, portanto inconstitucionais em relação aos crimes de violação e de adultério, permitindo ao marido ter acesso à correspondência da mulher e mostrando-se desajustado na punição proficua dos crimes contra a família, tais como a falta de prestação de alimentos e os actos de violência doméstica.

Na concepção tripartida dos poderes de Estado, que engloba o poder legislativo, o executivo e o judicial, ainda que interligados entre si e interdependentes, é preciso não perder de vista que o acesso da mulher ao poder político está em consonância com o grau da sua inserção nesses mesmos órgãos.

Por outras palavras é necessário que haja mulheres na assembléia legislativa, que participam nos cargos do Governo nível central e a nível do poder local, que estejam inseridas nas carreiras de magistratura judicial.

Pouco interessará a igualdade em abstracto, se os números nos mostrarem na sua frieza, que não há mulheres deputadas, mulheres governantes e mulheres juizes, em proporção desejável e equitativa face aos valores demográficos que nos indicam que a mulher angolana é pelo menos metade da população do país.

Há também que não esquecer que ao ser restituído o poder às autoridades tradicionais um pouco por todo o país, que esse mesmo poder de que estão investidos não significa o regresso ao passado e tem que ser regulado pelos novos padrões universais, e consagrados no direito interno angolano, que impõe o princípio da igual dignidade de pessoa humana, seja ela homem ou mulher.

A promoção da luta contra o analfabetismo predominantemente feminino, a melhoria da sua formação profissional, a protecção do direito ao trabalho em igualdade de condições homem-mulher, seja o trabalho por conta de outrem, assecuramento de segurança social, são pressupostos para a concretização da equiparação que se pretende.

Como se vem a reconhecer nas mais recente legislação é necessário que proporcionem à mulher uma igualdade efectiva das oportunidades em relação ao homem.

São as normas denominadas como antidiscriminatórias e que procuram corrigir as distorções existentes no meio social, prejudiciais à mulher. Entre elas podemos citar as que se referem à obrigatoriedade de cotas de candidatas mulheres nas listas de candidaturas a apresentar sejam elas para cargos políticos, sociais, de acesso a carreira profissional etc.

Sabemos que não basta a feitura das leis, é necessário que elas sejam exequíveis aplicadas pelos órgãos do Estado e aceites pelos cidadãos, que todos estes objectivos a alcançar só serão possíveis com desenvolvimento estrutural do país.

E que tal desideratum, passa pelo aliviar do peso esmagador da dívida externa que asfixia a nossa vida económica e por um relacionamento mais justo entre os países do Norte e do Sul que permita uma nova ordem económica internacional.

Finalmente há que fazer apelo às forças de pacificação que dentro nós todas nos devem congregiar numa finalidade comum de defender a paz e de prosseguir com a paz, até que a última lembrança de guerra esteja esquecida.



A autora apresenta saudação de AGIS no Congresso da OMA, 1983.

Entrevista com Joana Lina

A primeira titular da Secretaria da Mulher.



“Pode-se medir o desenvolvimento de um país pelo nível de desenvolvimento das suas mulheres”, dizia um filósofo francês, já no século 1800.

Em Angola, 89 por cento das mulheres ainda são analfabetas com vidas muito duras de uma pobreza extrema. A sua participação nos centros de decisão é quase nenhuma.

O que se faz, nesta terra, para mudar a situação das mulheres?

Desde 1991 o governo angolano conta com uma Secretaria de Mulher. Lá entrevistamos a titular da pasta, Dra Joana Lina, economista e mãe de uma filha.

Angola é um país onde a população é constituída maioritariamente por mulheres. Acha que este peso feminino exerce uma influencia activa e positiva no desenvolvimento do país?

-Entendemos o desenvolvimento com a participação integral nas várias esferas da actividade, económica, social, cultural e política e partimos do principio de que não pode haver desenvolvimento nacional completo sem a participação da mulher, diz a Dra Joana Lina.

-Do ponto de vista económico, o peso feminino reside no facto de ela ser o principal responsável pela produção alimentar, pela transformação de produtos, pela comercialização, fundamentalmente no meio rural e em particular, nas zonas onde a guerra mais se fez sentir, onde a mulher foi efectivamente o chefe da família.

-Também é inquestionável o peso do trabalho feminino no sector informal da economia.

-Na óptica socio-cultural, a mulher afirma-se como principal agente de transmissão dos valores culturais e normas de conduta a novas gerações influenciando assim a sua educação. Ora, do ponto de vista político, o peso da mulher não corresponde ainda ao importante papel que desempenha no domínio económico e socio-cultura. Embora se assista ao desenvolvimento gradual das suas “tomadas de posição” na sociedade o que está patente a traves da sua presença em áreas até então exclusivamente dominadas por homens. Verifica-se, porém, que a sua representatividade entre os deputados a nível central e local poderia ser relativamente superior. Também entre os governantes pois não há nenhuma mulher a exercer o cargo de ministro, mesmo naqueles sectores onde as mulheres estão em maior número.

-No entanto, temos consciência que o baixo nível cultural e de escolaridade da mulher tem sido o principal condicionante da situação descrita. Mas, exactamente pelo papel preponderante que ela desempenha na economia e na sociedade é indispensável que se criam mecanismos que favoreçam o seu maior acesso a tomada de decisões.

-Em suma, conclui Dra Joana Lina, o desenvolvimento só é possível em condições de paz, tranquilidade e segurança, o que permitirá uma maior aplicação do conceito de igualdade que conduzira a uma maior e melhor participação das mulheres e consequentemente a maiores progressos.

A legislação em Angola no que respeita os direitos da mulher é bastante avançada. No entanto a sua situação real não reflecte esta vantagem. De que forma a nova secretária poderá colmatar esta distância entre a teoria e a prática?

-De facto, refere a nova Secretaria de Estado, a legislação da RPA após a proclamação da independência nacional tem evidenciado e concretizado notáveis avanços na afirmação e garantia dos princípios que asseguram a igualdade de todo o cidadão, homem e mulher, perante a lei. Destacamos o Código da Família e a ratificação e assinatura pela RPA da Convenção da Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação em relação a mulher.

-Claro que a situação real, as mulheres, que sofrem na carne as consequências directas da sua vulnerabilidade, pobreza, discriminação e dependência, não reflecte na prática esta vantagem e entre a teoria e prática há sempre que ter em conta os factores subjectivos que infelizmente nas sociedades africanas tem um peso considerável.

- Primeiro porque não basta entender a igualdade apenas do ponto de vista jurídico e a eliminação de discriminação mas também a igualdade de possibilidades de participação no desenvolvimento quer como agentes quer como beneficiárias. Ou seja não basta elaborar leis e faze-las aprovar. É preciso criar os mecanismos para que sejam integralmente cumpridas e educar as populações no sentido de uma mudança profunda de mentalidades e atitudes. Efectivamente, persistem ainda na nossa sociedade atitudes, hábitos, mentalidades que prejudicam a aplicação e promoção das mulheres é impedida por razões de preconceitos sociais e culturais e até psicológicos para cuja perpetuação as próprias mulheres contribuem, muitas vezes.

-Segundo, porque factores objectivos, nomeadamente de índole económica determinam também uma inevitável discriminação quer nas zonas rurais quer urbanas. Entre estes podemos ressaltar: O baixo nível de escolaridade, o obscurantismo, o peso do trabalho doméstico e a responsabilidade dos filhos.

Como alterar esta situação?

-Com esse objectivo têm algumas ideias:

- Divulgação das leis através de sessões para esclarecer e sensibilizar a sociedade sobre os direitos da mulher e o conceito de igualdade.
- Incentivar a criação de órgãos de atendimento e apoia a mulher
- Eventualmente participar na implementação do projecto sobre educação em matéria de população e para a vida familiar nas escolas.
- Contribuir para difusão de uma nova concepção nas relações homem mulher na sociedade e o seu papel no seio da família
- Elaborar um plano global de promoção da mulher.

A informação sobre género e quase nenhuma em Angola. Pensa intervir já neste campo?

-Sim. Estatísticas de boa qualidade, produzidas regularmente são essenciais para se com prender as situações e para se decidir sobre medidas a tomar. Julgo que existem alguns dados dispersos e que não estão suficientemente tratados para atender aos nossos objectivos. E por isto que priorizamos um trabalho em colaboração com os organismos competentes por exemplo o Instituto Nacional de Estatística, no sentido de melhor se conhecer a situação real da mulher.

Como vê a relação mulher e desenvolvimento. Acha que o actual programa do governo é indicativo desta relação?

-No meu ponto de vista, este conceito, mulher e desenvolvimento, encerra em si uma estratégia de acção para o qual os governos são chamados não só a reconhecer o papel da mulher no desenvolvimento mas também a garantir que elas participem no processo de um modo que reflecta a

sua importância na actividade produtiva. Aliás o Plano de Acção de Lagos para o desenvolvimento de Africa até o ano 2000 dedicava um capítulo especial a mulher.

-Em termos práticos significa que a mulher devera participar integralmente em todos as esferas de actividade. Que este esforço em assegurar uma maior integração da mulher no desenvolvimento não seja interpretado como um desejo das mulheres de substituir os homens nos vários domínios mas como uma responsabilidade que o governo tem de assumir perante a maioria da sua população. Esta participação não deve pois significar apenas um acréscimo anual do produto nacional bruto mas uma melhoria do nível de vida e das condições da população em geral. Isto pressupõe a aplicação prática do conceito da igualdade de oportunidades para que a mulher possa participar cada vez mais e melhor no desenvolvimento.

-Quanto ao Programa de Acção do governo que pretende por um ordem a economia nacional, como qualquer programa de ajustamento estrutural vai se reflectir certamente de forma negativa e, as vezes mesmo, grave sobre as condições de vida das camadas mais desfavorecidas, de entre as quais, certamente uma grande parte das mulheres. Assim, parece-me ser urgente que o governo adopte simultaneamente as medidas necessárias para evitar o agravamento das condições de vida desses sectores.

Angola 2006

de GAS Grupos Africa da Suecia.

Apesar do cessar-fogo e dos recursos naturais e financeiros enormes, sobretudo diamantes e petróleo, as populações angolanas continuam a viver em situações precárias. A economia angolana foi severamente afectada pelos 27 anos de guerra e a destruição massiva do tecido humano, social e económico é o resultado disto. Angola ocupa o 164 lugar entre 175 países, no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (HDI) para 2003. A renda *pôr capita* é de USD 660 por ano. Mais de dois terços da população vive abaixo da linha de pobreza, com menos de USD 2 por dia e quase um em quatro angolanos é extremamente pobre e vive abaixo de USD 0.75 por dia. Para impedir que estes números aumentem, a economia precisaria de crescer a uma taxa de cerca de 7.3 por ano. A pobreza é em parte um fenómeno mais sério nas áreas rurais devido à escassez ou à não existência dos serviços sociais básicos como o da saúde, que cobre somente 30 por cento das áreas rurais; às fontes de água pouco seguras (38 por cento da população têm acesso a água potável); e à desnutrição crónica da população com 45 por cento.

A Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) do Governo, para 2003-05, focaliza as suas intervenções nas áreas de desenvolvimento rural e urbano visando a auto-suficiência alimentar, a revitalização do comércio, a produção de florestas e preservação do ambiente, o aumento dos rendimentos e bem-estar das comunidades pesqueiras e agrícolas, a construção/reabilitação de infra-estruturas sociais, a formação contínua de professores e enfermeiros e a criação de emprego.

A Estratégia considera as questões de género e HIV/SIDA como transversais. No entanto o documento é neutro no que diz respeito às questões de género e aborda-as de forma omissa e não sistematizada. O documento não apresenta vias de como a redução da pobreza poderá promover a equidade de género. Adicionalmente, o documento não indica a prevalência de questões de discriminação estrutural e institucional na educação, saúde, agricultura e pesca assim como em outros sectores.

Assim sendo, os parceiros de desenvolvimento são confrontados com desafios múltiplos num contexto de pós-conflito do qual uma grande parte da população ainda não foi alvo. A capacidade de resposta às necessidades da população é fraca e depende em grande medida das políticas e programas do Governo na promoção do crescimento económico e na redução da pobreza.

A mulher angolana ainda não ocupa um lugar de destaque no governo local apesar do seu envolvimento na luta de libertação para independência, como activista política e soldado ao lado dos homens. A maioria da população é feminina e não estão devidamente envolvidas na política ao nível local. A participação de mulheres a nível governamental local é mínima devido a muitos factores que incluem a falta de representação dentro das hierarquias dos partidos políticos e o constrangimento de tempo que as impede de competir em pé de igualdade na esfera política com os homens.

A Secretaria de Estado para Mulheres foi criada em 1991 e depois transformada em 1997 no actual Ministério para a Promoção da Mulher e da Família (MINFAMU). Embora a criação do Ministério possa ser considerada um avanço concreto para ganhar espaço político, também pode ser vista por outro como tendo separado os assuntos das mulheres, do programa de trabalho de política do governo. Uma indicação disto é a distribuição orçamentária ao Ministério que é uma das mais baixas (com 0.8 por cento de orçamento governamental). Uma das consequências do baixo orçamento é o reduzido número de pessoas formadas a trabalharem no Ministério.



As mulheres angolanas estiveram em negociação constante com a liderança para serem ouvidas e para as suas preocupações serem integradas no programa de trabalho do governo. As conquistas mais significantes para a integração da problemática de género foram conseguidas pela Organização da Mulher Angolana (OMA). Exemplos disso, foram a adoção, por parte do governo, do Código da Família, e a formulação e implementação de uma política para providenciar planejamento familiar para as mulheres, nos anos oitenta. Porém, a realidade é que a maioria das mulheres ainda luta para

que os direitos delas sejam respeitados, como: O direito à herança e o apoio às crianças de mães solteiras. Estes não têm sido respeitados, apesar da sua inclusão em políticas e reformas. O governo não tem demonstrado capacidade para assegurar que as providências estipuladas na lei sejam, de facto, implementadas.

Perante esse quadro, o conflito armado teve muitas consequências negativas na população angolana em geral e nas mulheres em particular. Parece que o governo tem capacidade insuficiente para acompanhar as transformações de relações de género.

Existem evidências de aumento de violência doméstica contra as mulheres e crianças e este fenómeno pode estar relacionado com o facto de as mulheres terem assumido novos papéis na ausência de homens, como únicas provedoras económicas. Devido à elevada taxa de desemprego no sector formal, os rendimentos das mulheres no sector informal da economia começaram a constituir um desafio cultural sério para os homens, e isso tem tido repercussões nas relações de género, na família. Estas mudanças na família e nas relações de matrimónio aumentaram a carga de trabalho das mulheres.

Angola assinou e ratificou a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (adoptada em 1979 e ratificada em 1984). Porém, a questão dos direitos das mulheres ainda é um problema de práticas políticas, sociais e culturais, e de execução de lei.

Coexistem dois sistemas de direito, o civil e o consuetudinário. O direito consuetudinário permite que os homens exerçam a sua autoridade sobre as esposas e as filhas. Estes valores e práticas, pelos quais grande parte da população se rege, carecem de mecanismos de reforço da lei civil da família. Além disso, a prevalência de estereótipos de género na execução da lei faz com que a violência doméstica geralmente não seja considerada uma ofensa séria e é até mesmo aceitável em certos círculos sociais.

O Movimento Feminino

As organizações de mulheres em Angola caracterizam-se por uma deficiente capacidade de influência e de coordenação. Muitas não têm um objecto bem definido, e assim sendo, a troca de informação, a coordenação e o fortalecimento da rede de influências entre as organizações, para promover os direitos das mulheres e aumentar a consciência sobre o género, necessitam de apoio externo.

Duas das organizações de mulheres, mais importantes em Angola, têm as suas raízes em lados opostos do conflito armado, a OMA e a LIMA. A Organização da Mulher Angolana (OMA) tornou-se o canal primário da participação das mulheres no processo político dentro do MPLA desde a sua criação em 1962. A OMA continua a ser uma organização de destaque devido ao número elevado de membros a nível nacional (cerca de 1 milhão) e ao seu trabalho de aconselhamento jurídico na província de Luanda.

A avaliação observou que a OMA provincial de Luanda tem um papel fundamental para as pessoas (mulheres e homens) que necessitam de apoio jurídico. A forma em que a equipa da OMA facilita o acesso ao sistema judicial das camadas mais carenciadas, vem colmatar de uma certa forma, as deficiências existentes do sistema jurídico legal e esbater as barreiras impostas pelas disparidades económicas e sociais que facilmente conduzem ao aumento da vulnerabilidade.

O trabalho da OMA tem contribuído para o melhoramento da condição da mulher ao nível da família e da sociedade. Existem várias evidências que indicam o melhoramento dos serviços prestados às vítimas de violência doméstica, como fruto do trabalho de consciencialização da OMA.

Por exemplo, a OMA conseguiu que a polícia tivesse um comportamento aceitável na recepção de casos de violência doméstica e em prol da igualdade de género. Alguns dos pontos fortes da OMA são por um lado, o conhecimento profundo sobre as questões legais apresentadas pelas pessoas, e por outro, a rede de influências ao nível das instituições, junto da Ordem dos Advogados, que a OMA conseguiu manter ao longo dos anos.

São vários os constrangimentos ao nível da implementação das actividades da OMA. O partido MPLA não disponibiliza de verbas específicas para os projectos da organização, o que dificulta em grande parte a expansão do trabalho da OMA pelo interior da Luanda. Assim sendo, a OMA confronta-se com os mesmos problemas das organizações não governamentais locais, um deles é o de trabalhar com fundos financeiros restritos, impedindo o desenvolvimento da sua actividade bem como o pagamento aos seus funcionários de salários compatíveis. A OMA tem, também, capacidade limitada para influenciar a política do Governo.

A Liga Independente das Mulheres Angolanas (LIMA) é a organização das mulheres da UNITA. A LIMA foi criada em 1973 e tem igualmente representação a nível do território nacional. Ao contrário da OMA, a LIMA teve algumas dificuldades em articular projectos e não conseguiu angariar fundos externos do seu partido. A LIMA tem igualmente reduzido capacidade para assumir um papel de destaque na sociedade, por um lado, por falta de experiência, e por outro, por falta de mecanismos de intervenção.

Ambas as organizações são parceiras da Rede Mulher juntamente com outras ONG em Angola que trabalham em prol das questões de género. A Rede Mulher existe desde de 1997 e congrega 80 organizações angolanas. A Rede Mulher oferece um espaço de debate para as organizações trabalharem para uma meta comum de igualdade e equidade de género. Os aspectos positivos do trabalho da Rede Mulher são os trabalhos de lobby junto do Governo para a adopção da inclusão de 30 por cento de mulheres nos órgãos do Governo segundo as orientações da SADC. Para além disso colabora junto à Rede de Mulheres Parlamentares na conceptualização do Pacote Legislativo Eleitoral numa perspectiva de género que está a ser debatido no Parlamento.

- A necessidade em aumentar o número de mulheres no sistema político ao nível local (província/município/comuna) e no que respeita à implementação da Plataforma de Beijing para Acção, o processo de paz e o estipulado na SADC.
- Capacidade limitada das organizações de mulheres para implementar actividades e influenciar políticas.
- Disponibilidade limitada de documentação/informação em língua portuguesa sobre os direitos das mulheres e de género.
- Necessidade de aumentar a capacidade em análise de género dos membros das associações de mulheres.

A problemática de género consolida-se em 2002 com a presença de um oficial de género em Angola. Isto facilitou o desenvolvimento de sinergias através de discussões, formações, contactos, criação de redes e troca de informação.

Em Angola, o contexto de pós-conflito aponta para vários desafios dentre os quais o enquadramento cívico da maioria da população. As mulheres e as crianças por fazerem parte dos grupos mais vulneráveis, necessitam de um apoio particular.

Em Angola, trabalham agora organizações da sociedade civil que desenvolvem actividades relacionados com o desenvolvimento rural, a educação, os direitos das mulheres, o meio ambiente, cultura e outros.

Dentro das organizações angolanas as mulheres ocupavam um lugar inferior ao dos homens, com poucas possibilidades de participação, sobretudo no que concerne a situações de chefia.

Com base nestes pressupostos surge a ideia de fortalecer a posição das mulheres, criando-se oportunidades de formação e de capacitação, bem como a possibilidade de financiamento de pequenos projectos, de forma a apoiar pequenas iniciativas que visam aumentar a independência económica e social das mesmas.

Questões de alfabetização, capacitação do género, teatro e provisão de micro-créditos, concorrem para o processo de democratização e erradicação da pobreza.

Alfabetização

58 por cento da população é analfabeta da qual 60 por cento são mulheres. A aprendizagem formal também tem contribuído para que as mulheres desenvolvam de forma mais adequada actividades geradoras de rendimento, fortalecendo assim a sua economia familiar.

Os cursos de alfabetização têm contribuído para o empoderamento e autonomia das mulheres na medida em que estas aprendem a ler e a escrever e conseqüentemente passam a ensinar os filhos, dando-lhes explicações. O facto de algumas mulheres conseguirem ler jornais e pequenos artigos, a pronunciarem-se e a emitirem uma opinião sobre os assuntos mais diversos, ilustram bem a sua autonomização. Desta forma ao melhorarem o nível de conhecimento abrem-se novas perspectivas, que lhes proporcionam um melhor desempenho nas suas actividades do ponto de vista social, cultural e económico. É também importante destacar o facto da ASASP (Associação Angolana Salvadora Dos Povos), em colaboração com os professores, desenvolver sessões de capacitação através de palestras e debates dirigidas às mulheres que frequentam a alfabetização, sobre direitos humanos, género e HIV/SIDA.

Micro-crédito

A problemática de micro-crédito tem vindo a suscitar várias abordagens por parte de organizações preocupadas em procurar alternativas de desenvolvimento para as populações mais desfavorecidas e empobrecidas. Parte-se do princípio que o crédito, enquanto instrumento de desenvolvimento, deverá permitir às pessoas mais desfavorecidas, reforçar as suas estratégias de sobrevivência e produção possibilitando uma melhoria das suas condições de vida.

Pequenas organizações desenvolvem este tipo de abordagem, em particular dirigido a mulheres de baixa renda e chefes de família, com o objectivo de aumentar a renda familiar, diminuir o assistencialismo e melhorar as condições sócio-económicas das famílias beneficiárias.

Um dos critérios estabelecidos era que as beneficiárias pertencessem ao grupo da alfabetização uma vez que estas mulheres frequentavam o curso e demonstraram interesse em desenvolver actividades geradoras de rendimento. Essa decisão foi explicada como a necessidade de garantir alguma sustentabilidade às intervenções. O desempenho e o aproveitamento durante as aulas também foram aspectos tidos em conta para a formação dos grupos.

Quanto ao negócio pode-se considerar que houve um incremento do volume e da qualidade. Antes de beneficiarem do micro-crédito as mulheres dedicavam-se a pequenos negócios caseiros como a venda de pequenos produtos: Bolachas, cigarros, rebuçados, latarias, com lucros mínimos. Após a entrega do micro-crédito o tipo de produtos comercializados mudou, passando a vender calçado,

vestuário, loiça, arroz, fuba (viajavam para Malanje e traziam sacos de mandioca para moer em Luanda, antes de venderem).

No que diz respeito às relações com os maridos, no decorrer das discussões com as beneficiárias, foi referido que os companheiros manifestavam satisfação e agrado pelo facto das mulheres poderem contribuir com mais valia para o agregado familiar por verificarem melhorias/contribuições significativas em casa, fruto do negócio da esposa. “Os nossos maridos são deficientes e não trabalham e eles viram que ajudou em casa e gostaram muito.” “Os homens também gostaram pois isso também ajudou o casal.”

Mas no bairro da Boa Vista teria havido casos de desavenças entre marido e mulher por o primeiro ter dificuldade em aceitar o contributo da esposa para a renda familiar. Associado a este comportamento estaria o facto dos homens estarem desempregados, sem perspectivas e consumirem álcool. Quando se tentou aprofundar o assunto com as beneficiárias, estas negaram, possivelmente por ficarem preocupadas com as consequências que este tipo de informação poderia trazer relativamente à continuidade do projecto.

Algumas mulheres alegaram dificuldades no negócio, principalmente no que diz respeito à venda de produtos perecíveis, pois nem sempre conseguiam vender os seus produtos até ao fim do dia. “Tivemos problemas no negócio, uns dias vendemos e outros dias perdemos pois não conseguimos vender.” A inflação do dólar também é considerada um problema. Em relação à dificuldade de reembolso, entre as razões apontadas, está a aplicação do dinheiro para superar problemas de saúde e escola dos filhos. “Aqui no bairro tem posto médico, o preço varia... conseguimos levar os filhos ao médico e à escola. O material escolar é muito caro.”

Os projectos de micro-crédito têm sido uma boa estratégia para o empoleiramento e aumento do nível das mulheres beneficiárias na medida em que contribui para a melhoria das condições de vida das famílias, principalmente no âmbito da segurança alimentar, saúde, e educação. Entre os benefícios referidos pelas mulheres encontram-se as melhorias significativas no número de refeições, variedade da alimentação, acesso aos serviços de saúde, pagamento de consultas, frequência dos filhos na escola, compra de material escolar, compra de bens básicos para casa e compra de animais domésticos para criação. “Nos ajudou na doença, saúde, levar os filhos nas consultas, pagar os filhos na escola. Na primeira vez deu para comprar colchão, botija, fogão.” “A alimentação melhorou, sabão, óleo, conduto, também comprávamos água.”

No caso particular da Boa Vista uma das mudanças desencadeadas pelo projecto do micro-crédito foi a origem de mais dois projectos, a creche comunitária e a formação profissional de jovens (rapazes e meninas). Algumas das vantagens visíveis do micro-crédito são as de proporcionar maior solidariedade entre as mulheres, uma vez que ele funciona com base em grupos. Por outro lado, um dos impactos do micro-crédito é o aumento de rendimento das beneficiárias evidenciando que o micro-crédito tem sido uma boa estratégia para o empoleiramento das mulheres, uma vez que ajuda a minimizar a desigualdade na distribuição de recursos entre os membros do agregado familiar.

As intervenções de micro-crédito apontaram que em alguns casos os beneficiários encontraram dificuldades no reembolso por terem que usar o dinheiro emprestado para cobrir emergências de saúde. Assim sendo, a provisão do micro-crédito deverá ser integrado noutros tipos de serviços de carácter social com vista a garantir uma maior sustentabilidade. Para futuras intervenções seria importante ter-se em conta a forma como as mulheres se organizam, as suas afinidades e motivações de forma a fortalecer os laços de solidariedade existentes e potenciar o sucesso da intervenção.

Uma das desvantagens do micro-crédito é que a sua intervenção por si só não parece ter sido suficiente para responder às necessidades de serviços básicos de saúde das beneficiárias. Isto revela que o nível de pobreza é tão elevado que o micro crédito deveria ser parte integrante de outros projectos sociais para garantir maior sustentabilidade.

Teatro como meio de comunicação

O teatro comunitário enquanto meio de comunicação é uma forma privilegiada de transmitir mensagens quer do ponto de vista recreativo, quer do ponto de vista educativo. Dada a sua especificidade consegue abranger e consciencializar um número elevado de pessoas, de diferentes estratos sociais para a necessidade de mudança de comportamentos em diferentes áreas.

Existe por exemplo dois pequenos projectos relacionados com o teatro comunitário. Um na primeira fase “Não à violência no género” projecto nos diferentes mercados do município de Viana; e outro implementado pelo grupo teatral “Núcleo de Artes Kissonde”, nos bairros periféricos do Luena/Moxico.

A forma de intervenção foi feita através de pequenas peças teatrais exibidas junto da comunidade com o intuito de informar, educar, debater e sensibilizar para os vários problemas que assolam a comunidade. Os debates após a exibição proporcionam momentos para avaliar conhecimentos adquiridos assim como para clarificar a informação transmitida. Os temas representados têm sido os mais diversos, *Violência Doméstica, Género e Desenvolvimento, HIV/SIDA, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Usos e Costumes, Terceira Idade, Direitos Humanos* e outros.

Há dificuldades em obter financiamentos para as actividades, devido à pouca sensibilidade para o teatro, por parte das organizações e empresários; flutuação de actores no grupo relacionada com o factor económico; ausência de uma estrutura física permanente para os ensaios e poucas oportunidades de formação teatral de forma a melhorarem o seu desempenho enquanto actores. No Luena, os jovens actores e estudantes do Centro D. Bosco, referiram a existência de problemas em casa com os pais por eles não compreenderem as razões de fazerem teatro sem contrapartidas.

A existência do teatro comunitário como um excelente instrumento de comunicação e informação abrangendo um elevado número de pessoas. “Muita gente gosta do teatro, a reacção das pessoas é muito positiva.” Esta forma de intervenção parece ser de uma eficácia em termos educativos muito grande e deveria ser mais explorada. O carácter de voluntariado deste tipo de actividade é um aspecto que se deve realçar e valorizar. No Luena o grupo de jovens contribui com um valor mensal para a compra de materiais de pintura e para o apoio de certas actividades ligadas ao teatro.

Durante a implementação do projecto “Não à violência no género”, estabeleceu-se uma parceria estreita com o Centro de Aconselhamento Jurídico da OMA de Viana, no sentido deste contribuir para o conteúdo dos guiões das peças teatrais e para a localização geográfica da exibição das peças. Os grupos teatrais aproveitaram a oportunidade e concederam várias entrevistas para a rádio (órgão de informação com maior audiência) com o objectivo de divulgar as actividades e os temas desenvolvidos.

Angola encontra-se num momento crucial da sua história desde o fim do conflito armado, em Abril de 2002. Embora as actividades dos doadores sejam coordenadas de acordo com sectores de intervenção e preferência geográfica, ainda existe capacidade reduzida para responder às necessidades a nível nacional, dos mais afectados pelo conflito, como os grupos vulneráveis (crianças de ruas, seropositivos, soldados desmobilizados e suas famílias, idosos, etc.).

A implementação efectiva do programa de combate à pobreza depende em grande parte da capacidade do Governo em promover a redução da pobreza e estimular o crescimento

O crescimento económico de Angola 2005 foi 15 por cento – graças ao petróleo.

Mas o povo continua pobre, especialmente nas áreas rurais onde mora a maioria dos angolanos.

Contudo, mesmo com muitos problemas, se a paz permanecer, Angola terá um futuro promissor.
(BL)

